

Natália Felix de Carvalho Noguchi

SEGURO NA FEBEM-SP:

Universo moral e relações de poder entre adolescentes internos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Yves de La Taille

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

São Paulo
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Natália Felix de Carvalho Noguchi

SEGURO NA FEBEM-SP:

Universo moral e relações de poder entre adolescentes internos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Yves de La Taille

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

São Paulo
2006

FOLHA DE APROVAÇÃO

Natália Felix de Carvalho Noguchi

**SEGURO NA FEBEM-SP: UNIVERSO MORAL E RELAÇÕES DE PODER
ENTRE ADOLESCENTES INTERNOS**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Yves de La Taille
Instituição: PSA-IP-USP

Prof. Dr. Julio Roberto Groppa Aquino
Instituição: FE-USP

Profa. Dra. Henriette Tognetti Penha Morato
Instituição: PSA-IP-USP

Dissertação aprovada em:

A meu pai, minha mãe e minhas irmãs - minhas referências, meu porto seguro, com quem compartilho mais essa conquista;

Aos adolescentes internos e ex-internos na FEBEM, com quem ainda pretendo aprender muito;

E à minha avó Ignêz, que eu tanto amo.

AGRADECIMENTOS

Aos adolescentes internos e ex-internos na FEBEM, por confiarem em mim e compartilharem comigo suas experiências, que tanto me ensinam;

A Yves de la Taille, meu orientador, um padrinho que me acompanha desde os primeiros anos de graduação;

A Henriette Morato, hábil artesã, “madrinha” que tanto me conhece, por me introduzir na FEBEM, me lapidar e trilhar comigo esse caminho;

A Cláudia Fernanda Rodriguez, amiga de todas as horas, dupla mais que perfeita, com quem “escolhemos escrever a quatro mãos nossos mestrados” – e compartilhar projetos, pesquisas, conversas, tardes agradáveis e uma amizade muito carinhosa;

A Sáshenka Meza Mosqueira, amiga tão querida, sempre tão presente e cuidadosa, ótima parceira de trabalho e, agora, mais nova colega de vida acadêmica;

A Letícia Araújo Moreira da Silva, amiga, confidente, companheira, de quem tive a sorte de estar cada vez mais próxima. Não me imagino mais sem nossa amizade “de perto”...;

A Lucas Souza de Carvalho (Baiano), com quem compartilho ideais, sentimentos, expectativas e questionamentos em relação ao nosso trabalho, agradeço por ser tão amigo nas horas de descanso e lazer – “ah, que saudade eu tenho da Bahia...”;

Aos amigos Lucas T. Lima (Tio Chico) e Marcos M. dos Santos (Tigrão), que além acompanharem de perto meu trabalho, cuidam de mim em muitos outros momentos; e Marcelo Calegare (Marcelinho), cuja participação foi fundamental na minha vida acadêmica e com quem divido agora projetos e plano futuros;

Aos queridos companheiros: Maria Gertrudes Vasconcellos Einsenlohr (querida Gê), tão amiga, por acreditar e se envolver tão intensamente; Neide, sempre paciente e disponível; Matheus Oliveira e Heloisa Aun, excelentes supervisores de campo, por cuidarem de mim desde o início; Tayra, por me adotar desde os primeiros anos de graduação e estar sempre por perto; Elsa, Cecé, André Prado, Rodrigo, Walter, Marina, Fernando, André Nader, Mayra, Ana Clara e todos do LEFE que fizeram parte da “minha caminhada” na FEBEM. E à Sávia Emrich, porque se eu não a conhecesse, nada disso teria acontecido;

Á Marlene Guirado, por me ajudar a refletir sobre minhas escolhas, pela inspiração, pelo cuidado e pelas sempre atenciosas e preciosas contribuições;

A Julio Aquino, pelo incentivo, disponibilidade e pelas pertinentes recomendações;

Aos colegas e amigos da Terceira Margem que souberam, pacientemente, me apoiar nas minhas ausências;

Aos diretores e funcionários das unidades em que a pesquisa foi realizada; às funcionárias do Instituto de Psicologia e, principalmente, da biblioteca, pela disponibilidade;

A Adriana Marcondes Machado, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Maria Francenilda Gualberto de Oliveira - pessoas especiais que eu encontrei no meu percurso e que me inspiram por trabalhar de forma tão competente e tão apaixonada;

A Roberto Dias da Silva, por ser uma referência, pelo constante incentivo e por partilhar comigo essa luta – para quem ia só pedir um doce depois de nascer, eu abusei... Espero, com você, continuar a lutar pela liberdade e pelo fim da opressão;

A tia Marisa Todescan Baptista, sempre presente, e toda sua família, pelo exemplo de dedicação em prol da ciência – pessoas em quem busco inspiração e que tenho como modelo;

A Val, pela eficiente “orientação profissional”, indicando, para mim, esse caminho;

Aos queridos tios Jair (tio Honey) e Lourdes (tia Fô), Rúbia e Minoru, pelo constante incentivo, carinho e apoio; Leandro, por sempre se interessar pelo trabalho e propiciar a mim essenciais dias de repouso; e Marcio, pela paixão por ensinar;

As queridas Carô, Kátia, Jana, Sil, Lúcia, Mari e Harumi, queridos Gui, Danilo, Luis, Philippe, Marco, Murilo, Tonhão, Fabinho e Yuji, e todos os primos e amigos, da Bahia e de São Paulo, por cuidarem tão bem dos meus tempos livres;

Aos meus familiares, que sempre acompanham meu trajeto e, em especial, à minha obatian Chieko (em memória), por transmitir valores tão significativos a essa família da qual faço parte; e à vó Aracy que, mesmo longe, sinto sempre tão perto, enriquecendo minhas memórias de tanto carinho – “é bom passar uma tarde em Itapoã”;

À Nely, minha terapeuta, por caminhar comigo de forma tão cuidadosa, carinhosa e atenta; pela presença e constância; por me ensinar que tempos livres são necessários e merecidos (parafrazeando Toquinho: o tempo é curto e não pára de passar, mas ah, como é bom parar). Mas, sobretudo, por me ajudar a sentir e a crescer;

A meu pai, Hélio, exemplo de dignidade, respeito e responsabilidade, com quem aprendi meus valores, minha disciplina e minha garra;

A minha mãe, Beth, sempre ao meu lado, cuidadosa, atenta, preocupada e presente, com quem aprendi a não desistir nunca de meus sonhos;

À Déa e à Mirinha, minhas irmãs, pelo apoio sempre total e irrestrito, por serem meu porto seguro, parte de mim, co-pilotas no meu caminhar por todas as estradas da vida;

E, por fim, à minha avó Ignêz - essencial sempre e cada vez mais em minha vida, exemplo de força, cuidado, carinho e dedicação ao próximo.

RESUMO

NOGUCHI, N. F. C. (2006). **Seguro na FEBEM-SP: universo moral e relações de poder entre adolescentes internos**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se adolescente, no Brasil, toda e qualquer pessoa entre 12 e 18 anos e define-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, segundo o artigo 103. Ao adolescente autor de ato infracional, considerado inimputável, são aplicadas medidas sócio-educativas que variam desde advertência até internação em estabelecimento educacional. No que diz respeito a essa última medida, a FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – tem como objetivo cumprir as diretrizes e normas dispostas no ECA e inserir os adolescentes, de acordo com a idade e o grau da infração, em programas sócio-educativos específicos, que devem incluir a profissionalização e a reintegração social.

Fazer um levantamento das últimas notícias publicadas sobre a FEBEM faz saltar aos nossos olhos um sistema frágil, que recebe críticas generalizadas. As fugas são realizadas em massa e o número de fugitivos é cada vez maior. Trata-se de uma instituição total, em que adolescentes ficam privados de liberdade, passando por uma disciplinarização e enquadramento constantes. No entanto, ao entrar em contato com a rotina das unidades, nos deparamos com uma organização que se dá entre os internos, baseada em um sistema de regras.

O presente trabalho toma como objeto de estudo o discurso de adolescentes autores de ato infracional, internos na FEBEM-SP sobre o Seguro - grupo de adolescentes internos excluídos do convívio e/ou ameaçados de morte devido ao desrespeito a regras por estes determinadas. Tem como objetivos estudar o universo moral e as relações de poder existentes entre os adolescentes internos. Para isso, foram realizadas entrevistas semi-dirigidas, em que foi possível perceber a legitimação, por parte da FEBEM, de uma educação heterônoma e da manutenção de relações de poder hierárquicas autoritárias.

Os adolescentes reproduzem esse funcionamento ao criarem regras próprias, legitimadas pelo poder e força. Apesar de, por vezes, não concordarem com as regras estabelecidas, consideram-nas sagradas e imutáveis. Esse modo de educação proposto pela FEBEM, que se baseia em disciplinarização e vigilância constante produz uma delinquência que vigia a si própria e reforça a heteronomia a partir de relações pautadas, cada vez mais, em violência.

Palavras-chave: adolescente em conflito com a lei, FEBEM, Desenvolvimento Moral, Psicologia Institucional.

ABSTRACT

NOGUCHI, N. F. C. (2006). **“Seguro” in FEBEM-SP: the moral universe and the existing power relations among the intern adolescents.** Dissertation (Master) – Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, São Paulo.

According to the Child and Adolescent Legislation (‘ECA’) any person between 12 and 18 years of age is considered an adolescent in Brazil, and an infracional act is defined to be the conduct described as crime or penal contravention, according to the article 103. It is applied to the adolescent, considered with diminished responsibility, author of an infracional act, socio-educative measures that vary from a warning to internment in educational establishment. Regarding this last measure, FEBEM – State Foundation for the Under-Aged Welfare – has the objective to follow the guidelines described by ECA and place the adolescent, taking into account age and degree of infraction, in specific socio-educative programs that must include professionalization and social reintegration.

Surveying the last published news about FEBEM makes evident a fragile system, which receives several critical. Escapes are carried through in groups and the number of runaways increases each time. Even though it is a total institution, where adolescents are deprived from freedom and are subjected to disciplining and constant framing, when we get in contact with the routines of the units, we face an organization amongst the interns that is based on a system of norms.

The present paper takes as its study object the discourse of adolescents authors of infracional act, interns in FEBEM-SP about the ‘Seguro’ – group of intern adolescents excluded from the common areas and/or threatened to be killed due to the disrespect to the rules determined by themselves. It has as objectives to study the moral universe and the existing power relations among the intern adolescents. For that, semi-structured interviews with intern adolescents were made in different FEBEM/SP units, in which it was possible to notice the legitimization, by FEBEM, of an heteronymous education and the maintenance of authoritarian and hierarquic power relations.

The adolescents reproduce this way of functioning, by creating their own rules, which are legitimized by power and strength. Even though, sometimes, they do not agree with the established rules, they consider these sacred and unchangeable. This education method proposed by FEBEM, which is based in disciplining and constant vigil, produces a delinquency that watches itself and strengthen the heteronomy of relations underlined, each time more, by violence.

Keywords: adolescent author of an infracional act, FEBEM, Moral development, Institutional Psychology.

SUMÁRIO

Apresentação.....	11
Introdução.....	14
1. Seguro na FEBEM/SP.....	23
1.1. Seguro: nosso ponto de partida	23
1.2. Unidades de Internação da FEBEM/SP – totais e disciplinares.....	29
1.3. FEBEM nos estudos acadêmicos.....	37
1.4. Moralidade e virtudes: conceitos em Psicologia do Desenvolvimento.....	48
1.5. O poder para Foucault e as contribuições da Psicologia Institucional.....	56
2. Objetivos e método.....	63
2.1. Objetivos.....	63
2.2. Método.....	64
2.2.1. O contato com a instituição.....	64
2.2.2. Sobre os participantes.....	65
2.2.3. Realização das entrevistas.....	65
2.2.4. Roteiro base para as entrevistas.....	66
2.2.5. Sobre a compreensão das entrevistas.....	66
3. Dados e análise.....	68
3.1. O funcionamento entre os adolescentes: prática institucional.....	70
3.2. O Sistema: universo moral dos adolescentes internos.....	78
3.2.1. Mãe.....	79
3.2.2. De visitas.....	81
3.2.3. De convivência na unidade, entre os adolescentes.....	84
3.2.4. De convivência e condutas externas à FEBEM (e anteriores à internação).....	89
3.3. Virtudes e seus contrários: “se você é bandido, você corre pelo crime”.....	92

3.3.1. Virtudes: “só quem é não deixa falhas”.....	93
3.3.2. Seguro: “a menos na cadeia”.....	100
3.4. A relação com as regras: “o crime é podre, mas não admite falhas”.....	109
3.5. A função institucional do Seguro.....	125
3.5.1. C. – o líder do convívio.....	128
3.5.2. V. – o chefe dos pilantras.....	132
3.5.3. Instituição: FEBEM.....	139
4. Considerações finais.....	150
4.1. O Seguro: ponto de partida.....	150
4.2. Um pouco de história, para provocar.....	156
Referências.....	163
Anexos.....	169
Glossário.....	174

APRESENTAÇÃO

Diário de bordo de uma viagem sem volta...

Era início do meu quarto ano de graduação quando fui pega de surpresa com a pergunta de uma amiga: “você não quer ser minha dupla na FEBEM?”. No início, apesar de fascinada pela idéia, tentei não pensar no assunto – era um trabalho que envolvia riscos, não seria bem aceito pela minha família e eu nunca tivera interesse pela área social. Mas algo em mim fez com que eu procurasse a Henriette¹, professora responsável pelo estágio.

Bastaram algumas visitas ao pátio² de uma unidade de internação para que eu decidisse ficar. Faço uso das palavras de Varella (1999) para expressar o que se passou:

... fiquei chocado. Passei a semana introspectivo e desinteressado dos acontecimentos sociais, as lembranças (...) indo e voltando. A introspecção, no entanto, não refletia a tristeza (...). A perspectiva de penetrar fundo o universo marginal, embora assustadora, era tão fascinante que para dizer a verdade eu estava feliz, excitado com aquele trabalho... (p. 86).

A decisão de permanecer na FEBEM, sob crítica dos amigos e da família, se deu um mês depois: “Aquele mundo havia entranhado em mim, era tarde para fugir dele”. (Varella, 1999, p.80). Foi assim que tudo começou. Uma vez por semana, eu e mais um grupo de estudantes entrávamos no pátio de uma das unidades de internação e lá permanecíamos, durante 3 a 4 horas, para atender, em Plantão Psicológico, quem viesse nos procurar.

Hoje, alguns anos depois, vejo-me aqui, transformada. É como um arlequim, tatuada, que inicio esta reflexão, fruto de uma dedicação constante a diversos encontros com adolescentes. Um trabalho que me encanta por se basear na constância, presença e confiança, que não envolve emissão de juízos e não assume posturas radicais.

Há mais de três anos escuto, semanalmente, alguns adolescentes, suas histórias, seus sentimentos, suas dúvidas. Há todo esse tempo, me envolvo, crio expectativas, me frustro ou fico muito feliz. Ir à FEBEM, para mim, foi uma viagem sem volta. Não tenho dúvidas,

¹ Profa. Dra. Henriette Morato, coordenadora do Laboratório de Estudos e Prática em Psicologia Fenomenológica Existencial (LEFE) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

² Espaço de convivência em que os adolescentes permanecem em seu tempo livre, na presença de funcionários.

pelo menos por enquanto, de que não quero parar de ir, atender, pensar, discutir e escrever sobre esses adolescentes. Estou mergulhada na minha própria experiência, buscando formas de compreendê-la. Por isso, considero-a como meu eterno ponto de partida, pelo menos por enquanto.

Foi a partir dessa experiência que decidi optar pelo mestrado. O estudo, muito valorizado na minha família, é uma atividade que me traz muito prazer. E continuar na FEBEM, no laboratório e na universidade tem, para mim, sentido de crescimento. Mas como se deu a escolha pelo tema “Seguro”?

Ao mesmo tempo em que começava meu estágio na FEBEM, fazia parte de um grupo de estudos sobre Desenvolvimento Moral e de uma disciplina sobre Psicologia Institucional. Embebida dessas concepções teóricas, não pude ser neutra (acredito que não conseguiria) na minha entrada no pátio. Ao conhecer os chamados “infratores”, que “transgrediram a ordem social”, encontrei-me, não frente a meninos sem lei, sem regras, revoltados, mas diante de adolescentes que aprenderam um funcionamento – da sociedade como um todo - em que regras são necessárias.

Aprendi que eles criam – ou legitimam – regras muito mais rígidas que as propostas para a tal “ressocialização” em um funcionamento heterônomo que nós todos ajudamos a perpetuar. E que também excluem, retirando do convívio aqueles que representam perigo, são estranhos ou diferentes deles (homossexuais, pacientes psiquiátricos, fracos, fortes, gagos...), formando, com estes, o Seguro. Na primeira unidade de internação em que entrei, o Seguro ficava em pátio diferente e foi difícil compreender esse esquema e saber porque determinados meninos não podiam se dirigir a nós: eles “não eram dignos”. Em seguida, o trabalho foi dobrado para quebrar essa “nova regra” e dizer a eles que todos têm direito ao atendimento.

Depois dessa unidade, vieram algumas outras. Algumas com Seguro, algumas sem Seguro, algumas só de Seguro – um funcionamento legitimado também pela FEBEM. Histórias sofridas de adolescentes não tão espertos ou não tão malandros, ou com a argumentação fraca... excluídos, deixados de lado durante o período de internação – momento de intensa solidão.

Mas o que me impressionou não foi a exclusão. Eu pensava: diante da Constituição Federal, do ECA, das normas das unidades de internação... para que eles criam mais regras?

Para se sentirem dignos? Participantes de seu destino? Com algum poder e controle nas mãos? Ou simplesmente para reproduzir um funcionamento existente em toda a sociedade?

Impregnada dessas histórias, desses rostos, desses adolescentes, “meninos-adultos-crianças”, parto à procura de mais histórias, rostos, relatos, mais experiências. Essa é a minha busca no mestrado: conhecer cada vez mais esses adolescentes, adultos demais para suas idades, infantilizados demais para suas experiências.

Tive muita sorte, sempre. Embora o trabalho com adolescentes internos na FEBEM envolva frustrações e decepções, fui recompensada com retornos muito positivos: adolescentes que confiam para mim seus segredos, que me procuram depois da desinternação independente do rumo tomado – seja ao abandonar o crime, seja ao reincidir. Relações fruto do meu carinho por esse trabalho, do meu envolvimento com esses garotos. Cito Vicentin (2005, p. 20):

É impossível passar pela FEBEM (e também por outras tantas instituições letais, como os manicômios, ou outros territórios da exclusão) sem que nos posicionemos ética e politicamente de modo muito intenso. De certo modo, desde meu primeiro contato com a FEBEM/SP, não parei de experimentar uma necessidade de rebelião: rebelião quanto aos saberes, principalmente os psi, predominantes nessa área, que só faziam patologizar ao infinito os jovens em conflito com a lei (e, por extensão, todos os adolescentes), rebelião quanto às práticas institucionais de controle e de esmagamento de toda expressão de dissidência, de desobediência ou de diversidade.

Essa dissertação há de mostrar a todos que esses adolescentes têm mais de uma faceta: crianças-adultos, confiantes-desconfiados, transgressores que criam mais e mais regras. Qualquer dicotomia é rasa demais para dizer de cada um deles. O trabalho, que começou há mais de três anos, continua agora e não deve parar. E, no que depender de mim, nem quero que pare. Há ainda muitos meninos pela frente...

INTRODUÇÃO

Folha de São Paulo, 19.02.2005:

Espancamento e fuga - Um adolescente do complexo Tatuapé da Febem foi espancado por outros internos ontem. A vítima foi internada em estado grave no Hospital das Clínicas. O adolescente estava isolado no "seguro", onde ficam os jurados de morte, quando o local foi invadido pelos demais internos. (Credendio & Hisayasu, 2005).

A entrada nas Unidades de Internação da FEBEM/SP evidencia um funcionamento, cada vez mais conhecido pela população em geral: a existência de uma organização entre os adolescentes internos, muito semelhante à do sistema prisional. Nos últimos tempos, diversos estudos (Aun, 2005; Vicentin, 2005; Sarti, 2004; Teixeira, 2002) interpretam esse fenômeno, a partir de diferentes olhares, mas com pontos em comum: a violência na FEBEM está aumentando, os adolescentes têm uma organização interna cada vez mais estruturada e com cada vez menos possibilidade de intervenção de funcionários; o sistema prisional invadiu as unidades chamadas sócio-educativas. Para Vicentin (2005, p. 152), “não é desprezível a hipótese (...) de que as rixas e os jovens no seguro estão aumentando, produzindo-se como consequência de estarem sendo empurrados para uma lógica prisional”. Aun (2005, p. 66) denuncia:

A punição, aplicada pelos próprios adolescentes institucionalizados entre si mesmos, pode ser percebida com exclusão e ameaça de agressão. Denominados, de seguro, marcam aqueles adolescentes que precisam ser acobertados ou segurados por funcionários para não sofrerem violência dos demais. Em geral, são eles os alvos de agressões em muitas rebeliões.

Uma forma de organização que envolve todos os atores institucionais e, segundo Teixeira (2002), faz com que o Seguro se instale como uma espécie de solução para as ameaças comuns entre os adolescentes. São

... meninos que, por algum motivo, corriam risco de vida na relação com os demais são segregados dentro da própria unidade – em ala destinada a esta finalidade (na EU—15, por exemplo), em salas da administração, em celas no fundo do pavilhão. (p. 215)

E completa: “O seguro demonstra a ausência de autoridade dos adultos responsáveis sobre os adolescentes e deixa-os à própria sorte”. (Teixeira, 2002, p. 215). A FEBEM³ - Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – é a entidade responsável por cumprir as diretrizes e normas dispostas no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – em relação a adolescentes autores de ato infracional e inserí-los, de acordo com a idade e o grau da infração, em programas sócio-educativos específicos, que devem incluir profissionalização e reintegração social.

O ECA considera adolescente toda e qualquer pessoa entre 12 e 18 anos e define ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, segundo o artigo 103. Prevê (artigo 106) que o adolescente só pode ser privado de liberdade “em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente, tendo direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão e devendo ser informado acerca de seus direitos” (Dias da Silva, 2003, p. 103). Ao adolescente autor de ato infracional, considerado inimputável, são aplicadas medidas sócio-educativas que variam desde advertência até internação em estabelecimento educacional – sendo esta última considerada, segundo o ECA, medida excepcional.

No que diz respeito à medida de internação, a atuação da FEBEM fica restrita a:

- Atendimento inicial: primeiro atendimento a adolescentes a quem for atribuída a autoria de ato infracional, antes da apresentação desse ao Sistema de Justiça. O prazo máximo de permanência nas Unidades de Atendimento Inicial (UAI) é de 72 horas;
- Internação provisória: atendimento a adolescentes antes de receberem a sentença. Nas Unidades de Internação Provisória (UIP), o prazo máximo de permanência é de 45 dias;
- Semiliberdade: programa de transição, determina que o adolescente trabalhe ou estude fora da instituição, voltando somente para dormir na unidade;
- Liberdade assistida: circuito aberto em que o adolescente e sua família devem comparecer à instituição para acompanhamento periódico até o cumprimento das medidas sócio-educativas;

³ A instituição que a antecedeu no trato aos adolescentes foi a FUNABEM - Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor - criada em dezembro de 1964 a partir da Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Possuía estrutura centralizada e vertical, tendo herdado do SAM (Serviço de Assistência ao Menor, ligado ao Ministério da Justiça) práticas repressivas. Para maiores informações sobre o histórico da instituição, consultar www.febem.sp.gov.br e Passetti (1982).

- Internação: programa de atendimento privativo de liberdade, para o adolescente autor de ato infracional com sentença judicial.

A medida privativa de liberdade só pode ser aplicada ao adolescente que cometer ato infracional de grave ameaça ou violência à pessoa, reiteração ou cometimento de outras infrações graves ou descumprimento de outra medida imposta anteriormente. Fica assegurado, pelo ECA, o respeito à condição do adolescente como pessoa em desenvolvimento, sendo obrigatórias atividades pedagógicas nas Unidades de Internação. Essas unidades, segundo artigo 1º de seu Regimento Interno, têm por finalidade:

Promover o cumprimento das respectivas medidas sócio-educativas, com fiel observância do Estatuto da Criança e do Adolescente, incumbindo a seus dirigentes e funcionários zelar pela integridade física e mental dos adolescentes e adotar as medidas adequadas de educação, contenção e segurança. (FEBEM, 2004).

Além disso, são direitos do adolescente privado de liberdade, segundo o art. 124 do ECA ser informado de sua situação processual, permanecer internado próximo à residência de seus pais ou responsáveis, receber visitas semanalmente, corresponder-se com amigos e familiares, realizar atividades culturais, esportivas e de lazer, dentre outros. A medida de internação não possui prazo pré-determinado, devendo ser reavaliada a cada seis meses e não exceder o período máximo de três anos. Atualmente, a FEBEM/SP mantém mais de 6800 jovens em regime de internação, nas suas 77 unidades. Segundo dados oficiais do Ministério da Justiça (citado por Silva Junior, 2005), o Estado de São Paulo concentra 66,4% dos adolescentes em privação de liberdade de todo o país.

O Estatuto, segundo Dias da Silva (2003), pode ser considerado um avanço, na medida em que crianças e adolescentes passaram a ser tratados como sujeitos de direitos e não mais como objetos de intervenção estatal, como ocorria quando da vigência do extinto Código de Menores. Porém, o autor afirma também que as alterações legislativas e constitucionais não foram o suficiente para deixar de lado práticas autoritárias, nem fizeram com que fosse abandonada a crença no sistema penalizador como instrumento para lidar com as situações problemáticas que envolvem adolescentes.

Reiterando esse modo de pensar, segundo Passeti (1995, p. 94), “a FEBEM (...) assemelha-se, em sua prática, à prisão, não passando de correlata da mesma, assim como a infração nada mais é que sinônimo de crime e a medida sócio-educativa, a outra face da

moeda penal”. Para melhor compreensão sobre o que dizem os autores citados, acreditamos ser esclarecedor fazer uma retrospectiva histórica, concisa, da legislação relativa aos adolescentes.

O primeiro Código de Menores ou Código Mello Matos, aprovado em 1927 (Decreto 17.943 de 12/10/1927), estabelecia ao menor de 14 anos, autor de infração penal, uma punição que consistia na internação em abrigo, colônias agrícolas ou internatos – atendimento “socialmente justificável na medida em que sua ação era considerada benéfica, tanto para a sociedade quanto para os internos” (Sayão, 2004b, p. 11).

Instituído pelo governo militar em outubro de 1979, o Novo Código de Menores reviu a perspectiva do código anterior – que definia “a emergência do “menor perigoso” como decorrente da situação de pobreza” (Passetti, 1995, p. 19) – sendo baseado na doutrina da situação irregular. Eram assim classificadas pessoas menores de 18 anos com desvio de conduta, privação das condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, em situação de perigo moral ou autor de ato infracional. A associação pobreza-delinquência era direta, cabendo ao Estado intervir na sua assistência e proteção via medidas de vigilância e controle. O código situava as crianças e adolescentes como objetos da intervenção estatal, sem garantias individuais próprias da cidadania. Estavam sujeitos à violência e a toda sorte de arbitrariedades por parte do poder constituído.

Foi a partir da Constituição de 1988 que, por meio do artigo 227, adolescentes e crianças tiveram, pelo menos via legislação, seus direitos básicos reconhecidos; movimento este que culmina em julho de 1990, quando é revogado o Código de Menores. Em 14 de outubro daquele mesmo ano, marcando uma mudança radical em relação à legislação anterior, entrou em vigor o ECA, que garante proteção integral e todos os direitos fundamentais para o desenvolvimento a toda e qualquer criança e adolescente do Brasil. Pretendendo romper com a lógica segregacionista e criminalizante do código anterior, busca assegurar a efetivação dos direitos básicos às crianças e adolescentes. Bastante elogiado por juristas, é considerado exemplar pela ONU no que diz respeito à proteção da infância e da juventude, por contribuir na proteção do jovem contra arbitrariedades.

Todas essas medidas educativas, leis e transformações propostas a partir do ECA parecem distantes para a população em geral, para quem a sigla FEBEM é sinônimo de rebeliões, fugas - situações que, segundo a maioria das pessoas, não têm solução nem possibilidade de melhoria. Um levantamento das últimas notícias publicadas sobre FEBEM⁴ fez com que saltasse aos nossos olhos um sistema frágil, que recebe críticas sistematicamente - muitas vezes, infundadas.

Se o ano de 2004 se caracterizou pela mudança de Secretaria sob a qual caberia a responsabilidade pela FEBEM⁵, seguida da retirada de ONGs que atuavam na instituição e greve de funcionários por melhores condições de trabalho – com duração de 74 dias -, 2005 foi o ano em que, mais uma vez, a FEBEM esteve em evidência. Em novembro, a instituição contabilizava sua 34ª rebelião, a 18ª somente no Complexo do Tatuapé (Penteado & Ramos, 2005). No entanto, o que mais chama a atenção não é a quantidade de manifestações dos adolescentes, mas a gravidade da situação como um todo. A título de exemplo⁶:

22/11/2005 - Uma fuga em massa aparentemente organizada instaurou o caos no complexo da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) no Tatuapé (zona leste de São Paulo), na manhã desta terça-feira. No total, 61 internos fugiram. Destes, 49 foram recapturados.(...) Simultaneamente, os 307 internos das unidades 19, 20 e 39 correram em direção às saídas. Quem não conseguiu escapar ocupou áreas externas do complexo e telhados das unidades envolvidas.

(<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u115539.shtml>)

As fugas são realizadas em massa e o número de fugitivos é cada vez maior. Os adolescentes, cada vez mais organizados, guardam consigo facas artesanais, isqueiros para atear fogo em colchões. Para justificar a ação, eles fazem reivindicações que vão desde liberação dos “jumbos” – alimento e produtos de higiene trazidos pela família – até revisão dos processos e atualização de relatórios. Em muitas das notícias de jornal, há referências a funcionários e internos feridos, mortos, invasão da Tropa de Choque ou do Grupo de Apoio (o chamado “Choquinho”), um dia-a-dia marcado pela violência:

⁴ Restringiremos nossos comentários aos acontecimentos entre 2004 e 2005, anos de intensas crises na instituição.

⁵ Momento em que assume o Secretário da Justiça, Alexandre de Moraes.

⁶ Um levantamento de todas as notícias da Folha de São Paulo e Folha Online entre 2004 e 2005 comprova a semelhança entre as notícias, pelo menos no que diz respeito a fugas e rebeliões.

22/11/2005 - Durante o motim, os internos atearam fogo em colchões, e a tropa de choque da Polícia Militar, chamada para lidar com o caso, revidou com bombas de efeito moral. O confronto entre funcionários e internos deixou 55 feridos ao todo. Destes, 31 são funcionários e 24, adolescentes. Quatro funcionários continuam internados. Os casos mais graves são os de um homem que foi golpeado por facas improvisadas e teve o pulmão perfurado e o de uma psicóloga, que foi pisoteada e espancada. Ela passará por uma tomografia computadorizada, para detectar possíveis lesões. Já entre os internos feridos, três continuam internados. Um deles corre risco de morte. Ele sofreu traumatismo craniano ao cair de um telhado, ainda segundo a Febem. (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u115539.shtml>)

Uma crise institucional marcada por violência, disputas entre adolescentes e funcionários (ambos em situação de risco de morte constante), fugas, rebeliões e a presença constante da Tropa de Choque – além dos funcionários da SAP (Secretaria da Administração Penitenciária), que permanecem nos complexos. Uma crise que data de muito tempo⁷, foi marcada em 2005 pela demissão em massa de funcionários antigos e novas contratações – “Alckmin demite 1.751 monitores da Febem e faz contratação emergencial” (Ramos, 2005) – e resultou na criação de um cargo exclusivo para a presidência da FEBEM, ocupado por uma procuradora - Berenice Maria Gianella - ex-secretária-adjunta da Secretaria da Administração Penitenciária⁸.

Concordamos com Adorno e La Taille (2000, p. 99) quando dizem que:

... trata-se de um sentimento (...) de que as instituições encarregadas de preservar a nossa segurança, de nos proteger, não estão cumprindo sua função. É a sensação de que a polícia não funciona, as instituições de justiça não funcionam, de que as prisões não constituem instrumentos de reeducação de cidadãos condenados pela justiça.

Evidencia-se também que “apesar dos avanços jurídicos que o ECA trouxe para os jovens, é possível identificar que as práticas punitivas existentes nos Códigos de Menores de 1927 e 1979 ainda permanecem através de terminologias modificadas” (Moura, 2005, p.12).

⁷ “Nas manchetes dos jornais, o balanço: um jovem morto, outros tantos feridos e muitos funcionários agredidos na 34ª rebelião do ano. Infelizmente, esse não foi um ano atípico na Febem. Há décadas que a instituição é reconhecida, nacional e internacionalmente, pelas agressões, rebeliões, fugas e inúmeras mortes, fama essa que a alçou ao posto de uma das campeãs em violação aos direitos humanos no Brasil”. (Vieira, 2005).

⁸ Essa dissertação foi realizada entre 2003 e final de 2005. Comentários mais aprofundados sobre a situação atual da FEBEM serão feitos no decorrer da dissertação. O capítulo introdutório tem como objetivo apenas traçar uma breve retrospectiva histórica dos fatos que marcaram a instituição nos últimos tempos.

Iniciativas raras e muito pouco noticiadas, mas que priorizam a função pedagógica, ainda acontecem. Um dos exemplos poderia ser o caso dos jovens que publicaram livros sobre suas experiências⁹. Ou, conforme comenta Silva Júnior (2005), “31 internos foram aprovados em vestibulares no último ano e ganharam bolsas de estudo”. Há alguns cursos profissionalizantes e de cultura geral¹⁰.

Seria essa uma iniciativa para a diminuição da criminalidade? Que tipo de ação contribuiria para diminuir a reincidência? Que pressupostos estariam por trás dessas ações? Vicentin (2005), em recente publicação, denuncia: “Há anos também que os inúmeros esforços de mudança lá [na FEBEM] empreendidos são sistematicamente desmontados para dar lugar a novas e velhas práticas de violação de direitos, a despeito das muitas conquistas no plano da legislação e da mobilização social” (p. 20).

Mesmo que, segundo algumas autoridades, a FEBEM esteja sofrendo mudanças constantes com o intuito de melhor cumprir suas funções, a lógica da punição, em detrimento de uma ação educativa, tem trazido cada vez mais à tona discussões sobre a redução da maioria penal. Além disso, a sociedade passa por transformações no que diz respeito aos valores e o limite de idade para a fase denominada adolescência tem sido tema muito discutido e questionado por especialistas.

Diante de todas essas limitações, sabendo que um recorte será necessário, optamos por insistir nesse tema tão cheio de controvérsias e pesquisar sobre adolescentes autores de ato infracional. Concordamos com Varella (2004) quando diz que, ao trabalhar com jovens nessa situação, é necessário ressaltar “que a pessoa deverá estar interessada pela atividade que vai realizar, acreditando que sua ação poderá contribuir para o desenvolvimento de alguém” (Varella, 2004, p. 26) e que “entender-se como agente de mudança constitui premissa fundamental nesse trabalho” (Varella, 2004, p. 28).

⁹ Nascimento, L. P.; Cruz, D. V. da; Pontes, R. G. (2004). *Ingresso para a FEBEM*. São Paulo: Labortexto Editorial & Noovha América e Evangelista, C. (2004). *Luz no Fim do Túnel: a História de Sucesso de um Ex-Interno da FEBEM*. São Paulo: Arte e Ciência.

¹⁰ O endereço eletrônico da FEBEM (www.febem.sp.gov.br) mostra algumas das iniciativas recentes: 31/10/2005 - Mostra reúne vencedores de concurso [1º Concurso de Quadrinhos do Vale, realizado pelo ValeParaibano no teatro do Shopping Colinas]; 26/10/2005 no jornal Diário de São Paulo - DJs e grafiteiros ensinam arte e hip-hop a internos da Febem;17/08/05- TV Cultura- Torneio de futsal leva esperança aos jovens da Febem;03/05/05- TV Cultura - Internos fazem cinema ;02/05/05- O Estado de S. Paulo - Futebol: Um sonho tirou Clóvis do crime.

Decidimos, então, por, diferente de outros estudos, dar a palavra aos adolescentes - pensando, como Morato e Schmidt (1999, p.127), que partindo da experiência direta, o ato de narrar

... torna todos, e cada um, autoridade, no sentido de que cada um, e todos, enquanto portadores do vivido, estão autorizados a falar: faz circular a palavra, concebendo a cada um e a todos o direito de ouvir, de falar e protagonizar o vivido e sua reflexão sobre ele.

Não se trata de uma pesquisa para extrair padrões de ação e comportamento, buscar causas para a criminalidade ou psicopatologizar as condutas. Trata-se de sermos interlocutores desses adolescentes, sabendo que numa entrevista,

O contato com o relato da narrativa pode produzir uma ‘experiência de leitura’ que se constrói valendo-se da repercussão que provoca naquele que a lê. Essa repercussão é possibilitada por outras ‘experiências de leitura’ e é fundando-se nela que alguns traços essenciais podem ser retidos. Uma nova articulação deles permite outras ressignificações. (Cardoso, 1997, p. 173).

Decidimos por trazer depoimentos sobre esse funcionamento regido e legitimado pelos próprios adolescentes, denunciando um jogo de moralidade e poder existente dentro das unidades de internação: contem-nos o que é o Seguro, como se dá esse funcionamento, como vocês se organizam.

O presente estudo, longe de pretender chegar a alguma conclusão que ponha ponto final nas discussões que cercam o tema, se dedica ao aspecto do jogo de poder e da moralidade entre esses adolescentes, a partir da organização deles mesmos, de seu sistema de regras e de exclusão, que serão apresentados a seguir. Concordamos com Piaget (1932/1994) quando pensa a qualidade das relações e coloca, na adolescência, a possibilidade da estruturação de valores ligados a projetos de futuro. Trata-se, conforme diz Sayão (2004, p.22), de “um período de muita vulnerabilidade, mas também de grande potencialidade”.

Piaget (1932/1994) preza pela construção da autonomia. Pensando nisso, poderíamos dizer que uma intervenção seria propiciar aos adolescentes (assim como às crianças) relações de cooperação, indo em direção a uma autonomia. Porém, no próprio “O Juízo Moral na Criança” (1932/1994), Piaget coloca a dificuldade em propor um método

pedagógico. Em suas próprias palavras: “uma coisa é, com efeito, provar que a cooperação no jogo ou na vida social espontânea da criança acarreta alguns efeitos morais, e outra coisa é estabelecer que esta cooperação pode ser generalizada a título de processo educativo. Sobre este último ponto, só a pedagogia experimental é competente” (p. 301).

O objetivo deste estudo é abrir um campo para reflexão sobre o tema da moralidade e poder no contexto da FEBEM, tendo como base o discurso dos adolescentes. Para isso, começaremos por contextualizar nossa pesquisa a partir de uma descrição sucinta do Seguro e da apresentação de alguns questionamentos. Em seguida, abordaremos, em um capítulo teórico, a caracterização das Unidades de Internação da FEBEM/SP, um apanhado de estudos recentes sobre o tema adolescentes e FEBEM, a moralidade com base em Piaget e uma visão da Psicologia Institucional, acompanhado de idéias de Foucault. Com isso, esperamos ter uma base para a análise das entrevistas, que têm como finalidade dar a palavra aos adolescentes para que possam falar sobre suas regras, seus valores, sua organização nas unidades de internação.

Concordamos com Piaget (1932/1994) quando diz que “a pedagogia está longe de ser uma simples aplicação do saber psicológico” (p. 301). Somente a experiência poderia dizer que efeitos teriam outras propostas educacionais em uma instituição como a FEBEM. Porém, pensamos poder refletir sobre o contexto em que os adolescentes estão inseridos, sua cultura e, sobretudo, aquilo que por eles é valorizado. Citando Adorno (1991, p. 35) pesquisar “é antes de tudo descobrir algo novo, trilhar caminhos distintos dos convencionais, perturbar as certezas e convicções, embaralhar razão e paixão”.

1. SEGURO NA FEBEM/SP

O capítulo teórico que inicia este trabalho será dividido em subitens. No primeiro, caracterizaremos o Seguro, com uma breve descrição. Em seguida, trataremos de estudos recentes que abordam as questões do adolescente autor de ato infracional, FEBEM e violência. Faremos, então, uma retomada de conceitos de Piaget e outros estudiosos da moralidade e, por fim, conceitos de Psicologia Institucional e contribuições de Foucault, para nos fornecer uma base para a análise das entrevistas.

1.1. Seguro – nosso ponto de partida

Assim como nas prisões, nas unidades da FEBEM há uma forma de organização, com regras determinadas pelos adolescentes, à qual denominam Sistema¹¹. Este, conforme definição de ex-internos, nada mais é que “algumas regras colocadas pelos próprios adolescentes, uma espécie de código de ética entre os menores” (Nascimento, Cruz e Pontes, 2004, p.27), que dita o certo e o errado no chamado Mundo do Crime. Trata-se de um código não escrito, com regras muitas vezes mais rígidas que as estabelecidas pela FEBEM. O desrespeito a elas, em uma unidade de internação (UI), leva ao que eles denominam debate:

Ah, é um debate¹². Por exemplo, vamos dizer assim, um julgamento. Por exemplo, a pessoa fez alguma coisa errada, aí você tá debatendo, sabe. ‘Ah, você fez isso, isso, isso de errado’. É depois do debate que a pessoa vira Seguro.

Considerado culpado, o adolescente é punido com desprezo, humilhação, castigo físico e até morte:

E daí acabei virando Seguro, tudo. Já não pude sair mais para o pátio, fiquei dentro do quarto durante 45 dias, não tinha como sair pro pátio. Se saísse pro pátio, corria o risco de ser pego pelos outros adolescentes.

¹¹ O termo Sistema será escrito com inicial maiúscula quando se referir ao funcionamento dos adolescentes. Para termos específicos, fizemos um glossário, no final do trabalho.

¹² Optamos, conforme proposto na introdução, por colocar diretamente a fala dos adolescentes, obtida nas entrevistas para apresentar o tema de trabalho – especificações a esse respeito mais adiante, em metodologia. Os trechos serão colocados em itálicos para diferenciar de citações. Ressaltamos que aqui não será feita uma análise, mas uma descrição sucinta apenas para contextualização.

Seguro¹³, então, pode ser definido por um grupo de adolescentes internos, excluídos do convívio e/ou ameaçados de morte pelo não cumprimento das regras do Sistema ou devido ao crime cometido. Nas palavras dos próprios adolescentes,

Seguro é, tipo assim, né senhora, tipo afastado, né, senhora, porque... Convívio é uma coisa, Seguro é outra. Seguro, tipo assim, em um debate, numa situação, você não pode se envolver. Você é tipo a menos. Um debate, uma idéia, você não pode se envolver. Fica sempre a menos.

Seguro é assim né... o convívio é onde fica todos os moleque. Daí, na cadeia tem umas regras que nós mesmo faz, né. Daí, o moleque pegou, por exemplo, xingou a mãe do moleque.(...) Se, mais prá frente, ocorrer outra coisa dessas assim, ele até... fica com nós, mas acontece outra coisa, toma um rebento, né? Daí, o que é Seguro? O moleque vai vim aqui prá frente e os outros vai começar a zoar ele.

As regras criam um campo comum e de relativa estabilidade, que permite afirmar que nem tudo é possível, que há condutas proibidas (Lévy, 2001). Como não poderia deixar de ser, estão munidas de uma garantia de duração e de legitimidade, seja pelo crédito dado a elas, seja pela coerção que exercem. A existência do Sistema impede determinados tipos de comportamento e decorrem daí algumas punições como a exclusão no próprio local, o isolamento, modalidade utilizada tanto pela FEBEM quanto pelos adolescentes, ao colocarem o “pilantra”¹⁴ no Seguro. Em um sistema de internação em que a vigilância é constante, o delinqüente, como diz Foucault (1996/2002, p. 249):

... não está fora da lei; mas desde o início, dentro dela, na própria essência da lei ou pelo menos bem no meio desses mecanismos que fazem passar insensivelmente da disciplina à lei, do desvio à infração. (...) A criminalidade não nasce nas margens e por efeito de exílios sucessivos, mas graças a inserções cada vez mais rigorosas, debaixo de vigilâncias cada vez mais insistentes, por uma acumulação de coerções disciplinares.

Assemelhando-se ao modo como são tratados, o Sistema também distingue tipos de faltas mais ou menos graves – sendo, por exemplo, o estupro, um crime inaceitável – e divide as punições levando isso em consideração: *Você vai pro cinco e ainda fica maquininha no esquema.* Ou, em outro relato,

¹³ Seguro será escrito em letra maiúscula quando se referir a essa definição proposta.

¹⁴ Aquele que desrespeita as leis e pertence ao Seguro.

Aí, vamos supor, se a senhora, é só um exemplo, senhora, se a senhora é um 215 e tal, foi com a pessoa e tal, jamais a senhora vai querer entrar numa FEBEM e os cara saber que você é um estuprador. Os cara vai matar a senhora, porque não tem isso. (...) Estuprador não é considerado em nenhuma FEBEM, nem em cadeia. Corre o risco de... De morrer.

O Sistema também pretende organizar a transgressão em leis. Colocam explicitamente os limites de tolerância, fazendo pressão sobre os outros ao excluir uma parcela da população e aumentar, assim, o poder da outra. Para Piaget (1932/1994), toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras. Em uma relação de coação, o sistema de regras é imposto do exterior, caracterizando uma moral da obediência, em que o poder das instruções está ligado diretamente à presença de quem as deu. A troca entre indivíduos iguais caracteriza a cooperação, em que há a consciência das normas ideais constituindo mais um equilíbrio que um sistema estático, sendo definida pela igualdade e respeito mútuo. A partir do binômio coação-cooperação, que tipo de relação caracteriza esse funcionamento?

Segundo Enriquez (2001), a coesão se dá via identidades coletivas fortes, em que nos voltamos a um grupo de pertinência, marcando no outro os problemas e mantendo nossa identidade irreduzível. Especialmente na adolescência, segundo Sayão (2004), pertencer a um grupo é fundamental na constituição da identidade, mesmo que estes funcionem por meio de regras autoritárias. São espaços de referência, proteção, abrigo, em que o adolescente busca apoio – o que não quer dizer, de modo algum, que a educação dos adultos deixa de ser importante, inclusive para marcar o contraponto a esse funcionamento que se dá entre iguais. Pensando dessa forma, seria o Seguro apenas um grupo de excluídos que marca o diferente, com a função de dar um pertencimento aos adolescentes do convívio? Seria esse um movimento de grupo como outros comuns nessa fase da vida?

Para pensar isso, recorremos a um estudo realizado em Brasília sobre gangues, em que Abramovay, Waiselfisz, Andrade e Rúa (2002) dizem que um dos motivos pelos quais os jovens aderem a esse tipo de organização pode ser a busca de respostas para suas necessidades básicas humanas – sentimento de pertencimento, busca de identidade e proteção. Descrevem que estas são formadas por pessoas da mesma região e que vêem a lealdade como ponto forte, tendo seus laços de amizade e cumplicidade fortalecidos quando se unem para proteger algum amigo que está ameaçado. Guimarães (2003) fala de uma

tradição, existente a partir do séc. XX, de uma rivalidade entre grupos de jovens, unidos por condutas transgressoras, em que se defendia o território, usava-se a força e as brigas eram o eixo de organização.

Ainda segundo Abramovay et al. (2002, p. 111) “o ingresso e a permanência nas gangues são regidos por códigos de valores, (...) componentes essenciais à constituição de um certo tipo de ‘ordem’ destinada a tornar previsíveis e confiáveis os comportamentos”. Ressaltam também que uma das possibilidades para explicar o fenômeno de adesão às gangues a ser apontada seria um sentimento de impotência individual no que se refere ao cumprimento das normas da sociedade, que ocasionaria a fragilização das normas sociais e a tendência ao isolamento.

A ineficiência dos comportamentos segundo as normas leva à perda da credibilidade das próprias normas, o que gera uma dinâmica de descrença e desconfiança generalizadas que atinge inclusive os atores e instituições encarregados de preservar as próprias normas – ‘subculturas’ do crime, minissociedades drogadas que definem em seus próprios termos o que é certo, o que é errado, desenvolvendo códigos de valores e comportamentos próprios, cada vez mais alheios aos códigos da sociedade mais ampla (Abramovay et al., 2002, p.15).

Seria o Sistema um sinal de que as regras da FEBEM não são legitimadas pelos adolescentes? O que se verifica de semelhante entre esses estudos com gangues e o funcionamento Sistema-Seguro é a presença de grupos opostos no qual operam ações contrárias e a exclusão de um diferente. Mais especificamente, em estudos sobre a história da criminalidade, Foucault (1996/2002) relata a existência, desde a metade do séc. XVIII, de grupos de vigilância espontânea que, com o objetivo de escapar do poder judiciário, se organizavam para proibir a embriaguez, a prostituição, o roubo e tudo o mais que pudesse prejudicar o grupo. Foucault os denomina grupos de autodefesa contra o direito, um reforço do poder contra a própria autoridade penal, instrumentos de pressão e controle. Seria o Seguro um dispositivo de autodefesa, para garantir alguma estabilidade de conduta entre os adolescentes?

Os adolescentes, ao estabelecerem o que para eles seria aceitável ou dentro de uma normalidade, produzem, entre eles, um esquema de vigilância constante em que um internado nunca está sozinho – sempre pode ser visto ou ouvido por algum de seus companheiros que, ante a um flagrante, não pode deixar de denunciá-lo. O Sistema torna os

adolescentes objetos de uma economia calculada a partir de instrumentos simples – o olhar constante e a sanção normalizadora.

Em uma instituição como a FEBEM, em que todos ou quase todos os meios de resgate da subjetividade são retirados, essa forma de organização dos adolescentes, aparece como contraponto a esse fechamento e é a expressão de uma dinâmica institucional. A existência do Seguro evidencia uma tensão entre a FEBEM (leia-se, aqui, funcionários) e os adolescentes (não deixando de pensar que a FEBEM também é uma instituição legitimada pelos adolescentes, enquanto atores institucionais).

Os adolescentes, enquanto responsáveis pela determinação das regras, vigilância e julgamento daqueles que vão para o Seguro, são detentores de um saber e poder na instituição. Foucault (1977) define poder como uma correlação de forças, que gera tensão e se faz em movimentos de domínio e resistências. Está, portanto, na dimensão das relações.

O Seguro evidencia que não existem grupos fixos de dominadores e dominados, mas uma mobilidade de poder existente em cada unidade de internação - em que, como os próprios internos dizem, muitas vezes “a casa está nas mãos dos menores” ou “a casa está nas mãos dos funcionários”. Se, em uma situação de rebelião, os internos ameaçam os adolescentes do Seguro de morte para conseguir reivindicações, isso mostra o Seguro como dispositivo de tensão. Na FEBEM, estar no Seguro é, portanto, estar em constante tensão – protegido pela instituição em que está interno e ameaçado constantemente pelos companheiros de pátio. Nesse sentido, podemos inferir que importa não só o conteúdo das regras, mas o fato delas existirem.

Muitos são os questionamentos e as possibilidades de leitura desse fenômeno. Podemos dizer, por hora, que a tensão adolescentes-FEBEM é gerada a partir da existência do Sistema - um conjunto de regras que estabelece o certo e o errado segundo esses adolescentes. São regras muitas vezes semelhantes às leis a que estamos habituados a conviver, mas são tratadas pelos adolescentes como novas, condizentes com um mundo ao qual eles dizem pertencer – uma moral criada e legitimada por eles. Também qualificam os comportamentos e os dividem em valores representantes do bem e do mal, contradizendo a hipótese de que são sujeitos sem valores.

O Sistema acarreta a existência de dois grupos opostos – convívio e Seguro – e garante um movimento de exclusão e pertencimento. Estabelece, assim, uma tensão entre

adolescentes – que, por vezes, fazem uso desse funcionamento para se oporem ao sistema das unidades de internação, mostrando algum poder decisório na condução de suas vidas e de seu cotidiano – e entre eles e os funcionários. Sabendo que esses adolescentes cumprem medida sócio-educativa nas Unidades de Internação, propomos agora um capítulo para caracterização da FEBEM.

1.2. Unidades de Internação da FEBEM/SP – totais e disciplinares

O conceito de infração surgiu na Europa, por volta do séc. XII, sendo esta considerada como uma ofensa ou lesão à ordem, ao Estado e à sociedade. Para identificar o culpado, passa a ser utilizado o inquérito e o criminoso é visto como inimigo da sociedade, causador de danos sociais. Fica definido, assim, que a lei tem como função repreender o que for nocivo à sociedade e buscar a reparação do perturbador, além de evitar ocorrências semelhantes. O sistema penal assume um caráter preventivo, ao se usar como justificativa para sua existência a suposição de que o risco de ser punido evitaria a ocorrência do crime.

Cria-se a instituição-prisão como forma geral de penalidade (Foucault, 1997) que, substituindo o suplício, introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder, mecanismos disciplinares de coerção. São instituições de controle de virtualidades, em que se constitui um saber sobre os indivíduos através da vigilância, saber esse que se ordena em torno do que se deve ou não fazer.

Essa prevenção volta-se contra o adolescente também que, apesar de não sofrer a penalidade explícita, é submetido a medidas socioeducativas com controle e punição. A internação - que constitui medida privativa de liberdade e está sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento em que se encontra o adolescente (seção VII do ECA) - pode ser aplicada somente em alguns casos (quando se tratar de ato infracional grave, reiteração no cometimento de outras infrações graves ou quebra de medida anteriormente imposta).

Porém, o caráter preventivo assumido historicamente pelo sistema penal volta-se também contra o adolescente, pois a medida privativa de liberdade, que deveria ser exceção, tem sido usada como padrão (Dias da Silva, 1997). Isso é passível de compreensão, na medida em que se acredita no sistema penalizador como forma de intimidar, como uma “prevenção geral”, em que “o risco de serem punidos preveniria o cometimento do crime” (Dias da Silva, 2003, p. 179). Os adolescentes, reitera Oliveira (1997, p. 157), “não são penalizados pelo que fizeram, mas pelo que podem vir a fazer”.

A internação, ao se dar em estabelecimento exclusivo para adolescentes e se caracterizar por um regime de privação de liberdade, acarreta, portanto, uma vida separada

da sociedade, em uma instituição fechada, com um funcionamento específico. O contato com o mundo externo fica restrito e há um esquema físico característico que inclui portas fechadas, paredes altas e onde, por vezes, os pátios são recobertos por grades – o que os adolescentes apelidam por ‘churrasqueira’. Uma unidade de internação pode ser, assim, considerada instituição total, definida por Goffman (1961) como “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (p. 11).

A contenção, aspecto ainda priorizado no regime de privação de liberdade, faz com que a rotina das unidades de internação seja rígida e semelhante em alguns pontos: horário certo para acordar, refeições em conjunto, banho em horário determinado, atividades obrigatórias. Trata-se de uma instituição total, em que as atividades são realizadas no mesmo local, em grupos grandes, com horários fixos, com sua seqüência imposta por um sistema de regras formais explícitas e sob coordenação de um grupo de funcionários. Costa (1998, p. 123) descreve:

Os complexos funcionavam levando uma vida fechada sobre si mesmos. Cultura, esporte, lazer, saúde e educação, tudo “era” providenciado pela instituição para suprir o lugar de uma falta generalizada, da qual padecia a clientela, contanto que o usufruto dessas “benesses” se exercesse dentro dos domínios daquele não-mundo.

O adolescente chega a uma UAI ou UI com algumas características e uma cultura derivada da vida que levava anteriormente, incluindo o bairro de onde vem, sua família, seus costumes. Nessas instituições, passa por um “desculturamento”, um ritual previsto já no Regimento Interno das Unidades de Internação (FEBEM, 2004):

Art. 2º. - Quando do ingresso na unidade de internação, o adolescente deverá ser cientificado das normas constantes deste Regimento e ficará sujeito, de imediato, à:

I – revista pessoal e de seus objetos;

II – higienização corpórea;

III – identificação, inclusive fotográfica e dactiloscópica;

IV – utilização do uniforme padrão adotado;

V – entrega dos objetos e valores, cuja posse não seja permitida por este Regimento Interno Padrão, mediante inventário e contra recibo, incumbindo à Direção da unidade guardá-lo em local seguro;

VI – avaliação inicial, por equipe técnica, no prazo de dez dias, com o propósito de identificar as aptidões do adolescente, seus laços familiares,

o nível de escolarização e outras informações que permitam traçar o seu perfil e planejar a aplicação adequada da medida sócio-educativa.

Despojados de seus bens pessoais, passam por uma certa desfiguração pessoal e por uma padronização. O interno aprende as “regras da casa” - definidas por Goffman (1961, p. 50) como “um conjunto relativamente explícito e formal de prescrições e proibições que expõe as principais exigências quanto à conduta do internado” - e que lhe dão um esquema de reorganização pessoal.

Segundo Nascimento et al. (2004), ex-internos que escreveram sobre o período que passaram na FEBEM, ao falarem sobre a UAI, exemplificam como a rotina é explicitada pelos funcionários de maneira bastante rígida: “Você [se dirigindo ao adolescente] tem cinco minutos para tomar banho e usar o banheiro. Não se atrase” (p. 26). E relatam também suas condutas:

Tirei a roupa bem rápido e fui tomar banho. Quando terminei, tinha um outro interno me esperando. Ele [o funcionário] me entregou a bermuda creme e uma camiseta branca – esse era o uniforme – e me pediu que entregasse a ele minhas roupas (...). Em seguida, fui obrigado a cortar o cabelo (Nascimento et al., 2004, p. 26).

A essa estrutura Goffman (1961) chama de enquadramento. O novato é modelado em uma rotina, passando por um processo de mutilação do eu que começa com a distância do mundo externo – e, com isso, o adolescente perde seu papel na sociedade, na família e no meio em que vive – e se intensifica com uma série de rebaixamentos aos quais deve se submeter.

As normas nas unidades da FEBEM são bastante semelhantes: “não fugir, participar das atividades diárias, não roubar, não fumar maconha, não desrespeitar os funcionários, não brigar (...), não conversar no refeitório, pedir licença quando vai a qualquer lugar, não colocar a mão debaixo da mesa, não tocar em ninguém” (Violante, 1985, p.121). Segundo Art. 9º. do Regimento Interno (FEBEM, 2004) estão entre os deveres dos adolescentes:

- I – respeitar as autoridades constituídas, funcionários e demais adolescentes;
- II – informar-se sobre as normas a serem observadas na unidade e respeitá-las;
- III – acatar as determinações emanadas de qualquer funcionário no desempenho de suas funções;

- IV – manter comportamento adequado em todo o decurso da execução da medida sócio-educativa;
- V – cumprir a sanção disciplinar imposta;
- VI – zelar pelos bens patrimoniais e materiais que lhe forem destinados, direta ou indiretamente;
- VII – zelar pela higiene pessoal e ambiental e pela conservação do seu alojamento;
- VIII – cumprir as normas contidas neste Regimento Interno Padrão;
- IX – submeter-se à revista pessoal, de seu alojamento e pertences, sempre que necessário, a critério da administração;
- XI – acatar a ordem de contagem da população de adolescentes, respondendo ao sinal convencionado da autoridade competente para o controle da segurança e disciplina.

Há todo o processo já citado de humilhações, como dizer “senhor” a todo momento ou ter de pedir para que lhe sejam atendidas pequenas necessidades como cigarro e papel higiênico. Entre as normas da instituição, Nascimento et al. (2004) citam “que era sempre para andar com as mãos para trás e a cabeça baixa e pedir licença a todos os funcionários, toda vez que passasse em frente a algum deles” (p. 23). Uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de gestos e comportamentos. E se algum adolescente se mostrar insolente, o castigo é imediato: “Ninguém podia nem olhar para o lado que apanhava” (Nascimento et al., 2004, p. 24). As atividades em grupo são um funcionamento que facilita a percepção do desvio, da conduta desobediente, da infração.

Existe, então, uma violação da intimidade, do sentido do público e privado, já que a maior parte das condutas do adolescente passa por um regramento que deve ser obedecido e está sob constante vigilância. Uma microfísica de poder característica de instituições disciplinares que, no que se refere a horários, controla o tempo estabelecendo censuras, obrigando a ocupações determinadas, regulamentando ciclos de repetição. Além disso, há um ritmo coletivo e obrigatório, imposto do exterior, um tempo que penetra o corpo e, com ele, todos os controles minuciosos do poder.

Essa combinação cuidadosa de forças exige um sistema precioso de comando, em que toda a atividade do indivíduo disciplinar seja controlada para que se provoque o comportamento adequado.

Do mestre de disciplina àquele que lhe é sujeito, a relação é de sinalização: o que importa não é compreender a injunção, mas perceber o sinal, reagir logo a ele, de acordo com um código mais ou menos artificial estabelecido previamente. Colocar os corpos num pequeno mundo de sinais a cada um dos quais está ligada uma resposta obrigatória e só uma

técnica de treinamento que exclui despoticamente em tudo a menor representação, o menor murmúrio (Foucault, 1987, p.140).

É ao mesmo tempo a técnica do comando e a moral da obediência, onde técnicos da disciplina elaboram processos para a coerção individual e coletiva dos corpos. Trata-se, como diz Foucault (1987/2001), de um aparelho disciplinar exaustivo, que toma a cargo todos os aspectos da vida do indivíduo, tendo um poder quase total sobre o internado e regulando seu tempo de vigília e sono, atividade e repouso, trajes e trajetos.

Machado (1988), ao falar sobre o poder chamado por Foucault de disciplinar, ressalta que não se trata de um aparelho específico, ou uma instituição, mas funciona como uma rede que atravessa as relações. Uma técnica, um dispositivo que trabalha os corpos dos homens, o controle minucioso de ações e comportamentos. Trata-se de

... métodos que permitem o controle das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade” (Foucault, 1987/2001, p. 118).

Ainda como parte do mecanismo de penalidade disciplinar, há a qualificação dos comportamentos e desempenhos a partir de valores opostos do bem e do mal, da separação do proibido, tudo caindo no campo dos bons e maus pontos, como uma contabilidade penal. Os aparelhos disciplinares operam uma diferenciação que não é dos atos, mas dos indivíduos, de sua natureza, de seu valor. No mesmo Regimento Interno (FEBEM, 2004) citado acima, há a especificação do que eles denominam incentivos, faltas disciplinares e sanções, além de um item denominado “Da Classificação da Conduta”:

Art. 29 – A conduta disciplinar do adolescente em regime de internação será avaliada durante o período de três meses e classificar-se-á em:
I – ótima, quando não tiver cometido infração disciplinar de qualquer natureza;
II – boa, quando a única punição aplicada tiver sido por infração de natureza leve;
III – regular, quando tiver sido punido por infração de natureza média ou mais de uma vez por infração de natureza leve;
IV – má, quando cometer infração de natureza grave ou reincidir em infração de natureza média.

Uma instituição total e disciplinar que, junto com as instruções de como se comportar, introduz o interno em um sistema de castigos e privilégios, relacionado à obediência às regras. A regulamentação aparece como medida da homogeneidade e, ao

mesmo tempo, permite medir os desvios. Qualquer conduta é descrita em um relatório, encaminhado ao juiz responsável pela sentença, como se fosse possível contabilizar o comportamento do adolescente. O adolescente passa a ser objeto de mensuração, alguém sobre quem se pode escrever, descrever, analisar, reduzir a traços específicos, para que seja treinado, retreinado ou excluído.

Foucault traz, em *Vigiar e Punir* (1987/2001), a figura do panóptico de Bentham. Refere-se a um local criado com uma estrutura arquitetônica onde o controle de tudo é possível. É a vigilância constante e permanente de indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder e que tem a possibilidade de, enquanto vigia, constituir um saber a respeito dos vigiados – um saber que se ordena em torno do que se deve ou não fazer. Amplia a figura do panóptico para um conceito – panoptismo – que pode ser compreendido como um modelo generalizável de funcionamento.

É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos - vigilância individual e contínua, controle de punição e recompensa e correção, isto é, formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas. Este tríplice aspecto do panoptismo – vigilância, controle e correção – parece ser uma dimensão fundamental e característica das relações de poder que existem em nossa sociedade (Foucault, 1996/2002).

Uma maneira de definir as relações de poder que pode ser aplicada à FEBEM - um microcosmo onde o adolescente é mantido sob um olhar permanente e sobre quem as informações são registradas e contabilizadas. A FEBEM adquire o objetivo de refazer a vida do delinqüente com uma técnica punitiva de caráter preventivo, tendo como princípio primeiro o isolamento em relação ao exterior e a tudo que possa ter motivado a infração.

O castigo disciplinar tem a função de reduzir os desvios, ser corretivo. “A punição, na disciplina, não passa de um elemento de um sistema duplo: gratificação – sanção. E é esse sistema que se torna operante no processo de treinamento e correção” (Foucault, 1987/2001, p.150). No entanto, ao buscar “prevenir o que define como crime, a lei educa pelo medo, através do sistema de recompensas. Com o fortalecimento de uma autoridade e a concentração de poder, cria uma educação hierarquizada” (Dias da Silva, 1997) – pautada em relações de coação.

A FEBEM, portanto, traz em sua dinâmica as características básicas de poder disciplinar: a organização do espaço e tempo, calculados para garantir vigilância, controle e

sujeição contínuos e permanentes, através de um olhar invisível, como do panóptico. Assim como as instituições do sistema penal para adultos, a FEBEM passou a ser um controle, não só sobre o que os adolescentes fizeram ou fazem, mas sobre aquilo podem vir a fazer. É a correção e controle de virtualidades que acaba por fabricar delinquentes ao introduzir os internos no jogo da lei e da infração, criando uma identidade baseada na coerção, no poder e na obediência *versus* transgressão.

Assim, podemos perceber que a FEBEM, enquanto instituição, reproduz e conserva os adolescentes em situação de infração/exclusão, seja ao apresentar o esquema de castigos e privilégios já descrito anteriormente, seja colaborando para que os adolescentes se mantenham no esquema de criar normas e punir desvios. A FEBEM, que tem como ideal um caráter preventivo e reeducador, aparece como espaço de confinamento e reprodução da violência. O Sistema apenas exclui, punindo, castigando. Nas palavras de Aun (2005, p. 80), “o seguro é a própria representação de sobreposições de exclusões: a margem da margem, a exclusão da exclusão”.

Vicentin (2005) trata o Seguro como produção institucional que aumentou com a transferência provisória de adolescentes ao “cadeiões” do interior e pontua:

A existência da figura do “seguro” é antiga na FEBEM. Pode-se dizer que ela é tributária mesmo da própria idéia da prisão: as divisões entre o penal e o não penal não cessaram na formação binária que separou presos de não presos. (...) Ora, os “pilantras” entre os presos é figura antiga do próprio estabelecimento de uma moralização, agora no interior dos “sem moral”. (p.157)

Acrescentaríamos, trazendo Foucault (1987/2001, p. 249), que “o efeito mais importante talvez do sistema carcerário e de sua extensão bem além da prisão é que ele consegue tornar natural e legítimo o poder de punir, baixar pelo menos o limite de tolerância à penalidade”. É passível de compreensão que uma instituição que responde legalmente pela contenção dos adolescentes tome medidas para a segurança institucional. Porém, Guará (2004) traz que as proibições são totais, hegemônicas, “não abrindo espaço para o estabelecimento do aprendizado de regras justas, para a negociação de conflitos e de diferenças e para a responsabilização, que em última instância constitui a essência da medida socioeducativa” (p.41).

Se é pressuposto da criação de uma instituição como a FEBEM que ela sancione a delinquência, podemos, com Foucault (1994), pensar que, assim como a prisão, a FEBEM a produz, sendo denunciada como instrumento que, nos limites da justiça, fabrica aqueles que enviará e reenviará à prisão – mais um degrau dessa hierarquia percorrida passo a passo. Em *Vigiar e Punir* (Foucault, 1987/2001, p.226): “Vamos admitir que a lei se destine a definir infrações, que o aparelho penal tenha com função reduzi-las e que a prisão seja o instrumento dessa repressão; temos então que passar um atestado de fracasso”.

A FEBEM deixa, nos adolescentes que por ela passam, marcas suficientes não só na fala - na gíria característica, nos vícios de linguagem (pedir licença, chamar de senhor ou senhora) – mas no corpo, com cicatrizes, cortes e tatuagens cuja intenção é amedrontar. Estes antecipam a reação negativa a si mesmos, identificando-se como pertencentes a outro mundo, já que a volta ao mundo do crime é dada como certa pela maior parte das pessoas. Concordamos com Sarti (2004, p. 19), quando diz que “é generalizado o descrédito na possibilidade de recuperação dos infratores nessa instituição. Quando saem de lá, ficam “marcados”. (...) A FEBEM deixa sinais que não se apagam em quem por lá passou, um estigma”.

Muitos são os pré-conceitos que atravessam esses adolescentes, que os estigmatizam. Sendo assim, propomos agora uma breve retomada de alguns estudos realizados recentemente sobre a FEBEM, para refletir sobre concepções e pressupostos presentes nas práticas e pesquisas a esse respeito.

1.3. FEBEM nos estudos acadêmicos

A condenação de práticas punitivas é consenso, mas há autores que acreditam que a contenção se faz necessária. A internação é vista como prejudicial, principalmente no que se refere a aspectos afetivos, mas é uma solução popularmente aceita. A FEBEM, instituição condenada à falência, não é apenas uma instituição educacional, mas uma questão política.

Discussões muito amplas podem ser feitas sobre cada um desses aspectos e diversos trabalhos vêm sendo realizados sobre a FEBEM nos últimos anos. Faremos aqui um breve apanhado de alguns deles, sabendo que se trata de um recorte. Cabe destacar que são produções inscritas em diversos campos de conhecimento, evidenciando que a questão é multifacetada. Buscaremos, na medida do possível, refletir sobre a imagem de adolescente autor de ato infracional que está por trás de cada idéia e como os autores encaram as propostas educativas atuais.

Seguindo a linha dos estudos que criticam as atuações com relação a adolescentes autores de ato infracional e tendo como objetivo mostrar os desdobramentos decorrentes do aumento da penalização de jovens, Moura (2005), identifica a continuidade das práticas punitivas. Diz que há investimentos, por parte do Estado, na internação de jovens, com o discurso de combate à periculosidade e manutenção da ordem, mas que “sempre acompanhada de propostas de reforma do sistema para melhorar a situação dos jovens, a existência da FEBEM por si só já se configura como um desastre” (Moura, 2005, p.11). Além disso, pontua que o “Estado inventa reformas que garantem a existência do sistema de enclausuramento, pretendendo, com isso, pacificar a sociedade” (Moura, 2005, p. 66).

Reiterando essa afirmativa, Ataíde (2002), ao investigar as práticas que vem sendo desenvolvidas na FEBEM, diz que o objetivo desta instituição é “manter o funcionamento do sistema estabelecido, atender critérios e normas, submetendo os sujeitos” (Ataíde, 2002, p. 26). Trata-se de uma instituição concebida sob a ótica da contenção que se estruturou ao longo dos anos dando ênfase à internação e que, mesmo, depois do ECA, não conseguiu romper com esta cultura institucional.

Com relação ao impacto do processo de institucionalização junto aos profissionais da área técnica da FEBEM/SP, Ramos (2004) procurou pensar como se desenvolvem as relações de poder e autoridade em instituições totais como a FEBEM e como estas influenciam a ação dos profissionais que nelas atuam. Critica o fato dessas instituições utilizarem a punição – via privação de liberdade – visando uma readaptação dos usuários ao convívio e conclui que os profissionais acabam por incorporar a dinâmica institucional, obedecendo a normas de conduta vigentes.

Ainda falando da atuação dos profissionais, Costa (1998) faz um estudo sobre como estes (a quem denomina profissionais do social) desenvolvem suas atividades, levando em conta sua vinculação com uma instituição do governo (no caso, a FEBEM) e após a aprovação do ECA. Problematiza questões concernentes às dimensões subjetiva e institucional, presentes no fazer cotidiano desses atores institucionais e procura saber que posição esses profissionais ocupam, o modo como exercem suas ações e os efeitos de suas práticas e saberes no contexto em que atuam.

Percebe que, “embora muitos desses profissionais estivessem sujeitos às mesmas injunções institucionais, nos parecia que trabalhavam a partir de demarcações ou territorialidades rígidas e artificiais, sem que se apercebessem com elementos constituídos nas e constitutivos das relações institucionais” (Costa, 1998, p.14). Fala, portanto, também, de uma institucionalização da prática, vista por alguns profissionais como sem possibilidade de mudança. Além disso, fala de uma instituição percebida como para além da prática cotidiana de seus atores.

Interessante, ainda nesse trabalho, destacar que, ao tratar, como tema, das crianças e adolescentes e das instituições que deles se ocupam, diz de dois tipos de trabalho: um que tende para um lado de buscar a identidade dessas crianças e adolescentes para promover uma prevenção, e outro dizendo da subjetividade como determinada por uma infra-estrutura social – cada uma delas resultando em uma prática.

Assim, basicamente, o que se sabe sobre a atuação de profissionais vinculados a instituições totais remete a esses estudos, que parecem revelar, por via indireta, em linhas gerais, uma prática com as seguintes características: seria evitada de uma concepção assistencialista, disciplinadora, heterônoma e burocrática (onde a reflexão e a ação encontram-se amiúde dissociadas); reprodutora das relações de dominação e, portanto, mantenedora de uma ordem instituída; alheia à dinâmica

social mais ampla e defasada em relação aos avanços técnicos e teóricos das ciências que lhe dão suporte; ao mesmo tempo, uma prática que oprime e é crivada pela opressão dos dispositivos de poder que operam numa instituição total: “abandonados”, pois, seriam, além das crianças e adolescentes, os agentes por eles responsáveis (Costa, 1998, p.31).

Fica evidente, a partir desses estudos, a crítica com relação à atuação da FEBEM e a distância entre a prática e a legislação. Aparece, aqui, a institucionalização não só dos adolescentes, mas dos funcionários, vistos também como abandonados.

Vieira (2003), recupera a história das políticas de atendimento a crianças e adolescentes no Brasil e reflete, a partir do depoimento de um adolescente, sobre os sentidos atribuídos à experiência de internação. Atribui à situação atual da FEBEM uma política construída historicamente e que possui raízes na idéia de correção, adequação, repressão e controle.

Segundo ele, a face contraditória da FEBEM fica evidenciada na incongruência de suas práticas – repressivas e de controle em algumas unidades, humana e crítica em outras, ambigüidade subjetivamente apropriada pelos adolescentes. Por fim, constata que “o adolescente acaba assumindo estes significados, vindo a reproduzir o papel historicamente definido pela instituição para os seus sujeitos, ou seja, o papel de ladrão” (Vieira, 2003, p. 148). Indo nessa direção, de pensar adolescente x institucionalização, destacaremos, agora, de maneira mais aprofundada, alguns estudos sobre o tema.

Adolescência e violência: uma questão da sociedade

O estudo de Teixeira (2002) trata do binômio adolescente-violência, abarcando sua dupla face: o adolescente como vítima e como agente da violência. Faz uma retrospectiva da FEBEM entre a década de 60 e o ano de 2002, em que vê evidenciada a exacerbação da crueldade, heterogeneidade e descontinuidade das propostas da FEBEM. Ao mesmo tempo, mostra situações que se repetem – práticas de violência, fugas, diferenças entre unidades.

Faz uma crítica veemente à FEBEM, enquanto instituição que conserva práticas repressivas de períodos totalitários, dizendo que “a violência leva sempre para o mesmo lugar: o aniquilamento” (Teixeira, 2002, p. 56). E diz que, a partir da década de 90, há o aparecimento do adolescente de classe média nas estatísticas, mostrando que “a escolaridade não é, necessariamente, uma alternativa à prática de ato infracional” (Teixeira,

2002, p. 198). Referindo-se à FEBEM no final dos anos 90 e começo de 2000, vê desenhada uma situação limite, que torna óbvia a constatação de sua incapacidade na função educativa.

Para a autora se, por um lado, todos nos sentimos vulneráveis e vemos instalado um medo social e um clima de insegurança constante, por outro, a impunidade caracteriza o funcionamento da nossa sociedade. Não se propõe a uma resposta, mas traz o tema adolescência-violência como um ponto crítico, “condensação de múltiplas determinações pois revelador das mutações, transformações da cultura, dos padrões de relações entre os humanos” (Teixeira, 2002, p. 235). Diz: “a violência é produção humana” (Teixeira, 2002, p. 238) e a “ilusão se sustenta na falsa idéia que é possível assegurar a segurança pessoal independente da segurança pública” (Teixeira, 2002, p.242).

Plantão psicológico na FEBEM/SP: rompendo dicotomias

Investigação fenomenológica, com referências a autores da Psicossociologia Clínica, este trabalho fala do Plantão Psicológico a adolescentes e funcionários em Unidades de Internação da FEBEM/SP como forma de resgate da possibilidade da intimidade em um espaço público. Explora os conflitos e as tensões, trazendo o pátio das unidades como caricatura das relações humanas.

Ao relatar uma modalidade de prática psicológica, Aun (2005) revela os questionamentos por que passam profissionais e estagiários que se inserem no contexto FEBEM: “ao mesmo tempo em que os ajudávamos [adolescentes e funcionários] a revisitarem seus vários lugares e papéis sociais, eles também nos ensinavam a repensar nossos próprios paradigmas e fazeres” (Aun, 2005, p. 06). Relata o confronto com a alteridade, o revisitar de pré-conceitos e a perda da ilusão de uma dicotomia e da onipotência de sua prática: “percebia, na desilusão de procurar verdades (vítimas ou agressores), a cruel realidade (...): há vítimas e agressores” (Aun, 2005, p. 12). Reflete sobre a necessidade de se saber sobre nossos próprios pré-conceitos, reconhecendo no nosso olhar a carga valorativa.

Fala de um cotidiano, nessa instituição, carregado de medo e ameaça, com tensões diárias e iminência constante de uma explosão. E, a partir de seu relato, traz à tona a

fragilidade da posição ocupada pelos agentes de pátio – que, mal vistos pela sociedade, carregam a função de conter os adolescentes: “cada um olha por si, diante do desamparo e pela fragilidade de uma equipe sem suporte dentro do trabalho e da instituição. Aprendem espelhando-se em colegas mais antigos, que, por sua vez, fizeram o mesmo. Existem culpados?” (Aun, 2005, p. 86).

Aun (2005) quebra a visão de que os adolescentes são apenas vítimas, trazendo como necessária a contenção: “a conotação de brutalidade maldosa, imputada previamente à contenção por uma visão também maniqueísta, tem inviabilizado uma discussão aberta de interlocução entre disciplina e educação como ações sócio-educativas para esses adolescentes”(p.117). Suas idéias vão na contramão de qualquer postura ideológica e visão dicotômica, a favor de um diálogo e de um revisitar das próprias ambigüidades.

A rebelião como dispositivo

Em pesquisa recente, Vicentin (2005) busca, junto a adolescentes internos na FEBEM/SP, mapear os discursos, as práticas institucionais e os sentidos atribuídos por esses jovens, relacionados às situações de rebelião. Tendo por referenciais teóricos autores como Foucault, Deleuze e Guattari, a autora considera “implosivo o modo que vem caracterizando as formas de relação do jovem em conflito com a lei com os mecanismos de controle social, como uma “tendência” predominante na gestão da “delinqüência juvenil” operada pela FEBEM/SP” (Vicentin, 2005, p. 163). Essa gestão se caracteriza por intensificar a produção do adolescente autor de ato infracional como sujeito criminoso e perigoso, adotar de um esquema prisional e uma postura repressiva na gestão das medidas sócio-educativas.

Faz a ressalva de que o uso da rebelião como dispositivo pode contribuir para referendar o estigma de violentos que carregam esses adolescentes pois, à medida que se veicula a imagem deles como agressivos e perigosos, dá-se margem a discussões sobre o aumento de práticas punitivas: “a mídia, ao tratar indiscriminadamente fugas, tentativas de fugas, movimentos reivindicatórios, motins e rebeliões, contribui para construir e fomentar um imaginário social de medo e insegurança” (Vicentin, 2005, p. 263).

Para a autora, “ver a juventude como problema precipita a juventude nessa posição. (...) A violência institucional e social contra o adolescente autor de ato infracional gera mais violência”(Vicentin, 2004, p. 49). Vicentin (2005) considera as rebeliões representantes de uma resistência ante ao domínio exercido pela FEBEM, reação à violência institucional e reequilíbrio de forças. Legítima a rebelião como luta pelos direitos, ato de reivindicação de poder. E conclui: “não se trata de fazer a apologia da infração ou da transgressão; mas, se o adolescente em conflito com a lei puder ser hoje menos “marginal”, seria importante que isso não se fizesse à custa de pacificar suas diferenças” (Vicentin, 2005, p. 259).

A transgressão como lei

Recentemente publicado em nova edição, esse estudo de Guirado sobre a FEBEM é sua tese de doutorado revista e ampliada. Desde 1985 reformulando e revendo suas idéias, relata que ao realizar pesquisas-piloto com seus alunos, constatou uma regularidade entre os resultados que tinha encontrado na primeira publicação e os recentes.

Infelizmente, tudo indicava uma espécie de terrível continuidade de motivos para que se dessem aquelas relações marcadas pelo abandono e pela infração; para que se constituísse aquela subjetividade em que os vínculos afetivos, tidos como possíveis, e as expectativas em torno da vida, igualmente, desenhavam um quadro de abandono e transgressão como necessários para a sobrevivência (Guirado, 2004, p.14-15).

Ao tratar da FEBEM, pensa a internação como saída controvertida: se, por um lado, há consenso quanto a uma inevitabilidade em relação à sua existência, por outro, sabe-se dos prejuízos que esse tipo de intervenção acarreta na vida de uma criança – sendo a carência afetiva apontada como decorrência imediata. Entende a FEBEM como um conjunto de práticas de atendimento à juventude em situação de infração e evidencia a ambigüidade de sentidos que traz o objeto¹⁵ dessa instituição:

... a conservação das crianças em abandono e infração. Conserva-se o quê? A criança? O abandono? A infração? Se tivermos certos, conserva-se

¹⁵ A noção de objeto institucional utilizada pela autora está baseada na obra de Guilhon de Albuquerque, referindo-se “aquilo sobre cuja propriedade a instituição reivindica o monopólio de legitimidade” (Guilhon de Albuquerque, p. 73, apud Guirado, 2004, p. 47).

a criança no abandono e na infração. Ou seja, mantêm-se o abandono e a infração. E é este o objeto institucional que a FEBEM parece não cansar de reproduzir em suas práticas e/ou na subjetividade-efeito das relações sociais que a caracterizam (Guirado, 2004, p.17).

E continua: “A FEBEM, como um serviço social à infância, guarda, com a clientela uma relação de controle, contenção e correção, nas diferentes práticas que a compõem” (Guirado, 2004, p. 41). Buscou compreender como os internos se percebem nas posições por eles ocupadas em suas relações e que construção de subjetividade é possível dentro dessa instituição. Ao destacar a fala dos agentes institucionais, nota que eles viam a criança como objeto de intervenção, carente e necessitado.

Ao falar dos chamados infratores, diz que o discurso deles é pautado em “afirmações categóricas com caráter de lei, todo o tempo. Mas configura-se, da mesma forma e com igual força, o valor de sua transgressão – com a unidade de sentido para ações opostas” (Guirado, 2004, p. 213). Segundo ela, eles demonstram uma “relação onipotente com os limites, esta lei se vê transgredida e, ao mesmo tempo, justificada (lei e transgressão) (...) A autodefesa, a defesa do corpo, da honra e da propriedade, tem que se dar transgredindo qualquer limite para não ser transgredido, invadido, aproveitado, atacado” (Guirado, 2004, p.214).

No discurso destes, a FEBEM representa uma fuga a uma vida que é sinônimo de marginalidade, “como uma das situações de moralidade onde se deve ter o discurso da decência; ou como conjunto de códigos que se conhece e domina” (Guirado, 2004, p. 219). Mostram o conhecimento da moral institucional, definem sua moral como marginalidade. Expõem uma distinção com relação ao entrevistador a partir do uso de um código fechado, uma linguagem de difícil compreensão ou pela explicitação de uma ameaça que eles representam – marcas de pertencimento a grupos diferentes.

“Reconhecem uma lei: a da transgressão” (Guirado, 2004, p. 220). Reconhecem como lei a propriedade privada, a defesa de coisas próprias, do próprio corpo. “A lei que o infrator (re)conhece (...) não dá limites, não elimina a ambigüidade. Uma lei que sanciona opostos. Uma lei que (re)produz a onipotência” (Guirado, 2004, p. 221). E reconhece, em um determinado ponto de seu livro que, “se a FEBEM, concretamente, não consegue resolver o problema da infância em abandono, imaginariamente ela o consegue, ou porque é reconhecida como boa em si, ou porque a clientela é percebida com inevitavelmente

irrecuperável” (Guirado, 2004, p. 71). Traz assim, a imagem de estigmatizados que se perpetua com relação a esses adolescentes, que são considerados e se consideram marginalizados, repetem e legitimam sua posição de transgressores, trazendo consigo uma moral ambígua.

Fica claro, a partir da leitura desses estudos, que a questão do adolescente autor de ato infracional e a aplicação de medidas sócio-educativas é um tema delicado, cheio de controvérsias e que não admite reduções. Trata-se de uma questão multifacetada, em que qualquer dicotomia é rasa demais para uma compreensão.

Trazemos, então, a contribuição de Goffman (1963/1988), que conta que os gregos usavam o termo estigma para se referirem a sinais corporais feitos com cortes ou fogo no corpo para evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o *status* moral de quem os apresentava.- isto é, ao se tratar de um escravo, criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, a ser evitada em espaços públicos.

Amplia o uso do termo ao dizer que a sociedade categoriza as pessoas a partir de atributos e que, ao notarmos algo diferente, deixamos de considerar esse outro, incluindo-o numa categoria inferior. O termo estigma designa, portanto, um atributo depreciativo; não existe em si, mas em um conjunto de relações. “Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. (...) Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman, 1963/1988, p. 13). Ao estigmatizado, construímos explicações sobre sua inferioridade, utilizamos termos específicos para designá-lo, atribuímos a ele uma série de imperfeições a partir da imperfeição original.

O estigmatizado, ao perceber que os outros não mantêm, com ele, relação de igualdade, pode reagir tentando provar ter corrigido seu defeito, tender a aproximar-se de forma agressiva, tornar-se uma pessoa violenta. Nesse sentido, podemos pensar que nós estigmatizamos os adolescentes, os excluímos e depreciamos e eles reproduzem isso nas suas relações entre internos. Estar no Seguro é um estigma que alguns carregam, além de estarem internos na FEBEM.

Estigmatizados podem, por outro lado, ir em busca de benefícios secundários, apresentando seus casos, contando como são adaptados ao mundo dos normais e sujeitos a recompensas públicas. Por vezes, publicam livros em que compartilham seus sentimentos, consolidando a existência do seu grupo – fazem, por vezes, de seu estigma, uma profissão. Pode incorporar o ponto de vista e crenças da sociedade no geral sobre ele.

Nesse sentido, o excesso de tematização da violência tem construído um determinado imaginário sobre ela (Vicentin, 2005), trazendo à tona respostas cada vez mais repressivas e o incremento da discussão em torno da redução da idade penal. Por outro lado, a vitimização do adolescente e a condenação dos profissionais da FEBEM produzem uma reação rumo a benefícios secundários – “[os adolescentes] recorrem a seus direitos legais expondo as agressões físicas a que se dizem submetidos. No entanto, quantas marcas de “tortura” (...) são também produzidas por disputa entre eles mesmos” (Aun, 2005, p. 117). Difícil categorizar em vítimas e agressores. Trata-se de uma espécie de identidade institucional em adolescentes “que aprenderam a usar a violência como mediadora de todas as suas relações” (Vicentin, 2005, p. 207).

Adorno ressalta, em prefácio de “A vida em rebelião: jovens em conflito com a lei” (Vicentin, 2005), o quão difícil é evitar, nesse tema, abordagens que oscilem entre “dois eixos: da responsabilização moral e penal pela agressão à construção da vítima indefesa” (Adorno, 2005, p. 13). Concordamos com Sarti (2004) quando diz que “as cenas que povoam o imaginário social sobre os infratores – família desestruturada, pais alcoólatras, desemprego, pais ausente, mãe chefe de família – embora ocorram, não são regra geral. Sobretudo, não explicam o delito” (Sarti, 2004, p. 20).

As propostas educativas têm trabalhado com uma idéia de que a escolarização, para esses jovens, é uma “medida importante para propor situações que levem esse adolescente a refletir e rever os conceitos (...) em direção a uma real opção por valores em sua vida” (Cury, 2004, p. 06). Muitas vezes, em suas práticas, a FEBEM desconsidera o adolescente e, trazendo propostas disciplinares (no sentido trazido por Foucault e trabalhado anteriormente), cristaliza a imagem de violentos criminosos que esses jovens carregam consigo.

Não nos esqueçamos que

... o adolescente que vemos, quando o olhamos, é, em alguma medida, construído por nós mesmos. Ainda que estejamos limitados pela realidade, tal com ela se apresenta, independente de nossa vontade, essa realidade não está inteiramente dada, mas se constitui a cada ato, pelo encontro – ou desencontro – entre cada um de nós e o outro” (Sarti, 2004, p. 17).

Nessa mesma linha, Goffman (1963/1988) diz que “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude das normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (p.148). Ao partirmos do princípio de que a perspectiva por onde olhamos determina, pelo menos em parte, aquilo que vemos, podemos pensar em que medida todos esses pressupostos têm contribuído para a estigmatização dos adolescentes. Isso nos devolve, portanto, à posição de agentes nessa história, trazendo a possibilidade de mudanças.

Há uma condenação social do internado, passando a idéia de que a FEBEM trabalha com uma clientela irrecuperável. São meninos “sem moral” que, desacreditados, parecem merecer a exclusão como forma de afastá-los dos olhos da sociedade, por serem vistos como diferentes.

É difícil atribuir o delito exclusivamente ao perfil socioeconômico do infrator. Sabe-se que, garantindo-se trabalho aos adultos e melhorando a qualidade de vida da população, em termos de políticas sociais básicas – educação, saúde e moradia – diminui-se esse tipo de violência nas cidades. Entretanto, para além das condições objetivas de vida dos adolescentes infratores, o que parece ajudar a entender o que os move é o universo de referências morais que dá sentido a essas experiências. Para conhecê-lo, há que se ouvir os adolescentes e criar condições para que eles possam re-significar essas experiências de forma a não mais causar, por seus atos, danos aos outros (e a si mesmos) e assumir a responsabilidade sobre seus atos (Sarti, 2004, p. 20).

É nesse sentido que partiremos para capítulos mais específicos para, então, dar a palavra aos adolescentes. Esclarecemos, desde já, que temos como autores que norteiam o pensamento Piaget (pelas suas contribuições em Psicologia Moral) e Foucault (pelo conceito de poder que, a nosso ver, é o mais adequado para pensar as relações na FEBEM); autores que divergem em sua noção de sujeito. Optamos, para o presente momento, não privilegiar um em detrimento do outro, mas buscar, na obra de cada um, contribuições¹⁶. Parafrazeando Guirado (2004), é das superposições possíveis e das diferenças

¹⁶ Talvez, em trabalho posterior, poderíamos nos deter nas diferenças e conciliações possíveis entre esses dois autores.

irreconciliáveis entre esses dois modos de pensar que dependem as consistências e inconsistências de nosso trabalho. Buscaremos, nos capítulos subsequentes, mostrar conceitos que nos servirão de instrumento e a partir de que olhar nos debruçaremos sobre as entrevistas.

1.4. Moralidade e virtudes: conceitos em Psicologia do Desenvolvimento

Para Piaget (1932/1994), toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras. Trata-se, portanto, de uma moral do dever, um conjunto de leis que pedem obediência, ficando no campo da obrigatoriedade. A entrada na moralidade se dá pela heteronomia e se dirige à autonomia.

Classifica as relações sociais em dois tipos: por coação e cooperação. Na coação, um sistema de regras de conteúdo obrigatório é imposto do exterior ao indivíduo, caracterizando uma relação essencialmente heterônoma. Trata-se, assim, de uma moral da obediência, em que o poder das instruções está ligado diretamente à presença de quem as deu. A coação envolve respeito unilateral, autoridade, prestígio, sendo que a regra é percebida como exterior, imutável, sagrada. A regra tradicional é coercitiva, oriunda do respeito unilateral. Se, num dado momento, a cooperação sucede à coação ou a autonomia à heteronomia, é porque, crescendo, a criança escapa, progressivamente, à vigilância dos mais velhos. A regra surge, então, a partir do respeito mútuo, em que há um sentimento de respeito e de autoridade, produto mútuo de um engajamento.

Para a moralidade se desenvolver seria, então, necessário, introduzir situações de cooperação. Esta é entendida como uma troca entre iguais e a essência é fazer nascer, no próprio interior do indivíduo, a consciência das normas ideais, dominando todas as regras. Esse tipo de relação caracteriza a autonomia, e constitui mais um equilíbrio que um sistema estático, sendo definida pela igualdade e respeito mútuo. Trata-se da passagem da regra para o princípio, pressupõe a reciprocidade e a descentração (levar em conta o outro). Uma pessoa autônoma seria aquela que, a despeito das condições do contexto, age da mesma forma.

Essa passagem ocorre à medida que a regra vai sendo interiorizada, concebida como uma livre decisão das próprias consciências, construção progressiva e autônoma. É a partir do momento em que a regra de cooperação sucede à regra de coação que ela se torna uma lei moral efetiva. É dessa forma que o desenvolvimento moral se dá: a coação que resulta na heteronomia tende a se desenvolver em cooperação e autonomia. Do respeito unilateral ao adulto e da aceitação ao pé da letra das regras, a criança vai passar a obedecer a regra em

si própria, generalizada, e não somente ao adulto. Segundo La Taille (2001), a moral heterônoma tem menos força motivacional porque as regras permanecem externas. Na moral autônoma, os ideais inspiram projetos e ações decorrentes, dão sentido à obediência a certas leis coerentes com os ideais.

O aspecto social – as relações – tem fundamental importância no desenvolvimento:

... sem relação com outrem, não há necessidade moral: o indivíduo como tal conhece apenas a anomia e não a autonomia. Inversamente, toda relação com outrem, na qual intervém o respeito unilateral, conduz à heteronomia. A autonomia só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado (Piaget, 1932/1994, p.155).

Para Lévy (2001) as regras, em uma instituição, têm como função organizar um funcionamento e contribuir para o alcance de seus objetivos. Devem ser decorrentes das realidades sociais onde serão aplicadas e estão associadas a representações partilhadas. No que se refere a suas atribuições formais, cabe à FEBEM educar e profissionalizar o adolescente interno. Porém, conforme já dito anteriormente, segundo Foucault (1996/2002, p. 85), “a penalidade no séc. XIX, de maneira cada vez mais insistente, tem em vista menos a defesa geral da sociedade que o controle e a reforma psicológica e moral das atitudes e do comportamento dos indivíduos”. Não só pune suas infrações, mas tenta corrigir suas virtualidades.

Nesse sentido, Guará (2000), ao pesquisar sobre padrões morais de jovens autores de ato infracional diz não ser possível falar em um padrão único de moralidade entre eles, mas na existência de diversos padrões morais que convivem em contradição e conflito.

Os jovens autores de infração na FEBEM/SP não são anjos nem demônios; não são seres amorais e nem são os heróis de uma nova revolução social. Eles são porta-vozes importantes dos dramas e contradições sociais. São heterogêneos em sua trajetória, em sua condição pessoal e social, em sua cultura e pertencimento, mas são homogêneos no discurso sobre as “leis” a que se submetem quando enveredam pelo perverso caminho da delinquência (Guará, 2000, p. 225).

Segundo a autora, “a internalização do controle social da moral convencional e das normas legais (...) acaba edificando uma moral híbrida, em que o bem e o mal são continuamente relativizados” (Guará, 2004, p. 42). Além disso, “na inexistência de

mediações adequadas, os desequilíbrios, ao invés de constituir um desafio para a busca de crescimento, cristalizam normas morais heterônomas e utilitaristas” (Guará, 2004, p. 43). Os adolescentes percebem a dissociação entre a ordem expressa e as práticas e, “ferindo um dos preceitos básicos da ação pedagógica, diz-se uma coisa e faz-se outra” (Sarti, 2004, p. 17). A autoridade não é considerada legítima e o respeito à ordem fica baseado no temor. A heteronomia, aqui, aparece legitimada pelo social, pela instituição na qual os adolescentes estão inseridos.

Se fazer essa constatação parece estigmatizar os adolescentes e fazê-los serem vistos como inferiores, é importante marcar que Piaget não é categórico em suas classificações e intui que o fenômeno da moralidade é multifacetado. Autonomia e heteronomia são conceitos, tendências e não estágios propriamente ditos. “Longe de restringir a autonomia, portanto a forma mais evoluída da moral, a uma esfera só, Piaget parece admitir que suas traduções são múltiplas, tanto em termos de consciência como em termos de condutas” (La Taille, 2002, p.19).

Apesar da teoria piagetiana trabalhar com estágios que se sucedem, não podemos nos esquecer que interessou, ao autor, em sua obra, o sujeito epistêmico e as invariantes universais. Nesse sentido, não podemos deixar que interpretações errôneas sejam feitas a partir da teoria dos estágios, utilizando-os de forma estereotipada:

Avaliações morais do que é certo ou errado podem ser vistas na psicologia como fruto de julgamentos baseados em formas específicas de raciocínio que evoluem em estágios de desenvolvimento moral, mas podem, também, ser vistas como (...) fruto de determinadas práticas e ancoradas em características sociais e culturais específicas a certos contextos (Menin, 2003, p.125).

Em suas pesquisas, a autora constata que

... o próprio conceito sobre o que é delinquência, pode variar entre grupos, não por representarem formas mais “adiantadas” ou “atrasadas” de desenvolvimento cognitivo e moral, mas por terem uma construção coletiva, marcada por práticas sociais, pela história e cultura comuns a determinados grupos de pessoas e servindo, assim, de referenciais de mundo (Menin, 2003, p.126).

Fala da moral como tendo forte marcação social, e acrescenta que somente tomar a teoria dos estágios de Piaget e Kohlberg¹⁷ não é suficiente. Para pensar essas diferenças, faremos uso dos conceitos de valor e virtudes morais.

Para Piaget, a motivação das condutas é sempre afetiva; é a afetividade que produz o querer. La Taille (2002), ao exemplificar condutas morais tendo como referência a teoria de Piaget, diz que “se alguém se comporta segundo o mandamento de não matar, é porque, por um lado, concebe de alguma forma esta norma (razão) e, por outro, a valoriza (afetividade)”. (p. 127). Valorizar seria investir afetivamente em algo.

No fim da infância, acontece a organização autônoma das regras e dos valores, a afirmação da vontade e a regularização e hierarquização moral das tendências. Assim, o adolescente constrói uma espécie de “sistema pessoal”. Podemos definir moral como essa hierarquia de valores, um conjunto de regras de controle que dirige o investimento afetivo.

Piaget (1964/1978) denomina vontade, não a energia empregada a serviço de uma determinada tendência, mas a regulação dessa energia para favorecer certas tendências à custa de outras. Ela aparece quando há um conflito. Por exemplo, se há uma tendência inferior mais forte (A) e uma superior mais frágil (B), a vontade fará com que se restabeleçam os valores segundo a hierarquia anterior (B se sobrepondo a A). Assim, a tendência momentânea torna-se fraca e fica subordinada a valores que se tornam mais importantes (La Taille, 2002).

Para La Taille (2002, p. 64), “o homem busca identificar-se com valores vistos como positivos para ele”, mesmo que esses sejam contraditórios em relação à moral vigente - “pensar o contrário seria admitir que toda imoralidade é de certa forma patológica e que, portanto, alguns valores (aqueles considerados bons por uma determinada moral) teriam mais força de atração do que outros” (La Taille, 2002, p. 65). As imagens de si são construídas como conjunto de valores e as características pelas quais um sujeito se define dizem respeito a elas serem desejáveis ou não.

A essas representações de si - entendendo representar-se como construir imagens, idéias e conceitos a respeito de si mesmo - chamaremos de Eu. “Cada pessoa não tem apenas um conceito a respeito de si, mas vários, que podem até estar em conflito” (La

¹⁷ Importante autor em Psicologia Moral, continuou a trabalhar com estágios.

Taille, 2001, p.74). Identidade seria, então, o conjunto das representações de si, sempre valorativas. Na construção de representações de si, embora não sejam causa exclusiva, há uma importância fundamental dos olhares e juízos alheios. E, apesar de, em moral, a opinião do outro ter importância, o problema está na entrega completa ao juízo alheio, que indica heteronomia. Se, para La Taille (2002, p. 61) “conhecer-se implica necessariamente julgar-se”, implica, também, perceber-se sendo julgado.

Em decorrência disso, agir de forma contrária aos valores que cada um considera positivo pode dar origem a sentimentos como a vergonha, pois esta decorre do fato de sermos objetos para outrem: “se para um sujeito, os valores morais estiverem presentes no conjunto das representações de si, este sentirá vergonha cada vez que suas ações, e até seus pensamentos, foram contraditórios com os referidos valores” (La Taille, 2002, p. 169).

A vergonha refere-se, então, a um fracasso pessoal, uma “má imagem” diante da imagem que se quer ter. E, de um sentimento como esse, podem derivar escolhas de comportamentos:

... se sentir vergonha depende necessariamente de uma conjunção entre um autojuízo e o juízo alheio, o medo da opinião dos outros corresponde ao medo da própria opinião. Portanto, o medo da desaprovação alheia, se motivado pela vergonha, não parece ser estranho à moral” (La Taille, 2002, p.90).

Porém, não podemos confundir vergonha com humilhação. Esta última se refere a atos de violência cometidos contra alguém com a finalidade de rebaixá-lo. A vergonha tem o sentido de um julgamento negativo de si mesmo, prova de adesão ao um sistema de valores.

Pensando na situação dos adolescentes, dizer que a FEBEM produz e legitima uma moral heterônoma não basta. Conforme Piaget (1963/1975), em um sistema de relações, nada é meramente aditivo, consistindo em uma associação. O todo não pode ser tratado como uma soma algébrica de relações isoladas, mas como um sistema de implicações. Levando em conta os aspectos acima tratados, podemos supor que a conduta dos adolescentes diz respeito, também, a escolhas, segundo uma hierarquia de valores.

Guirado (2004), ao falar dos adolescentes autores de ato infracional, afirma: “chama a atenção, na fala desses meninos, ainda, a relação que estabelecem com a lei e com a

transgressão. Reconhecem uma lei: a da transgressão” (p. 220). Os adolescentes têm o domínio da moral institucional, mas “a lei que o infrator (re)conhece (...) não dá limites, não elimina a ambigüidade. Uma lei que sanciona opostos. Uma lei que (re)produz a onipotência” (Guirado, 2004, p. 221). Segundo um adolescente: *Sistema é assim, cada unidade tem o seu sistema. (...) É umas regras entre nós.*

Para Sarti (2004, p. 17), “à ausência de referência à noção de lei corresponde a elaboração de uma lei própria pelos internos, um código de conduta por eles construído, com base na mesma lógica personalista que vivenciam na instituição”. Trata-se de um código rígido, implacável, cuja punição (mandar o adolescente para o Seguro) já está de tal forma instituída que faz parte de uma dinâmica institucional. Nos estudos de Guará (2000), esses códigos muitas vezes implicam no uso de violência e coação física, pois

... a adoção da transgressão como estratégia de vida exige dos adolescentes um comportamento viril e agressivo e uma demonstração de coragem e ousadia cada vez maior, que implica inclusive na eliminação de companheiros que não cumpriram os acordos estabelecidos. Além disso, os sentimentos de vergonha e humilhação muitas vezes justificam o emprego da violência, como uma reação necessária para a preservação da honra masculina (Guará, 2000, p. 230).

Falamos aqui de sentimentos morais – vergonha, humilhação e virtudes – coragem; podendo marcar que os adolescentes obedecem, sim, a uma hierarquia de valores. Guará (2000) destaca, em seus resultados, a presença da humildade e da honestidade. A primeira, considerada uma virtude ao se referir à consciência de que se está abaixo de um ideal, pode ser um valor positivo ao se referir à igualdade e solidariedade. Porém, assume sentido negativo quando diz respeito à aceitação de uma condição inferior, de um estado de inferioridade. A honestidade, também mencionada pela autora, é relativizada pelos adolescentes por conta da ausência de modelos sociais que demonstrem que essa virtude valha a pena. É interessante marcar aqui que, além da elaboração de normas e da necessidade de autoridade, a existência de exemplos é importante no desenvolvimento moral e na valorização de determinadas virtudes.

Estudos sobre as gangues e galeras (Abramovay, 2002, Cecchetto, 2003, Guimarães, 2003, Zaluar, 2003) relatam que esses grupos são responsáveis pela transmissão de valores e regras e que os jovens, via pertencimento ao crime, tentam escapar de uma marca de “otário” – alguém que se submete ao trabalho de baixa remuneração e não possui bens de

consumo. Valorizam a posse, o domínio, a fama e a violência, tendo as brigas lugar central na lógica de organização desses grupos.

Brigas e transgressão podem nos remeter também à coragem, virtude definida por “uma fraca sensibilidade ao medo, seja por ele ser pouco sentido, seja por ser bem suportado, ou até com prazer” (Comte-Sponville, 1995, p. 55). Mas há uma ressalva: a coragem “só se torna uma virtude quando a serviço de outrem ou de uma causa geral ou generosa” (Comte-Sponville, 1995, p. 55). Mas o que é a coragem senão uma vontade mais determinada? As rebeliões, conforme vistas por Vicentin (2005), são dispositivos de resistência. Seria coragem a virtude que norteia as escolhas dos adolescentes? Coragem de que? A ilusão de onipotência, atrelada ao uso da força, traz a violência como marca. Poderia esta, então, ser considerada como valor para eles? Teriam eles orgulho de ser violentos?

Por outro lado, vemos, nas atitudes dos adolescentes, uma prudência, no que diz respeito ao controle de seus próprios comportamentos e de seus companheiros de pátio. A prudência é a virtude que leva em conta o futuro (Comte-Sponville, 1995), que separa a ação do impulso, que mostra a necessidade da precaução. Criar regras no pátio para evitar confusões não seria um exemplo de prudência?

Não podemos deixar de assinalar que, quaisquer que sejam nossas análises, ainda não refletimos sobre os relatos dos adolescentes. Sabemos que se trata de um funcionamento heterônomo. Tanto em gangues quanto na organização dos adolescentes há a presença de um líder ou grupo de líderes, que comandam as decisões e a quem os demais se submetem.

Comum entre gangues, e presente na FEBEM, é a defesa do grupo e do território que garante a união e fortalece a lealdade entre seus integrantes. Trata-se, portanto, de um conjunto de valores e regras que carregam consigo; também, uma disputa pela posição de domínio, relações de poder. Segundo La Taille (Cortella & La Taille, 2005), a noção de tribos contribui para que se veja o outro como “alguém de fora da minha fronteira e um possível inimigo de quem eu tenho medo” (Cortella & La Taille, 2005, p. 32). Porém, ressaltamos, com Cortella (Cortella & La Taille, 2005, p. 25), que “a questão não é pertencer ou não a uma comunidade, mas achar que aquela comunidade é a única que tem validade”.

Falta-nos, novamente, a fala desses adolescentes. Se queremos compreender como está sendo construído seu sistema de valores, se é no nível do ser (e não do dever ser) que queremos entender como eles legitimam suas regras, fica a pergunta: o que eles valorizam? O estigma de “sem moral” já está derrubado. Eles têm uma moral, baseada nos seus valores. Então, daremos a palavra a eles: falem-nos sobre seu universo moral.

Mas, antes, gostaríamos de abrir mais um item, considerando as relações de poder. Afinal, se é uma organização legitimada pela FEBEM, o Sistema e o Seguro cumprem uma função. Cada grupo tenta impor sua própria lei e na unidade há uma disputa a todo momento por domínio, oscilando “entre “a casa dominada pelos menores” e a “casa zerada”” (Aun, 2005, p. 89). Casa zerada quer dizer nas mãos de funcionários, “em ordem”. A casa “vira” com a perda de controle para “as mãos dos meninos”. Vamos, então, pensar um pouco na dimensão institucional desse funcionamento.

1.5. O poder para Foucault e as contribuições da Psicologia Institucional

“No pátio acontece a maior tensão da unidade, que emana como um braço de ferro” (Aun, 2005, p. 39). Entrar numa Unidade de Internação é ter de estar sempre atento: em meio a funcionários – que tentam garantir uma ordem na unidade – e adolescentes – que tentam burlar as regras de quando em quando - alguns “profissionais da educação” desenvolvem, na medida do possível, seu trabalho.

“Faz-se então um retrato de uma crise constante, e o pátio parece uma luta de forças: disputa rotineira por domínio sobre normas da casa” (Aun, 2005, p. 39). Adolescentes com seu Sistema próprio, mas também com o domínio da moral institucional (Guirado, 2004). Uma dinâmica que se dá a partir da suspeita de um olhar – tanto de adolescentes quanto de funcionários - que sempre controla, um tipo de funcionamento que pode ser chamado de panoptismo (Foucault, 1996/2002) por instaurar, no adestramento dos corpos, a vigilância permanente.

Chama a atenção que, em um sistema disciplinar rígido e pautado no controle – dos corpos, inclusive – exista uma forma de organização, entre os internos, criada e legitimada por eles. Porém, para Foucault (1987/2001) o poder disciplinar, longe de anular ou destruir indivíduos, os fabrica. Assim como resume Machado (1988, p. XX), “o indivíduo não é o outro do poder, realidade exterior, que é por ele anulado; é um de seus mais importantes efeitos”.

As regras do Sistema, tomadas como discurso, guardam uma relação de interioridade com suas condições de produção e as subjetividades não se produzem senão nas relações concretas, nas instituições. Seria o Sistema mais uma forma de integração dos delinquentes à disciplina, aos instrumentos de vigilância, uma expressão de quão eficiente é o adestramento dos corpos – a ponto de provocar a existência dessa organização, em moldes tão semelhantes, envolvendo julgamentos, punições, exclusão e uma normalização? Estariam presentes nessa organização os tipos de pena mencionados por Foucault: deportação, exclusão no próprio local, reparação do dano?

As instituições totais, segundo Goffman (1961), retiram a autonomia dos sujeitos, impedindo ações que atestem o papel de agente por parte dos internados. Há a perda da escolha pessoal, da decisão e a renúncia da vontade. Por outro lado, relata um sistema a que

denomina de ajustamentos secundários, que permite que os internados consigam satisfações proibidas ou obtenham, por meios ilícitos, satisfações permitidas. Dão ao internado a prova de que ainda é um homem autônomo, com certo controle de seu ambiente. Há também a criação de uma espécie de código e meios de controle para que não haja delação para a equipe de dirigentes, já que, entre internados, é difícil ver estabelecida uma relação de confiança.

Retomando o que havíamos dito sobre o Seguro e a história da criminalidade (grupos de autodefesa), a existência do Sistema para regular os comportamentos pode ter função de proteção do grupo. Por falta de confiança ou medo de castigo, criam-se regras para normatizar condutas. Por outro lado, o Seguro mostra-se um dispositivo que apresenta um contraponto à mortificação presente em instituições totais, à sujeição do sistema disciplinar - busca por uma participação, por um poder de decisão, mesmo que seja entre seus semelhantes.

Guirado (1987) traz, para a psicologia, a contribuição de Guilhon de Albuquerque:

... fazer pensar a instituição como conjunto de práticas sociais que se reproduzem e se legitimam, num exercício incessante do poder; um poder entre agentes, dos agentes com a clientela; um poder na apropriação de um certo tipo de relação como própria, como característica de uma determinada instituição (Guirado, 1987, p. 69)

Com isso, o ambiente institucional seria pensado como um conjunto de práticas desenvolvidas pelos atores da instituição - que ocupam posições e lugares instituídos, representam para si sua prática e a dos outros. Pensar instituição como “um conjunto de práticas, ou de relações sociais que se repetem e se legitimam enquanto se repetem – e não como um estabelecimento” (Guirado, 2004, p. 44) – significa que não se trata de falar em espaço físico.

Dessa forma, não só a FEBEM como o funcionamento Sistema-Seguro pode ser pensado como tal, sendo a partir da repetição de um esquema de agir que esse cenário institucional se repõe concretamente. O fato de normas serem criadas, ensinadas e adolescentes receberem punição ou serem excluídos do convívio faz com que esse funcionamento se legitime e que seja visto como passível de punição – via exclusão para o Seguro – aquilo que se afasta de uma norma por eles valorizada. Trata-se de um sujeito efeito das relações sociais, institucional.

Se pensarmos em um sujeito constituído nas e constitutivo das relações institucionais, privilegiamos a posição desse sujeito na estrutura institucional, considerando cada um (interno ou funcionário) como agente desse funcionamento, concretizando essa ação. Cada conflito é visto não como característica de uma determinada população, mas como efeito das relações sociais. E qualquer movimento nessa rede diz respeito a relações de força e, portanto, de poder. Um jogo de tensões que se reedita a cada momento. Assim, o Seguro, os conflitos que surgem a partir deste, as regras estabelecidas e os castigos seriam tomados como expressão desta articulação de posições.

Para escapar do sistema judiciário, entre os sécs. XVI e XVII, há a formação dos grupos de autodefesa, que se encarregavam de organizar uma espécie de reforma moral, evitando certos tipos de comportamento – uma penalidade autônoma para escapar da penalidade estatal (Foucault, 1996/2002). Mas, no decorrer do séc. XVIII, esses grupos de controle passam a ser um reforço para a autoridade penal. Teriam os adolescentes leis tão diferentes das penais? Condenariam eles comportamentos muito diferentes dos condenados pela sociedade em geral? Segundo Violante (1985), o conflito vivenciado pelo adolescente institucionalizado para definir sua própria identidade é uma tensão entre sentir-se decente e ter que ser ou um ‘regenerado’ ou um ‘malandro’¹⁸, questionamos: carregariam essas categorias virtudes tão diferentes?

Para Foucault (1987/2001), na essência de todos os sistemas disciplinares há um pequeno mecanismo penal, com leis próprias, mecanismos próprios de sanção, instâncias de julgamento, que reprimem um conjunto de comportamentos, tornando penalizáveis as frações mais tênues de conduta. A história da penalidade diz respeito a uma história dos corpos; a prisão substitui o suplício, pois o corpo deve ser adestrado. “É preciso lembrar do que Bentham dizia sobre o Panóptico: é uma forma de arquitetura, é claro, mas é sobretudo uma forma de governo (...) uma definição das formas de exercício de poder” (Foucault, 2003, p. 72). Continua: “O panoptismo, a disciplina e a normalização caracterizam esquematicamente essa nova investida do poder sobre os corpos” (Foucault, 1997, p. 42).

A FEBEM, com sua prática de internação, e como toda instituição, produz e reproduz uma imagem de sua eficácia com seu público, no reconhecimento de uma

¹⁸ Decente e malandro são expressões utilizadas por Violante (1985) para definir o conflito de identidade vivido pelos adolescentes internos da Febem. Decente seria aquele que não está em conflito com a lei e é reconhecido pelos agentes da instituição.

legitimidade sobre seu objeto. Como uma instituição do poder disciplinar, inserida em uma sociedade disciplinar, procura abrigar e educar adolescentes em conflito com a lei. Hoje as unidades são compostas somente por infratores. E o objeto institucional que a FEBEM não cansa de reproduzir é a conservação dos adolescentes em condição de infração. Afinal, afirma Foucault (1984), uma parte dos mecanismos de uma instituição se destina a garantir sua conservação.

A prisão não corrige; ela chama incessantemente os mesmos; ela constitui, pouco a pouco, uma população marginalizada (...) A prisão tem a vantagem de produzir a delinquência, instrumento de controle e de pressão sobre o ilegalismo, peça não negligenciável no exercício de poder sobre os corpos (Foucault, 1997, p. 43)

Podemos afirmar que esse funcionamento entre os adolescentes é uma instituição criada e mantida por eles e, assim, compreender o Seguro enquanto um lugar institucional, em relação com cada um dos outros lugares instituídos. Na FEBEM, instituição considerada total, em que predomina o poder disciplinar e são retirados quase todos os meios de resgate da subjetividade, essa organização dos adolescentes aparece como contraponto ao fechamento e fazendo parte da dinâmica institucional, estabelecendo constante tensão.

Para contribuir com essa reflexão trazemos, da obra de Foucault, o conceito de poder, de fundamental importância para a leitura dessa instituição. Segundo Costa (1998, p. 50),

Todo um novo horizonte de análise se abre com a contribuição de Michel Foucault para a compreensão das relações de poder e das relações de saber-poder. Até então, a representação clássica do poder era aquela que o concebia com aberto, visível e localizado na monarquia absoluta, no Estado.

O poder, para Foucault, não é algo que se detenha como um bem, não está nas mãos de alguém; não há aqueles que detêm o poder e aqueles que a ele são submetidos. Não está localizado em um ponto específico, não é ação repressiva. O poder, segundo Foucault (1999), funciona, “se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo” (p. 35). Só deve, portanto, ser analisado “como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia” (Foucault, 1999, p. 35). Segundo Machado (1988, p.

XIV), “rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder”.

O poder, então, “se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1977, p. 89). Pode ser entendido como correlação de forças, de domínio e resistências, de caráter estritamente relacional. “Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder (...) Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível” (Foucault, 1977, p.91). É esse suporte móvel de correlações de força que, devido à presença e manutenção da desigualdade, induz continuamente a estados de poder, sempre localizados e instáveis.

Essa visão de poder permite um olhar que detecta e descreve os dispositivos de regulação, que funcionam de forma invisível a partir de mecanismos engenhosos, pois o poder deixa de ser considerado “entidade com substância própria, que pode ser adquirida, tomada ou dividida, para ser entendido como um conjunto de relações que são exercitadas, que pulsam em toda a superfície da rede social”. (Costa, 1998, p. 51). Para Foucault, “abordar o tema do poder por uma análise do “como” é operar, com relação à suposição de um “Poder” fundamental, muitos deslocamentos críticos. É tomar por objeto de análise relação de poder e não um poder” (Foucault, 1984, p.312, tradução da autora). O poder só existe em ato.

No que se refere às relações de poder, diz que “possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor” (Foucault, 1977, p. 90). Inclui nele, portanto, a liberdade: não há, para Foucault, uma relação de exclusão entre poder e liberdade; a liberdade é condição do poder:

O poder só se exerce sobre “sujeitos livres” e enquanto eles são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm à sua frente um campo de possibilidades onde diversas condutas, diversas reações e diversas formas de comportamento podem ter lugar. Onde as determinações estão saturadas, não há relações de poder. (Foucault, 1984, p.314, tradução da autora).

Com isso diferencia poder e violência, esta agindo sobre a ação - atual, futura ou presente - do outro. Uma relação de violência aniquila, submete, destrói, fecha todas as

possibilidades, tem como único pólo oposto possível a passividade. E, ao encontrar resistência, busca reduzi-la. Uma relação de poder age sobre a própria ação e

... se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis para ser justamente uma relação de poder: que “o outro” (aquele sobre o qual ele se exerce) seja bem reconhecido e mantido até o final como sujeito da ação; e que se abra, frente à relação de poder, todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (Foucault, 1984, p.313, tradução da autora).

A partir dessa idéia, Vicentin (2005) considera as rebeliões um “acontecimento ou dispositivo revelador das instituições, do jogo de forças, dos interesses presentes numa determinada situação (...) explicita conflitos, provoca rupturas nos modos naturalizados da vida institucional” (Vicentin, 2005, p.41). Seria uma forma de resistência à dominação, esta entendida como “as múltiplas sujeições que ocorrem e funcionam no interior do corpo social” (Foucault, 1999, p. 32).

Vicentin (2005) entende as rebeliões como mecanismo de reequilíbrio de forças, ou porque os adolescentes conseguem algumas regalias – exigências para o fim da movimentação – ou porque os funcionários restabeleceram uma ordem – pautada, muitas vezes, na contenção absoluta. Ela relata: “a pesquisa sociológica de sistemas penitenciários mostrou que os presos também exercem poder no ambiente carcerário e que a ordem social desse ambiente resulta, em grande parte, de suas coalizões e negociações com a administração” (Vicentin, 2005, p. 262). Segundo Sarti (2004, p. 18)

... há uma permanente negociação nas relações entre funcionários e internos, em que cada um busca incessantemente assegurar uma posição de poder. Miram-se, para isso, no que lhes é dado ver: a lógica institucional, na qual impera como autoridade aquele que consegue se impor como o mais forte.

Impor-se como forte: relação de poder ou de violência? Produz ou aniquila? Se Vicentin afirma “a rebelião devolve à instituição sua própria feição: contraviolência, como resposta à violência” (Vicentin, 2005, p. 78), podemos pensar que o emprego contínuo de força física e contenção extrema produziu essa forma de resistência – a rebelião? E hoje, com a violência que elas apresentam, pode-se dizer que há, nas unidades, relações de poder?

Tentar estudar o poder a partir da própria relação, pois é ela que determina os elementos sobre os quais incide; investigar as resistências que se opõem aos domínios; pensar quais oposições se configuram... Estudar as formas de poder como relações de força que se “entrecruzam, remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem a anular-se” (Foucault, 1999, p. 319). É assim que pretendemos analisar o funcionamento que se dá entre os adolescentes.

Sendo assim, não existe uma oposição binária dominados/dominadores. As relações de poder são intencionais e não existem sem um objetivo. Não se trata de “procurar quem tem o poder (...) e quem é privado de poder” (Foucault, 1996/2002), mas perceber como essas relações se estabelecem, como se dá o jogo de forças. E onde houver poder, haverá resistências: as correlações de forças não podem existir senão ante a pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, alvo, apoio. As resistências não são apenas subprodutos das relações de poder, mas apresentam-se como interlocutor irreduzível, sem o qual a ilusão do foco de soberania não existiria.

A FEBEM, exemplo de uma instituição disciplinar, possui sua rede de relações de poder, que produz realidade e rituais de verdade. Assim, não se trata do Seguro ou do grupo de líderes, dos adolescentes ou dos funcionários, mas das relações de poder que se estabelecem e de como isso é expressão de uma conjunção de forças da instituição. Nos propomos, então, a não só analisar o conteúdo das regras, os comportamentos valorizados, as virtudes prezadas pelos adolescentes. Queremos, também, saber como eles se organizam dentro da FEBEM.

Tendo como tema o Seguro – dando margem, então, para que eles digam sobre seu universo moral e suas relações de poder – esperamos ser possível perceber o interjogo das posições atribuídas a cada um dos atores institucionais, quais grupos se formam, que imagem eles têm deles mesmos e dos outros e qual imagem é por eles desejada.

2. OBJETIVOS E MÉTODO

2.1. Objetivos

Esclarecidos os norteadores do nosso pensamento, vimos surgirem algumas questões principais. Há o Seguro, que marca a exclusão a partir da desobediência frente a um sistema de regras. Falamos, portanto, em moral. Há uma organização criada e legitimada pelos adolescentes – relações de poder em um funcionamento institucional.

Ao tomar o discurso dos adolescentes autores de ato infracional, internos na FEBEM/SP, sobre o sistema de regras por eles criado e o Seguro, o presente estudo tem como objetivos:

- Analisar a organização dos adolescentes e pensar que tipos de práticas caracterizam esse funcionamento;
- Refletir, com os adolescentes, sobre as regras: criação, justificativa de sua existência, legitimação, juízo e implicação frente a elas;
- Perceber, a partir do conteúdo das regras, o que por eles é valorizado – imagem desejada, virtudes, representações vistas como positivas, universo moral;
- Analisar, a partir dos relatos, o lugar do Seguro, que grupos se formam, mapeando as relações de poder.

2.2. Método

2.2.1. O contato com a instituição

O fato de desenvolver trabalhos de Plantão Psicológico e Acompanhamento Individual a adolescentes internos e funcionários da FEBEM/SP facilitou o acesso e o primeiro contato com as unidades de internação. Porém, a necessidade de, na presente pesquisa, serem realizadas entrevistas com adolescentes – que, nesse caso, estão sob tutela do Estado – fez com que fossem necessárias autorizações e procedimentos jurídicos.

Como ponto de partida, visitei as unidades e complexos em que pretendia realizar a pesquisa, para conversar com os respectivos diretores. Em cada uma delas, foram-me solicitadas uma carta de apresentação (anexo 1) e uma cópia do projeto para análise. Com esta autorização, enviamos, para a sede da FEBEM/SP, um requerimento por escrito contendo dados pessoais, finalidade/objetivo da pesquisa, justificativa e plano de pesquisa/perguntas, em papel timbrado da instituição de ensino, com aprovação da diretoria do Instituto de Psicologia USP (anexo 2) e do orientador da dissertação (anexo 3).

Com a aprovação do requerimento, tornou-se necessária a autorização da autoridade judiciária competente (segundo art. 144 do ECA), obtida no DEIJ – Departamento de Execuções da Infância e Juventude da Comarca da Capital (anexos 4). Foi firmado um termo de responsabilidade perante a FEBEM/SP sobre o sigilo das informações que viéssemos a obter, o compromisso de não divulgá-las sem a devida autorização, bem como de entregar cópia do trabalho produzido para fazer parte do CEDOC – FEBEM/SP.

A documentação foi apresentada e foram marcadas reuniões com os diretores e as equipes técnicas, para discutir sobre a pesquisa, antes da autorização para entrar no pátio das unidades. No que diz respeito a procedimentos éticos, informamos que o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da USP, obtendo a devida autorização. O nome dos adolescentes, complexos e unidades serão mantidos em sigilo para garantir a segurança dos entrevistados e de todos os envolvidos na pesquisa.

2.2.2. Sobre os participantes

Inicialmente, realizamos uma reunião com o(a) diretor(a) de cada unidade, para explicar os objetivos da pesquisa. Em seguida, tomamos, em conjunto, a decisão de como se daria a escolha dos participantes. Em três das unidades, pudemos entrar no pátio e aguardar a aproximação dos adolescentes, ao acaso. Explicávamos a eles a pesquisa e, aqueles que se dispuseram a participar, foram entrevistados.

Como uma das unidades passava por situação delicada, de agitação no pátio e ameaça de rebelião, chegamos a um consenso de que o diretor indicasse três adolescentes para as entrevistas. Foi possível apenas conversar com dois, dado o fato do tema (Seguro) poder provocar suspeitas entre os adolescentes. Foi, então, chamado um adolescente que estava no pátio e um que estava acautelado – em local separado dos demais, aguardando transferência -, para que eles não soubessem da participação do outro.

Participaram deste estudo 14 adolescentes autores de ato infracional, do sexo masculino, com idades entre 16 e 18 anos, internos na FEBEM/SP. Foi realizado um primeiro encontro com cada adolescente, para informá-lo razoavelmente sobre a pesquisa e esclarecê-lo quanto a eventuais dúvidas. Em seguida, solicitávamos que assinassem um termo de consentimento (anexo 5), sendo informado de que sua participação era voluntária e da possibilidade de abandonar a pesquisa a qualquer momento.

2.2.3. Realização das entrevistas

Foram realizadas entrevistas semi-dirigidas, com cada um dos adolescentes, em salas fechadas nas unidades de internação, sendo garantido o sigilo com relação ao conteúdo. Cada entrevista foi gravada e transcrita para análise posterior.

Para as entrevistas, foi seguido um roteiro base, que tinha como finalidade:

- Obter uma descrição do Seguro,
- A implicação pessoal do adolescente frente às regras por eles valorizadas,
- O juízo do adolescente para com essas regras.

2.2.4. Roteiro base para as entrevistas

1. Gostaria que você me explicasse/contasse/dissessem o que é o Seguro.
2. O que uma pessoa precisa fazer para ir para o Seguro?
3. Quais são as regras?
4. As regras são sempre as mesmas?
5. Quem pode mudá-las? Como se faz para mudá-las?
6. Quem as criou?
7. Quem está no Seguro sai dele?
8. Quando você chegou na FEBEM, já sabia essas regras? Como aprendeu?
9. Você já desrespeitou alguma dessas regras? Se sim: como foi? E você é do Seguro?
10. Você já viu alguém desrespeitando? Qual foi a regra? O que você fez?
11. Se você visse alguém desrespeitando alguma dessas regras, o que faria?
12. Você concorda com todas as regras?
13. Alguma regra dá para deixar passar?
14. O que você acha de um menino que está no Seguro?
15. Como é um debate?
16. Você já fez parte de um?
17. Você já chamou um debate?
18. Qualquer menino pode chamar o debate?
19. Como um menino vira líder?
20. E ele pode se tornar Seguro?
21. Você já viu isso acontecer? Se sim: como foi?

Mais especificamente sobre as regras:

1. Tentar pensar com o adolescente quais regras são mutáveis e por quê.
2. Questionar matar x estuprar
3. Perguntar sobre situações como: olhar visita alheia / xavecar a namorada do outro; conversar com outro adolescente no refeitório.

2.2.5. Sobre a compreensão das entrevistas

Tomamos por instituição um conjunto de práticas concretas que se repetem e se legitimam. Ao analisar o discurso dos adolescentes, levamos em conta não só o conteúdo de suas falas, mas o modo como se colocavam, as posições que ocupavam nas relações, as palavras por eles utilizadas e os sentidos atribuídos a estas.

Foram realizadas 14 entrevistas, conforme já mencionado, e cada uma foi analisada separadamente para, em seguida, destacarmos os temas recorrentes. Sendo assim, a análise

será apresentada a partir de trechos das entrevistas, mesclados entre si, sem haver identificação dos adolescentes.

Procuramos estabelecer inter-relações entre os trechos, articulando-os para reuni-los segundo nossas interpretações. Criamos algumas categorias ou subtemas, principalmente atentando para:

- Descrição das práticas que caracterizam o funcionamento entre os adolescentes;
- Sistema de regras, seu conteúdo, justificativa e legitimação;
- Valores, virtudes e sentimentos presentes;
- Grupos destacados pelos adolescentes e relação de poder entre eles.

3. DADOS E ANÁLISE

Tomando o conceito de instituição como práticas sociais que se repetem e, pela sua repetição, se legitimam, já apontamos anteriormente a possibilidade de caracterizar o funcionamento entre os adolescentes como tal. Pela análise das entrevistas, podemos perceber o Seguro como um lugar institucional, numa estrutura de relações que abrange outros lugares instituídos e as representações desses lugares para cada um dos atores institucionais.

A senhora quer saber como que vai pro Seguro ou o jeito que é o Seguro? (...) O Seguro é assim. Quando vai pro Seguro, é assim, senhora: quando fala no refeitório, quando fica olhando pros caras ou deixa cair a comida do outro cara. Quando faz uma coisa errada (...) entrar sem camisa no refeitório, entrar fumando no refeitório, não pode. Tudo isso já é motivo prá ir pro Seguro.

Seguro é assim né... O convívio é onde fica todos os moleque. Daí, na cadeia tem umas regras que nós mesmos faz, né. Daí, o moleque pegou, Por exemplo, xingou a mãe do moleque... Um dos colega dele vai fortalecer a mente dele, vai dar uma idéia nele, vai falar 'não, isso não pode acontecer de novo'. Se, mais prá frente, ocorrer outra coisa dessas assim, ele até... Fica com nós, mas acontece outra coisa, toma um rebento, né? Daí, o que é Seguro? O moleque vai vim aqui prá frente e os outros vai começar a zoar ele.

O Seguro é lugar institucional de exclusão, para onde vão aqueles que tiveram determinados tipos de conduta, vistas como erradas. É instituído a partir de um funcionamento pautado em regras elaboradas pelos próprios adolescentes. Assim, Seguro é um grupo de adolescentes que fica excluído dos outros por desobedecer determinadas regras estabelecidas por eles mesmos.

Seguro é, tipo assim, né senhora, tipo afastado, né, senhora, porque... Convívio é uma coisa, Seguro é outra. Seguro, tipo assim, em um debate, numa situação, você não pode se envolver. Você é tipo a menos. (...) Aqui tem a mesa do cinco, ali tem os convívio. Não pode trocar, a menos na idéia e tal. (...) A menos é tipo... Tá um debate ali e tal, daí você não pode se envolver e tal, se os caras te pegar em pancada você tem que ficar quieto.

Fica marcada, assim, a existência de dois grupos de adolescentes, a princípio, excludentes: o convívio e o Seguro:

Pra eles, bandido é quem tá no convívio. Pilantra é Seguro. Pilantra não é mais bandido. Assim que eles falam.

Bandido é bandido, pilantra é pilantra. Não tem essa de ser mais, nem nada. Todo mundo é bandido, sabe?

Aos adolescentes do Seguro, são atribuídas determinadas características, designadas como “a menos”, qualificativo que determina que ele não pode conviver livremente com os outros, participar de decisão ou, simplesmente, brincar – importante colocar aqui que, para os adolescentes, “trocar soco” é uma brincadeira comum. Além de excluído ele fica humilhado, obrigado a suportar agressão física dos companheiros de internação. Por fim, além de ir para o Seguro por infringir regras internas, o adolescente pode ir por agir de forma não conveniente com outro grupo, o chamado Mundo do Crime, ao qual o convívio pertenceria.

A coisa é mais ou menos assim, senhora... Geralmente, quando chega, prá pessoa se tornar Seguro, assim, às vezes é porque ela fazia coisa errada lá fora, né, tipo... Que não convém ao Crime. Sabe, dar uma pilantragem com as pessoas, sabe, às vezes, tipo, pegar droga fiado e não pagar. Ou talvez fazer, sabe, esses caras que roubam botijão de gás, bala, assim... tudo isso é motivo prá o cara virar Seguro, se algum dia ele for preso.

Usam a expressão “tornar-se Seguro” – podemos supor que há uma sobreposição entre lugar institucional e identidade. Isso ocorre quando este comete algum erro fora da internação, infringe as regras do Mundo do Crime – o que eles denominam pilantragem - ou quando se comporta de forma inadequada dentro da unidade – tendo como base as regras por eles criadas e legitimadas, o Sistema. Trata-se de um funcionamento calcado em um conjunto de regras a serem obedecidas e, portanto, refere-se à moral.

Podemos pensar, a partir dessa descrição:

1. O Seguro como lugar institucional, estabelecido através de práticas que se repetem e se legitimam. Que práticas seriam essas?
2. O adolescente vai/é mandado para o Seguro pelo não cumprimento de determinadas regras. Que regras são essas?

3. Estas regras dizem de condutas, julgadas boas ou más, e comportamentos, aceitáveis ou não. O que seria desejável/valorizado para eles?
4. O Seguro, como lugar institucional que cumpre uma função e é confundido com identidade, em contraponto com outros grupos. Que grupos são esses e qual a função de cada um?

Faremos uma análise do universo moral dos adolescentes e das relações de poder entre eles, detalhando cada um dos pontos nos acima citados.

3.1. O funcionamento entre os adolescentes: prática institucional

O funcionamento existente entre os adolescentes se dá por determinadas práticas que se repetem. Pela análise das entrevistas, buscamos mapear que tipos de práticas são essas e como elas se caracterizam. Sabemos que o adolescente pode ir para o Seguro já na sua entrada em uma UI, se agiu de forma inadequada segundo as regras do Mundo do Crime. Existe, para isso, a recepção, um teste para saber sobre o novato.

Aí, aqui antigamente tinha uns negócio de recepção, você tomava pancada, pra ver se você tinha mixa e tal.

Trata-se de um primeiro julgamento para verificação da conduta do interno logo na sua chegada. Engloba agressão física, como forma de intimidação. O novato é alguém que ainda não pertence:

Porque a maioria das pessoas que eu passei lá era primeira passagem que nem eu, aí também não tá ciente do que se passa, o que rola na coisa. O cara chega novinho, não sabe qual que é o sistema, qual que não é. Nós não tá no pensamento, tipo 'acho que nessa casa aqui deve ser... Qualquer coisa os cara vai cobrar um pega'.

Porém, a relação de violência não se dá exclusivamente para a intimidação, mas faz parte de um ritual, denominado de batizado:

Quando eu cheguei aqui tinha uma regra só, o batizado. Todo menino que chegava tomava um couro. Apanhava dos malucos todos. Moleque ficava cheio de pancada e tal.

É a introdução do novato em um esquema pautado na violência, modo de relação que age imediatamente sobre o outro e estabelece uma dominação.

Lá, quando você chegava, tinha o chamado comitê de recepção, pra ver se você se garantia lá dentro ou não. (...) [Recepção] De bater. Psicológico e de bater. (...) Eles pegam ali com as naífa, ali com as facas, vem em cima de você, quinze, vinte, e começa a pressionar. Perguntar se você é Jackie, estropador (sic), porque não pode. (...) E se o menor tivesse a cabeça forte e agüentasse o psicológico deles, agüentasse as pancada, ainda assim ainda tava bom. Agora, tinha uns ali que chegava até a cagüetar, chegava até a falar pros funcionário. Não chegava a virar Seguro, porque os menor parava de bater, mas mesmo assim acabava fazendo trabalho pros cara, ficava no pátio, mas não é convívio deles. Sempre teve esse problema. Então, logo que você chega, tem que apanhar.

O comitê de recepção, grupo detentor do saber, daquilo que é certo na unidade, serve para intimidar e começar a julgá-lo – é o início da inserção em um esquema que contabiliza os comportamentos. A intimidação e a agressão física – que, aparentemente, têm o mesmo valor – se dão concomitantemente. Suportá-las é uma qualidade necessária para que o novato seja aceito no grupo. A pressão psicológica é por eles chamada de “entrar na mente”:

Como tem eu e uns mais velhos na casa, entramos na mente dele. (...) Nós vai conversando, trocando uma idéia, tipo jogando uma idéia nele, pique vai fazendo ele se condenar com as palavras dele. (...) Cair em contradição.

É a produção de um adolescente que se condena, por inexperiência, medo ou por realmente ter cometido alguma falha. Já se nota a inserção num adestramento das condutas que se dá, no início, a partir do olhar hierárquico dos antigos sobre os recém-chegados. O grau de violência com que esse primeiro julgamento é aplicado já mostra o domínio de alguns sobre outros reduzindo, desde o início, as possibilidades de resistência, a não ser pela própria violência:

Eu, quando eu cheguei aqui, tinha uns moleque na UAI. Aí, os cara: ‘você é estropador (sic), hein, meu?’. ‘Não, truta, não sou nada disso, não’. ‘não, você é estropador, estropador’, os cara ficava.. ficava testando eu. Pra ver se eu era mesmo. Aí os cara começou no soco. Aí, logo eu já fiquei nervoso. Aí logo eu falei: ‘so estropador memo e agora, maluco, cê vai cair noutra unidade e cê vai conversar comigo. (...) Cê vai ver lá quem é o estropador. Quando eu catá vocês, cês vai ver Aí eles falou:

'brincadeira'. E eu: 'vê se sossega, mano'. É pra testar vagabundo. Quando chegar moleque de outra unidade, (...) os cara dá um psicológico. (...) Você joga um verde no cara: "aí, mano, fiquei sabendo que você era estrupador no Mundão", "fiquei sabendo que você era cagüeta". Daí, se o cara ficar com medo, assim, fica com uma cara de assustado, é porque alguma coisa ele tem, ele é.

A pressão psicológica, violenta, tal como se vê no trecho acima, tem como única resposta possível uma intimidação igualmente violenta, via ameaça de agressão, medição de forças. Ao sancionar condutas, esse funcionamento se dá através de um controle disciplinar. Logo depois desse primeiro julgamento em que o adolescente deve, por um lado assumir posição de dominado e, por outro, mostrar-se firme, os internos mais antigos "passam a regra da casa":

Tipo assim, eles chega no pátio, assim e aí nós passa a assistência da casa pra eles. (...) Ah, passar assistência é dar a fita da casa, como é que funciona. (...) Quando você sair do barraco pra tomar um café, chega lá na copa lá e pede licença. Aí você sai, e tipo, tem duas mesas aqui no refeitório que não pode sentar, que é dos canecas. (...) Quando o funça chamar a visita você não pode mais coçar as parte íntima, levantar a blusa, isso e isso.

São ensinadas normas de conduta, regras impostas que marcam uma relação pautada na heteronomia e coação, exercem uma coerção sobre o corpo marcada pela manipulação de gestos e comportamentos, um exercício do poder que se dá como ação sobre a ação - técnicas minuciosas, características de um sistema disciplinar, que definem um certo modo de investimento político e detalhado do corpo, uma microfísica do poder calcada na observação de cada detalhe. Uma técnica de controle de si próprio e dos outros, aprendida no cotidiano da internação:

No barraco tem sempre um mais velho, que ensina o moleque a se comportar na casa. Normalmente é que nem eu cheguei, eu mesmo tive assistência de outros adolescentes. Chegar e pegar uma amizade, você vai chegando e aquela pessoa vai passar pra você normas da casa, tudo o que se passa, o que não se passa. Aí, você vai aprendendo. Ele passa mais ou menos o essencial pra você ficar direito e o resto você vai aprendendo no dia-a-dia. (...)

"Ficar direito" diz respeito a agir de acordo com o que é esperado, fazer parte desse código que determina cada comportamento. A assistência implica em que um adolescente,

interno há mais tempo na unidade, ensine ao recém-chegado sobre o funcionamento desta e o Sistema: uma moral da obediência com muito pouca possibilidade de escolha, dado que a resistência implica numa reação violenta.

Um cara da FEBEM tem sua regra. Cada unidade é um Sistema.

Sistema, é assim, cada unidade tem o seu sistema. (...) É umas regras entre nós.

O Sistema, conjunto de regras elaboradas e mantidas pelos adolescentes em cada unidade, não tem relação aparente com as normas da FEBEM e o controle também se dá exclusivamente entre os internos.

Sistema é... Vamos supor, que nem quando eu tava lá na UC. Lá tinha que pedir 'dá licença' na mesa, bater assim (dar um soco na mesa) antes de sentar na mesa. Tinha que pôr a mão assim, na mesa (mãos embaixo das pernas), embaixo. Ou, depois que pagou a reza, você tem que esperar todo mundo pagar a reza falar 'pega nada, pega nada'. Aí, licença pro bandeco, aí você pegava o bandeco, a parte de cima você não podia amassar, tinha que pôr do lado.

Tem uns que é parecido, quase igual. Tem unidade que nem tem regra, você paga visita sem camiseta. Você tá na visita, você fala palavrão. Um tem Sistema, outras não, não tem regras.

As unidades possuem semelhanças e diferenças, havendo comunicação entre elas - dada a alta rotatividade dos adolescentes, que são transferidos com alguma frequência. Há também uma hierarquia entre elas e uma preocupação, por parte dos internos, com a imagem da casa à qual pertencem. A manutenção da ordem faz com que uma unidade seja bem vista: as regras têm um valor:

Não pode também ficar muito de galinhagem, as coisas que eu tava falando prá você, daí prá cadeia andar certinho. Daí é toda redondinha, porque essa aqui, ó, no complexo todo ela é mal falada. (...) Isso que tá na patifaria. O errado passa pelo certo, e o certo passa pelo errado, o que não pode passar em nenhuma unidade.

Nesse mesmo sentido, as regras devem ser únicas, uniformizadas, e as condutas, decididas em conjunto:

O sistema é correr junto. Ó, por exemplo, a US2¹⁹, antes de ter rebelião aí e a US4, o que acontecesse na US2, assim, fora da rebelião, o que acontecesse na US2, acontecesse na US4, e o que acontecesse na US4, a US2 tava ciente.

Tipo aqui é sossegado, nós aceita a idéia do outro e é união, senhora, é união.

A união é prezada pelos adolescentes na unidade quanto com relação ao complexo a que pertencem; há uma valorização das decisões tomadas em grupo. Paradoxalmente, vemos que a maioria das regras é imposta, diz da vontade de poucos. Trata-se de uma diferença grande entre o discurso e a ação.

Então eu não quero saber qual foi a fita, que eu não gosto de me envolver na briga dos outros, o que importa pra mim é eu e minha mãe, só. Se eu soubesse da fita, quem foi que desceu ele, podia subir ele. Nas outras FEBEM, não tem essa de ficar subindo Seguro. Desceu pro Seguro, é Seguro até o final da caminhada. Só que aqui, os cara não tá nem vendo, sobe.

O Seguro, o Sistema, é assim, cada unidade tem o seu sistema. Aqui nessa unidade não tem sistema, no nosso pátio. Não tem sistema, só que só não pode xingar a mãe do outro.

O fato de ter regras é comum, mas o conteúdo e as punições são diferentes – apesar de um discurso de uniformização, de igual conduta em todas as unidades. O que também acontece em todas as unidades é essa exclusão, que deve ser igual:

Não, porque eles pensa que tem mixa. (...) Por exemplo, a senhora puxou a US2. Lá na US2 a senhora deu um pé grave e foi pro Seguro. E daí, eu tô lá na UX. Daí a senhora cai lá na UX. Daí, nós, que lá é mó patifaria. Daí aqui é nosso quarto, um monte de gente, a senhora chegou, tá: ‘que unidade você puxou, o que você fez, o que você não fez’. Você tem uma mixa lá, porque você tá no Seguro lá, só que a senhora não quer falar. Tal, tal, tal e você não fala. Aí, depois de um tempo, vai uns outro lá e os cara descobre que você tá no Seguro. Aí vai ser feio...

Essas últimas falas mostram que a imagem da unidade também está ligada ao fato de conservar, em exclusão, adolescentes que já foram mandados para o Seguro antes, em outras unidades. As regras cumprem uma função adaptativa, uniformizando comportamentos - um ritmo coletivo e obrigatório, imposto do exterior, uma elaboração do

¹⁹ Usaremos siglas contendo a letra U maiúscula no início, quando nos referirmos a unidades de internação.

ato. Ao recém-chegado é dada a oportunidade de errar uma vez, logo no começo da sua internação.

De repente, eu sou novinho e faço alguma coisa que eu não poderia fazer, os moleque vai compreender que eu sou novinho. Vamos supor, eu tenho dois dias na casa, eles têm que compreender o meu lado. Agora, se eu tiver, vamos supor, quinze dias, os caras já 'como você não sabe? Já tá há dez dias e não aprendeu ainda?'

Tipo assim, eles chega no pátio, assim e aí nós passa a assistência da casa pra eles. Tipo, se eles vai e dá um pé a primeira vez, se ele erra, passa até batido, né, os moleque não põem no Seguro nem nada. (...) Mas se ele persistir de novo no erro, a segunda vez, fizer outro pé, aí ele vai pro Seguro.

Os adolescentes são rígidos, têm uma lista de condutas e virtudes valorizadas entre eles e toda atividade é controlada para que se provoque o comportamento desejado. A regulamentação, que aparece como medida de homogeneidade, permite medir os desvios, aquilo que escapa do que é definido como norma. As regras são ensinadas de forma coercitiva e o adolescente é inserido em um esquema de vigilância constante entre eles.

Do nada você pode estar ali, pensando que ninguém tá te vendo. Aí, na hora que você faz alguma coisa, se coça numa visita, aí os cara deixa sua visita ir embora. Aí você tá lá sentado e: cola aí pá. Aí leva você ali no quadriculado, vixe, já era.

Instala-se o panoptismo, que introduz o adolescente num sistema de visibilidade constante em que sempre vê e sempre é visto, assegurando o funcionamento automático do poder. O essencial é que o adolescente se percebe vigiado a todo tempo, e, por isso, controla suas ações, regulando seu próprio comportamento. Nessa vigilância, o adolescente pode ser pego agindo de forma não aceita. Disso decorre o que eles chamam debate.

Tem dois tipos de debate: o debate conversa, que eu vou debater com você uma fitinha banal, uma biquinha nada a ver. Debate só eu e você e ninguém se envolve. É entre eu e você. (...) Agora, o outro debate é que a gente pega os ramelão, que dá pé direto aí e a gente pega pra ver se tá falando mentira ou a verdade. Aí os caras que têm mais idéia pra queimar vai entrando na mente, vai falando que ele tá mentindo, vai falando, vai falando, vai ter uma hora que ele mesmo se condena, ele fala um mentira e tudo e tal.

O debate é desencadeado pelo não cumprimento de alguma das regras. Chama para o debate aquele que vê a infração. Pode haver dois tipos de debate: um que envolve apenas aquele que cometeu a infração e aquele que a viu. Outro, com todos os adolescentes, para julgar com aquele que sempre incorre em falhas. Ambos envolvem intimidação e há um esquema que se repete, em que as atitudes do acusador e do acusado são importantes:

Debate é conversa, senhora. Se eu gaguejar na hora, daí eu vou pro Seguro. (...) Nós fala um monte de coisa, senhora. Você fala: ‘ah, não, você tava pescando a minha foto?’, e tal. Daí, é a minha palavra contra a do outro. Aquele que gaguejar, já era, senhora. (...) Mesmo que ele esteja certo, senhora. Se ele cair em contradição ou gaguejar...

Um debate é assim, né, senhora, vamos supor, eu falei uma palavra a mais prá senhora e tal e nós tava lá na janta. Aí, a senhora fala assim: ‘depois da janta, nós vamos lá conversar, bolar uma idéia’. É uma idéia, só que prá nós é um debate, senhora. É uma idéia, só que se dessa idéia você der uma gaguejadinha falsa, já era, os menor vai pensar que você tá mentindo.

Não se pode gaguejar, se deixar levar pela emoção, se desconcentrar. Num debate, o que está em pauta é o conjunto de condutas do adolescente, como se ele pudesse ser caracterizado, como um objeto de saber possível. Estão em jogo as frações mais tênues de conduta e há um grupo detentor desse saber:

Ah, um debate, se junta os maluco que tem uma quota já a mais na casa, todo mundo se quiser, porque todo mundo tem uma voz também. Aí vai ver, vai ver qual é a fita do maluco.

Esse grupo, formado normalmente pelos mais velhos da casa, é o que exerce a coação, assegurada por regras que se tem de aprender a respeitar e garantida por vigilância e punições:

Se tiver certo, tá certo, se tiver errado, ele vai pro Seguro.

O debate, então, é um julgamento em público que termina com a condução do adolescente para o Seguro, seja por não cumprir alguma das regras do Sistema, seja por uma conduta fora da FEBEM, seja por passar idéia de fragilidade. Uma vez no Seguro, não cabe mais ao adolescente a decisão sobre seu futuro na unidade.

Sair e entrar pro convívio? Vi... Eu tinha acabado de chegar nessa cadeia aqui, tinha 12 moleque no Seguro. Daí entraram tudo prá dentro de novo. (...) Os moleque tiraram.

O grupo dos mais velhos é que escolhe tirar um adolescente do Seguro. No entanto, ao que parece, o que interessa não é se o adolescente é primário ou reincidente, mas se, ao ser vigiado, testado, consegue se manter sob controle. Porém, isso muda em cada unidade:

Ele foi de bonde prá US. Subiu prá outra unidade. E lá eu já ouvi um comentário, porque ele é pilantra, né. E lá, eu já ouvi o comentário que ele tá só esperando ir alguém aqui dessa FEBEM aqui prá ele passar pelo errado, prá dar várias naifada.(...) Vamos supor, todo mundo passou ele pelo errado aqui, por causa disso daí, né. Ele tá lá, tá com um bolinho, ele já tá há bastante tempo lá na US. (...) Ah, vamos supor, ele tá com uns dois meses, já, uns três meses na US. E nós dá um pé, tipo, vamos supor, acontece uma briga aqui e antes eu já tinha brigado com bastante gente, né. Acontece uma briga, vou prá UAI. Aí as diretora aí, reúne eles todos e ‘não dá mais prá ficar com o L. e tal, nós vamo ser obrigado a mudar ele prá outro unidade’. Aí, vamos supor, eu no caso, acabo indo de bonde prá lá prá unidade que ele tá. Aí ele vai, tem um bolinho lá e tal, ele tá há bastante tempo lá, os maluco vai acreditar nele, não vai acreditar em mim que sou novinho, né, tô chegando ontem. Eu cheguei hoje, ele já tá há bastante tempo, vai querer passar eu pelo errado. (...) Isso porque ele já deu idéia já, né, senhora. Qualquer um que vai de UQ prá lá, ele vai querer passar pelo errado. Porque nós tiramo ele do pátio né?

Fica evidente que a oposição Seguro x convívio não se dá apenas pela obediência ou não às regras da casa, mas a uma relação entre adolescentes pautada na diferença entre o que domina e aquele que está excluído. A vingança é possível quando as transferências acontecem, havendo uma vantagem em ser mais experiente na unidade. É mais uma diferenciação em grupos: novatos e antigos – sendo o retorno ao convívio determinado por estes últimos. Já em uma das entrevistas, podemos ver que a decisão foi tomada em conjunto, visando a uma melhora na situação do adolescente, o que mostra como o fato de estar no Seguro é mal visto. Porém, mantém-se a condição de objeto, a não autonomia em relação à situação na unidade:

Acontece. Por causa dos moleque fazer uma melhora, a fita desse moleque aí vai enterrar. Quem concorda? Aí, se os moleque concordar, tá firmão, já era, tá enterrada a fita do maluco. Daí ninguém pode mais tocar no assunto.

A condição para a volta ao convívio é seguir as regras, não incorrer em novos erros, prestar mais atenção em suas condutas. Mostra uma função adaptativa das regras, de uniformizar comportamentos, que não seria novidade se estivéssemos falando da FEBEM como um todo. A questão está justamente no fato de que esse funcionamento é criado e legitimado pelos próprios adolescentes.

Nós tinha quatro moleque no Seguro, eu consegui tirar esses quatro moleque do Seguro.(...) Daí eu peguei, chamei os cara do pátio, para conversar. Vamos ver esses cara que tá no Seguro, tá complicado, é embaçado. Os cara até concordou, tudo. Mas com que? Que os moleque vir pro pátio e fizesse a deles. O que aconteceu virou passado. Mas que eles tornasse a fazer a caminhada deles tranqüilo, sem dar motivo pra virar Seguro de novo.

Vimos, então, até agora, um esquema disciplinar entre os adolescentes, pautado num sistema de regras – diz respeito, portanto, à moral. Um funcionamento heterônomo, em que mandam os mais velhos, as leis são externas e impostas pela força, e as relações são marcadas pela coerção e violência. Dita condutas, valoriza comportamentos, diz de virtudes. A partir da agora, analisaremos os discursos dos adolescentes com o foco nas regras, na moralidade.

3.2. O Sistema: universo moral dos adolescentes internos

Até o momento, pudemos ver que o funcionamento entre os adolescentes está pautado em um sistema de regras que rege suas condutas. Interessante observar que os adolescentes as dividem em “pé” grave e banal e o castigo também é dado com base nessa hierarquia. Faltas graves relacionam-se às mães, famílias ou pessoas próximas:

Pé grave é que nem eu tava falando assim, moleque querendo xerifar, gostando de mandar moleque pro Seguro, dando couro no menor por fitinha banal, isso tudo se for prá outra unidade passa mal.

Porque Seguro, para mim, tem que ter pé grave. Que nem o outro que tentou bicar o do outro, masseiro que quer ganhar ibope na cadeia. Tem outro aí que cagüetou pros funças aí, que tava trabalhando.

Ele só avistou, tal, um olhar diferente e pensou que a mãe do outro já tava interessada por ele. Aí, falou prá nós: ‘aí, a mãe do D. pagou uma

rajadinha prá mim e tal', daí já é um pé de mil... vixe, já é um pé que você tem que ficar na UAI.

Agressão gratuita ou sem motivo justo a adolescente, querer mandar demais na unidade, mentir ou delatar – faltas consideradas graves, que dizem respeito à manutenção do grupo, organização e proteção. Regras relacionadas a familiares, sobretudo mães, também são rígidas (“pé de mil”). Banais são aquelas relacionadas, em sua maior parte, à convivência e organização deles no pátio.

Porque tipo assim, os moleque tá lá dentro, qualquer coisinha eles quer colocar pézinho banal na casa. (...) os cara queria colocar um pézinho de, se deixar roupa no banheiro, tomava pega, tomava couro. Não podia falar no refeitório (...) Não podia esquecer nenhum alumínio do, da marmitex. Senão, ia pegar faxina.

Assim como a regra é vista como menos importante, a possibilidade de negociação quanto ao não cumprimento é mais fácil.

Que nem às vezes, a pessoa, tipo, uma dessas regras, se for uma coisa, assim banal, assim, se o cara souber conversar, dá até prá se resolver numa conversa, sabe.

Vimos, então, que há diferentes tipos de regras e daremos especial atenção, nesse item, ao conteúdo delas, dividindo-o em subitens para melhor organização.

3.2.1. Mãe

Regra presente em todas as unidades e mencionada por todos os entrevistados: falar palavrões que ponham em dúvida a integridade da mãe, como filho da puta, é comportamento inaceitável:

Não pode xingar a mãe. (...) Mãe nenhuma, né, senhora. Causo que mãe é guerreira, vem visitar. Até meu irmão, se meu irmão for xingar minha mãe, eu vou lá e dou umas pancada nele. Eu não acho justo, né, xingar a mãe. (...) É uma coisa de todas as unidades. Ninguém acha justo isso daí. Xingar sua mãe? Quem tá preso é você e você vai xingar a mãe de outro adolescente? Não tem como, senhora.

É eu pegar e xingar a mãe dele. É um desrespeito, acaba apanhando, sai pancada e já até vira Seguro.

A mãe, tida como guerreira, deve ser respeitada, sendo o xingamento visto como injustiça, desrespeito. A regra deve ser aplicada independente de quem se tratar – mesmo que seja seu irmão, fora da FEBEM – pois há uma generalização quanto a essa atitude: “ninguém gosta disso”. No relato anterior, o adolescente faz, inclusive, a diferenciação entre ele – que está preso, e trazendo essa condição de forma negativa – e a mãe, que não merece, de forma alguma ser xingada. A punição é rígida e envolve agressão física (pancadas).

Quer ver, não pode um xingar a mãe do outro, sabe, tipo, de filha da xuxa. Não pode ficar falando palavrão muito, também. (...) Porque tem que ter um respeito, né. Se ficar, assim, xingando a mãe do outro, acho que nada vai prestar, não vai dar certo. Até porque, né, mãe, prá todo mundo, assim, né, prá cada um é sagrada.

A falta de respeito está ligada aos palavrões – que, muitas vezes, têm conotação sexual, nesse caso relacionada à mãe – e é mencionada a palavra sagrada com referência a esta - inatingível, acima de todas as coisas e de qualquer suspeita. Não cumprir essa norma é, portanto, uma das infrações mais graves, a ser repreendida independentemente do fato dos adolescentes estarem em situação de internação e/ou de seus companheiros serem desconhecidos:

Mas tem que ser um pé grave. (...) Descascar no dia de visita, xingar mãe de vagabundo, envolver família no meio de algum pé, porque sua família tá lá fora e não tem nada a ver com a história. (...) Ele tá conversando com você, trocando idéia, começa a colocar a família dele no meio. Envolveu a família, não pode. A família tá lá fora, não tem nada a ver com aqui dentro. (...) Porque mãe é sagrado, né, senhora. Nem se eu tivesse lá fora, não gostaria que ninguém xingasse minha mãe, muito menos aqui dentro. Ninguém aqui gosta disso. (...)

A forma como eles trazem o fato de não gostar desse palavrão mostra a rigidez com que essa infração é punida, além de podermos perceber que o controle também se dá via vigilância da fala:

Aí, tipo, o moleque tirar sua mãe de filha da puta, esses negócio, não pode falar esses palavrão. (...) Porque não pode. Sei lá. Maluco não vai gostar de xingar a mãe.

Não pode... Xingar a mãe dos maluco aí. (...) Xingar de... Um nome de... Estranho aí... Tipo, filha da puta, entendeu, senhora. Não pode.

Embaçado esses nome aí. (...) Ninguém quer saber disso não, senhora. Você vai falar as coisas e não são, daí não dá, senhora. Depois que acontece, não tem como voltar atrás.

Regulamenta-se do que eles vão gostar, o que vão dizer, quem pode ser xingado. O adolescente leva ao pé da letra o significado do que diz, uma concretude que os impede de dizer algo de forma figurativa (não se pode dizer algo que não é). E a rigidez com que tudo é considerado faz com que uma falha não tenha volta. Além do palavirão, qualquer conduta de conotação sexual com relação à mãe é terminantemente proibida:

Ele só avistou, tal, um olhar diferente e pensou que a mãe do outro já tava interessada por ele. Aí, falou prá nós: 'aí, a mãe do D. pagou uma rajadinha prá mim e tal', daí já é um pé de mil... vixe, já é um pé que você tem que ficar na UAI, ficar na UAI aqui. (...) Ah, porque é mãe, né, senhora. Porque mãe do adolescente é mais do que tudo, é mó respeito. Que nem, a senhora for mãe de um adolescente (...) foi educada, chegar na visita, cumprimentar o familiar. Agora, já não vou chegar na visita da senhora e pá, aí, a senhora foi e eu coleí, pá, conversando, 'senhora, como vai os familiares e tal'. Aí, pegou a senhora tá ali e tal, eu conversei com a senhora e a coroa da senhora dá tipo um olhar diferente prá mim. Aí, vai vim um pensamento estranho e tal, só que a senhora guarda prá senhora. O pensamento 'pagou uma rajada prá mim e tal', isso é normal, firmeza. Agora, eu vou chegar na senhora 'sua mãe tá pagando uma rajadinha prá mim e tal'.

Manifestar interesse, procurar a mãe de outro adolescente para conversar ou qualquer conduta que possa sinalizar sedução é rigidamente controlado. Não se pode olhar as mães como mulheres e, caso isso ocorra, que fique em segredo. Falar sobre isso é considerado falta de respeito. Porém, assim como essa e outras regras, se é grave tudo o que diz respeito à mãe, também o é quando se trata de familiares em geral.

3.2.2. De visitas

As regras também têm, como finalidade, preservar algumas figuras próximas ou familiares:

Vamos supor, é... tipo uma regra assim.. não falar de nossos familiares, assim. (...) O que não pode é o menor chegar ni mim e perguntar se minha irmã tem namorado. Não dá, tipo, tá ciente? (...) Porque às vezes é um

parceiro que conviveu com a senhora, qualquer coisinha que acontecer tá andando com a senhora e, de repente nunca viu minha irmã, e minha irmã vem na visita e ele tá de zóio na minha irmã, eu não vou ter mais confiança com ele. Não tem como ser. Mas se de repente minha irmã de zóio nele, aí, tá bom. Normal, senhora.

Preservar irmãs - assim como é com as mães - do que eles chamam de maldade (olhar com desejo) faz parte das regras, denuncia falta de confiança com relação a outro adolescente. O comportamento com relação a pessoas da família e o dia de visita são muito regrados, para evitar o que seria o interesse sexual. É proibido ter esse interesse por alguém, manifestá-lo e/ou provocá-lo. O simples fato de olhar para uma fotografia provoca desconfiança no adolescente, evitada a partir de uma norma:

Os caras tem umas fotos assim, na cama, assim. Olhou prá aquela foto, vai pro Seguro. Pegar as cartas dele (...) porque eles fala que tá pescando a foto. 'Você tá pescando a minha foto, então?' (...) Qualquer foto. Eles fala: 'que você tá pescando minha visita?' Pescar é olhar.

Invasão da privacidade e a desconfiança depositada no colega de internação - sendo que esse pode ser acusado de responsável por provocar, na visita, esse interesse – faz com que seja necessário regrar também esses comportamentos. Porém, chama atenção, também, que não existe um olhar sem intenção:

Vamos supor, tem uma mulher bonita que aparece na unidade, tem corpo, tudo, vamos falar assim, de modo completo, uma mulher gostosa, bonita, tudo. E, nisso, eu ficasse olhando praquela mulher. Não pode, eu to cobiçando ela. Isso daí, na cabeça deles, eu to furando a lupa.

Olhar a visita dos outros. (...) Aí é morte isso aí, já. (...) Eles pensam que a senhora tá com maldade com a visita, senhora. (...) Caramba... (longo período de silêncio). Maldade. Ele pode estar pensando assim: nossa, aquela mina lá é gostosa. (...) Isso já é uma maldade.

A maldade está, portanto, relacionada a cobiçar, desejar uma mulher, principalmente se for namorada ou familiar de outro adolescente. O olhar é sempre intencional, investido de sexualidade. Mas o desrespeito está, também, em mostrar o corpo, provocar interesse e desejo:

Que nem, por exemplo, você desrespeitar. (...) Não pode mostrar a cueca. De repente, tipo, sabe, não senta assim, sabe, de perna aberta. Sempre sentar assim normal, sabe? Usar sempre umas bermuda cumprida... Não

usar umas camisetas com a gola larga... prá não aparecer os peito, assim, o peitoral, essas coisas.

Você pegar, e levantar a camiseta sem querer no dia da visita. (...) Eles fala que é um ponto de respeito.

Tipo no dia de visita você não pode se coçar quando tem visita no pátio. Do umbigo até o joelho e do joelho até o umbigo, você não pode se coçar. Quiser se coçar, você vai ter que se coçar no boi. Não pode ficar colocando a mão pra dentro da calça e ficar se mostrando. Pra família não cobiçar seu corpo.

Todo comportamento recebe conotação sexual e qualquer movimento que insinue isso é proibido. Um regramento minucioso que regula cada ato, a idéia de que a vigilância é constante – o que faz com que o controle seja permanente. Uma coerção sobre o corpo, visto como investido de sexualidade – tema que circula entre os adolescentes, haja visto a quantidade de normas a esse respeito:

Na hora que tem visita no pátio não pode entrar no boi. Não pode tomar banho e tal. (...) Sempre tem visita no pátio aí, direto. É falta de respeito aí, diz eles, né? Os cara pensa que... Sei lá...

A proibição da masturbação para evitar “maus pensamentos” é tão rígida que o adolescente não se permite sequer comentar isso na entrevista. Eles, inclusive, criam gírias para falar sobre o assunto:

Vai pro Seguro se tirar castelo em dia de visita... (...) Bater punheta, esses bagulho.

Descascar de segunda-feira, não pode. (...) Porque na visita teve domingo, só que tem alguns bandidos que podem achar que você tá pensando ainda na visita do domingo, entendeu? Daí pode descascar da terça-feira até o sábado, se não tiver visita. Não dá pra mudar...

Descascar, tirar castelo, bater punheta, gírias escolhidas para falar da satisfação sexual via masturbação, que fica expressamente proibida no dia de visita e nos dias subseqüentes, para evitar que a imagem dos familiares seja usada em suas fantasias sexuais. A concretude do pensamento fica evidente nesse caso, já que a rememoração das visitas só é considerada nos dias próximos à sua vinda. Mesmo assim, as regras mostram um controle minucioso de comportamentos e condutas, colocando como condenáveis o desejo sexual e o interesse pelas visitas. A execução das punições é sumária, sendo esses erros inaceitáveis.

Questão de visita, então! Fatal: se você desrespeitar a visita do cara, você vai direto, não tem nem idéia. Os cara chegam chegando, mesmo, sabe.

Tipo, também se acontecer de alguma visita de algum companheiro chegar prá conversar, você tem que saber conversar, sabe, com respeito e tudo, prá você não colocar palavras mal colocadas. Porque, de repente, o cara tá perto e a visita vai lá falar prá ele: 'pô, aquele menino falou assim'. Aí, tipo, você já se complica, né? (...) Ah, tipo assim, é como tem aquele ditado: 'O crime é podre, mas não admite falhas', né?

O crime, qualificado como “podre”, não admite falhas no que se refere à visita, sobretudo da mãe e da irmã. O controle recai principalmente sobre os comportamentos que têm conotação sexual, vistos como desrespeitosos. É a busca por manter uma imagem pura com relação às figuras femininas, e que devem ser separadas dos “maus pensamentos”.

3.2.3. De convivência na unidade, entre os adolescentes

As regras que estamos chamando de convivência na unidade são comportamentos para manter a ordem em determinados lugares na unidade e condutas aceitas ou condenáveis na relação entre os internos de um mesmo pátio. Dizem respeito aos locais de convívio em que, aparentemente os adolescentes não têm atividade proposta e coordenada por funcionários (como seria, por exemplo, em uma sala de aula ou de oficina). Trata-se do refeitório, do quarto, do pátio, em que a presença dos agentes de proteção é apenas para conter e evitar situações de risco. As regras, conforme nos foram apresentadas pelos adolescentes nas entrevistas, se referem, em parte, à manutenção da ordem e higiene locais:

Não pode jogar bituca no pátio. (...) A senhora escolhe... vai pro Seguro ou fica limpando pros sangue-bom. (...) toma um couro e vai limpar o pátio, fica no pátio, e deu um vacilo, eles pega a senhora.

Você tem que também ter higiene, em todo lugar. Principalmente no seu quarto. Manter organizado suas roupas, tem um rodízio assim, sabe, com as escalas de faxina, sabe. Todo mundo faz faxina, e, tipo, sabe, fazer a faxina bem feita. Porque se for suíno também, nem pode ficar no quarto. Tem que se ajeitar lá. Se o cara for suíno, assim, sabe... tipo porção, os cara nem... já se destaca. Às vezes, nem na mesa prá fazer a refeição com a gente não fica.

Vamos supor que você tá numa refeição. Não é hora de tossir... Quem não tosse? Poder, pode. Mas normalmente, vai pegar a camiseta, pôr na frente e tossir, pra não ter o perigo de chegar e cair coisa na comida. Complicado. Outra: vamos supor... Isso é bem chato, viu. Você pegar, tá no refeitório, tudo, o outro pegar e fazer uma porquice... Um não vai gostar e vai te prejudicar. Você tá almoçando e, vamos supor, sem querer eu acabo soltando um peido. Nossa, daí é gravíssimo. Você vai acabar levando uma série de murros e acabar virando Seguro. Querendo ou não, você vai pagar pelo que você fez.

Trazem situações que dizem respeito à higiene, em que os qualificativos “suíno” ou “fazer uma porquice” têm conotação negativa. Seja por falta de organização, seja por não controlar seu comportamento, o adolescente pode ser excluído do convívio se for considerado sujo. Mas, mais que isso, a simples suposição de sujeira (ir ao banheiro) implica num regramento:

Não pode entrar no boi, só quando os cara acabar de xepar é que você pode entrar.

Além da higiene, há uma preocupação com a preservação da intimidade, no que se refere à sexualidade. Nesse sentido, há proibições que dizem respeito ao contato com a roupa íntima de outro adolescente ou com a masturbação.

Na jega do menor, assim, não pode sentar de coruja...(...) cueca, senhora. Não pode sentar, é... De cueca na cama. (...) Porque... acho que eles fica com nojo, né, senhora, eles fica com nojo. Eles fala que é respeito, isso aí. Aí, o cara precisa pedir prá sentar... se sentar sem pedir, já era.

Tinha um banheiro lá que... Porque a maioria dos menor aqui dentro faz... Não tem mulher, você se sente com vontade de ter um prazer e é obrigado a se masturbar. Então, tinha um banheiro só pra isso. Nisso daí, o moleque falou que não era pra entrar de dia nesse banheiro.

Por outro lado, algumas das regras, aplicadas e justificáveis apenas no refeitório e no quarto, falam desses lugares como espaços de tranquilidade, contato consigo e com Deus, local de oração em que o respeito deve ser garantido.

Daí, na hora de dormir, também, assim, você respeitar o sono do companheiro do lado, né. (...) Respeitar. Tipo, não ficar fazendo barulho, não incomodar o sono. Porque, tipo, geralmente, tem uma frase que, tipo, a gente fala que sono de malandro é sagrado. Que é a única hora que nós fica em paz, né?

Vemos acima que, no quarto, esse silêncio é garantido e o respeito pelo sono, necessário – dado que é a única hora que eles consideram ficar em paz. No refeitório existe um regramento semelhante, porém, mais detalhado:

É, que nem no refeitório, sabe? Que nem, nós quer fazer a refeição em silêncio (...) Você tem um momento prá você orar, né, agradecer, assim, né, sua força superior, e... Até porque eu também não gosto não, sabe, você fazendo a refeição e o cara falando, falando, do lado, né? Outros ficam até cantando porque não tem nada prá fazer, né?

Parecia uma feira, todo mundo falando e eu passei uma idéia pros moleque levar lá pros barracos que não era mais pra ficar falando na copa, era pra ficar silêncio. Lugar que nós se alimenta é sagrado, né? Tanta hora pra conversar e vai ficar conversando na copa? Não vira...

Preza-se o silêncio porque se coloca, como contraponto a ele, falar inutilidades – o que é possível ser feito em outros momentos e é visto como desrespeito. O silêncio torna-se, então, norma obrigatória, comportamento imposto, para garantir que não se desvie esse momento visto como sagrado. Considera-se o refeitório um local diferenciado.

Entrar sem camisa no refeitório, entrar fumando no refeitório, não pode. Tudo isso já é motivo prá ir pro Seguro.

Daí, no dia-a-dia, tinha alguém que ia pegar, se você não pedisse licença no refeitório para entrar, já era um ponto que eles queriam para pegar um adolescente. Outros, se você falar no refeitório, entendeu?

Porém, podemos perceber, pelo modo como as regras são colocadas, que se visa, também, a uma uniformização de comportamentos e ao controle com relação a condutas não desejadas: antes prevenir e eliminar qualquer tipo de comportamento que estar sujeito a possíveis desvios. Todas as condutas do corpo são, então, minuciosamente regradadas, inclusive no momento da oração:

É, parar de falar besteira porque refeitório é um lugar sagrado. Eles falaram: refeitório é um lugar sagrado. Aqui você entra, reza, come e sai andando. Só que quando eu cheguei (...) parecia uma feira o refeitório. Um querendo falar mais do que o outro, um rezando na frente do outro, então um tava no Pai Nosso e outro já tava no Amém. Eu troquei idéia com vagabundo e hoje em dia é silêncio total, não fala nada, reza com calma, tem uns que reza apressadamente, parece que quer acabar e fugir da mesa. Todo mundo deve rezar devagarzinho, com muita calma, você tá falando com Deus, é sagrado.

O tempo é controlado, a seqüência de obrigações é pré-determinada, há um ritmo coletivo obrigatório e imposto – características de um sistema disciplinar. Seguindo a linha de controle de comportamentos, há regras para os momentos de brincadeira.

Da galinagem no pátio. (...) Porque parecia uma creche, senhora. Só faltava ter esconde-esconde no pátio. Os moleque brincando um atrás do outro, de pega-pega. (...) Aí, começava galinagem de soco, um trocando soco com o outro, e dessas galinhagens sai sempre uma briga. Um dá o soco mais forte que o outro, aí o outro vai querer, e daí bum, bum, bum. Eu não gosto de curtir galinagem com ninguém.

A diversão consiste em agressão física e, brincadeiras como pega-pega, por serem mais infantis, prejudicam a imagem dos adolescentes, sendo proibidas nas unidades – o adolescente fala na semelhança com uma creche, dando sentido pejorativo a instituições desse tipo. A violência está presente e deve ser regradada (não se pode bater no rosto ou nas partes íntimas).

Que nem, vamos supor, tem brincadeira de mão, não é uma briga, é uma brincadeira. Sempre, nessa brincadeira, tem um que é mais forte do que o outro. Daí um começa a dar um murro daqui, outro de lá e o outro dá um murro mais forte. O outro dá um mais forte ainda. Sem querer acaba acertando... Porque geralmente essas brincadeiras é do pescoço pra baixo, na cara não pode. (...) Porque já é um motivo, um desrespeito grave, dar um soco na minha cara.

A galinagem, brincadeira de mão, conforme definição deles mesmos, não é permitida ou deve ser controlada por dois motivos. O primeiro é que pode se transformar numa briga, cuja conseqüência é algum ferimento grave que leva a um boletim de ocorrência, por ser entendido como agressão. Além disso, há o perigo de, em um momento de impulsividade, o adolescente esquecer a proibição de bater em determinadas partes do corpo do outro (rosto, por exemplo), o que é considerado desrespeito grave.

Interessante marcar que, talvez julguem necessitar de um controle rígido e minucioso. Do contrário, passam a impressão de uma total perda de controle – pelo menos, através dos relatos, podemos supor que é assim que eles se vêem. A confiança no controle dos próprios impulsos e no dos outros internos é muito pequena e há a preocupação constante em não deixar que coloquem a si e ao grupo em risco. Apesar da criação de um código que garante certa coesão, não há confiança, pois todo o funcionamento está pautado em coerção. Algumas regras são criadas justamente para tentar prevenir traições:

Ficar jogando massa. (...) Mentir.

Tem cara que joga bola aí valendo sobremesa, as coisas que nós tem aqui, que nós ganha. E o cara vai aumentando toda hora a quantidade de coisa, de pagar a sobremesa. E às vezes o moleque acaba não pagando, não querendo pagar. Daí já é um motivo, você já vê os dois moleques brigando, certo?

Nesse último caso a regra vem com o intuito de prevenir a quebra de confiança/promessa. Por fim, o roubo de pertences dentro de uma unidade também não é permitido:

Os cara que ratia os bagulho dos cara. (...) Os cara que, tipo assim, é assim, é sua aquela caneta, aí nós tava queimando uma idéia. Aí você sai. Quando você chega, a caneta não tá lá mais. Seguro. Apanhar. A menos.

Por exemplo, tipo, sabe, a senhora tá fazendo um pato. Eu vou lá e ratio (sic) os palito da senhora. Ou eu ratio (sic) bolacha do jumbo da senhora. Aí, já é motivo prá virar pilantra também. Querer, sabe, tomar as coisas do outro, não pode. Nem de pilantra você pode tomar as coisas.

Aqui, podemos nos questionar: estamos falando de adolescentes autores de ato infracional, e uma das condutas que cabe nesse conceito é o furto. Retomamos, portanto, uma observação feita na parte introdutória que diz que não se pode falar em um padrão moral único entre esses adolescentes, mas em padrões morais que convivem com contradições e conflitos. Poder roubar fora da internação e não poder roubar na UI faz pensar: seria o caso de supor que as regras, para eles, não são generalizáveis, mas aplicadas apenas se for prejudicá-los?

Tem algumas coisas, assim, sabe, que pro Mundo do Crime é certo, sabe, mas pro outro mundo, honesto, não é, sabe. Tem muita coisa boa, muita coisa ruim, mas sempre você aprende muita coisa, sabe. (...) Ah, tipo, por exemplo, assim: o cara te deve cinco reais e você ir matar o cara. (...) É, tipo, sabe, no crime é normal, sabe. Se o cara tá devendo, tem que matar. Se o cara deu um prazo e não pagou, tem que matar, né. Agora, tipo, né, por exemplo, que nem, eu trabalho. Se a senhora me pede cinco reais, eu empresto cinco reais, é porque já não tem aquela maldade, sabe, não tem. Às vezes a senhora tá dura e não paga, aí, você nem esquentar, 'ah, deixa prá lá'. Agora, já no crime, não. No crime, você tem que tomar essas atitudes prá você ter o respeito, né. Porque se vem um, deve prá você, e você não faz nada, amanhã pode vir um cara, começa a passar em cima e não paga: 'é, você não cobrou de fulano, por que quer vir cobrar de mim? Quando eu tiver dinheiro eu pago'. Aí, fica na vontade do outro.

Por isso, você tem que ser rígido, prá... (...) Porque os outros vai ser rígido também com você.

O trecho acima marca uma diferenciação entre Mundo do Crime e mundo honesto – do trabalho –, em que há leis, por vezes, divergentes. A rigidez no crime se dá pela falta de confiança, pelo medo de ser prejudicado e pela impossibilidade de ceder e voltar atrás – vistos como fragilidade. O respeito é garantido pelas atitudes rígidas. No grupo dos honestos, não há maldade, a intenção é considerada. O adolescente fala em dois sistemas morais e mostra conhecimento de ambos; sabe que, dependendo do seu grupo de pertencimento, deve adequar seu comportamento. Se temos, então, que há valores divergentes ou regras que dependem do contexto para serem aplicadas, haveria pontos em comum?

3.2.4. De convivência e condutas externas à FEBEM (e anteriores à internação)

Existem crimes que não são bem vistos entre os adolescentes, e condutas não aceitas no Mundo do Crime. Em um primeiro momento, nossa análise se deterá apenas no crime, não pensando sobre as virtudes e condutas consideradas boas e más – o que será trabalhado mais adiante. Considerando isso, o adolescente, conforme dito anteriormente, ao chegar em uma unidade, é testado: a ele são perguntados seus antecedentes, pois há crimes condenados pela sociedade e mal vistos também nas UIs. Vemos então que, além de roubar o próprio grupo, condena-se, entre eles, o furto de determinados bens e a dívida não quitada.

Pegar droga fiado e não pagar. Ou talvez fazer, sabe, esses caras que roubam botijão de gás, bala.

Além disso, a delação é condenada:

Cagüetar. (...) Ah, é, tipo, por exemplo, assim, eu tô em três, a gente vai e rouba, por exemplo, um posto de gasolina. Aí, infelizmente, cai a casa, a polícia pega a gente, ou talvez pega só um de nós e os outros consegue fugir. Daí, aquele que foi preso, sabe, entrega os companheiros. Aí, tipo, não pode, né, delatar, né?

A delação compromete a segurança de cada um dos indivíduos e há desconfiança com relação aos parceiros. A regra, por ser heterônoma, para ser obedecida, vem acompanhada de uma punição autoritária e da qual se tem medo:

Geralmente, fica tudo jurado de morte, né? Estuprador, cagüeta...

Nessa mesma linha de raciocínio, o ladrão que mata ladrão e compromete a confiança no grupo é excluído.

E também, que nem ó, se eu desenho um escorpião aqui no braço. (...) Porque eles diz que é pé de pato. (...) Que mata ladrão. (...) Não pode.

Porém, o crime mais condenado e já citado acima é o estupro. Considerado inaceitável e sem justificativa, leva os internos a se rebelarem, a desejar a morte do acusado e, por vezes, cumprir com a ameaça.

Porque ele era estuprador lá fora. (...) Não pode. É uma coisa que é sem chance, assim, sabe, senhora. Sem perdão mesmo no crime, assim. (...) Ah, porque isso não é coisa que se faz, né? Assim, geralmente é porque, faz isso daí, né, vixe... Sei lá, até eu, assim, tipo, eu não sou, assim, sabe, a favor, assim, tipo, de pena de morte, sabe, de prisão perpétua nem nada. Mas em caso de estupro, assim, eu sou até a favor, senhora.

Você joga um verde no cara: “aí, mano, fiquei sabendo que você era esturpador (sic) no Mundão” (...) “Tem estuprador no bagulho, tá no pensamento, hein?” Se o cara ficar assustado, já era. (...) Aí, os cara acha que é safado, né, senhora. Se cai dentro de uma cadeia, morre. O cara é safado.

A condenação entre os internos é certa, o que leva, por vezes, o adolescente a esconder seu delito – com o auxílio do corpo de funcionários, para evitar confusões. A punição para o estupro é a morte, mais grave e mais rígida que a exclusão. O interessante é pensarmos nas justificativas:

Se, de repente você é um 215. (...) É um estupro, senhora (...) se a senhora é um 215 e tal, foi com a pessoa e tal, jamais a senhora vai querer entrar numa FEBEM e os cara saber que você é um estuprador. Os cara vai matar a senhora, porque não tem isso, estuprador, pode estuprar minha mãe, minha tia, minhas irmãs. Estuprador não é considerado em nenhuma FEBEM, nem em cadeia.

Por fim, com relação ao estupro, crime mais condenado entre eles, é importante dizer que está associado a uma incompetência enquanto homem, à incapacidade de se garantir e arrumar uma mulher:

Sei lá, até eu, assim, tipo, eu não sou, assim, sabe, a favor, assim, tipo, de pena de morte, sabe, de prisão perpétua nem nada. Mas em caso de estupro, assim, eu sou até a favor, senhora. Por causa que é uma coisa que, sei lá, eu não admito, não, senhora. Principalmente hoje em dia, qualquer lugar que você vai, assim, tem lugar que até dez reais você paga e sai com uma mulher para passar a noite. O cara vai estuprar criança, senhora de idade... às vezes até espanca, tudo, isso é uma coisa que, sei lá, não tem lógica pro cara fazer. O cara querer abusar de uma mulher. (...) Então, porque... sei lá... um até porque, tipo, eu acho que ele já é um fracassado, porque ele, né...porque assim, sei lá, por ele não ter uma competência prá, tipo, sei lá, atrair uma mulher, seduzir uma mulher, sabe... prá namorar, prá sair, prá ficar junto.

O estupro, associado a figuras mais frágeis (mulheres, crianças, senhoras) é visto como covardia e a fantasia do adolescente é que esse crime é acompanhado de espancamento, mais agressão física. Ele é desvalorizado, sem competência, não se garante na sua virilidade. Ou então é visto como safado, tendo cometido o estupro intencionalmente, por pura maldade:

Nós ficamos, tipo desconfiado que ele era estuprador. Tipo que essa mixa, a senhora já vê a maldade no olhar. (...) Aí, passou um tempo veio o senhor: 'aquele lá era o menor que tinha estuprado 20 mulheres'

Tanta mulher aí e o cara tem que estuprar? Aí, os cara acha que é safado, né, senhora. Se cai dentro de uma cadeia, morre. O cara é safado.

Com relação a estupradores, o fim é certo: morte, qualquer que seja a unidade.

Os cara vai matar a senhora, porque não tem isso, estuprador, pode estuprar minha mãe, minha tia, minhas irmãs. Estuprador não é considerado em nenhuma FEBEM, nem em cadeia. (...) Corre o risco de... De morrer... Vixi, sei lá, senhora, de morrer... Melhor falar assim. (...) Melhor do que abrir seu pote, porque vai morrer do mesmo jeito. Porque a maioria das FEBEM, tem FEBEM que é só naífa que rola. Podem maltratar, senhora.

Aí, os cara: 'não faz nada com esses jackie aí, cara?'. "Tá louco? Se nós soubesse que ele era estuprador ce acha que ele ia ficá com nós todo esse tempo?' Fazê o que, né? Ele era batizado entre nós, né? Agora vamos ver se ele é batizado na cadeia. Mas já era, os cara vai matar ele, lá.

A punição: morte. A pior conduta dentre todas: estuprar. A preocupação é com as pessoas próximas; a lei defende os bens próprios, o corpo, ou leva em conta apenas outros que lhes são próximos. A regra existe, mas com uma ação concreta, uma justificativa pela segurança dos familiares, assim como no item anterior, discorríamos sobre a proteção de si mesmo e do grupo. Uma moral individualizada ou particularizada, que dirige o investimento afetivo desses adolescentes àquilo que por eles é valorizado. Porém, que valores seriam esses?

3.3. Virtudes e seus contrários: “se você é bandido, você corre pelo crime”

Vemos, além da heteronomia e de uma obediência a regras que muitas vezes não fazem sentido, uma rigidez nas condutas, nos castigos, no olhar que eles têm para os erros e as fragilidades. Trata-se de uma relação na qual intervém o respeito unilateral e tem menos força motivacional – sendo esta garantida pela violência, no caso dos adolescentes.

Aquele que gaguejar, já era, senhora. (...) Mesmo que ele esteja certo, senhora. Se ele cair em contradição ou gaguejar...

Lógico que é, é minha palavra. Não pode voltar atrás, né, senhora. Difícil, só que no dia-a-dia você acostuma. Ouve mais e fala menos.

Não gaguejar, não cair em contradição, não voltar atrás em uma decisão, ser rígidos em suas condutas, não agir contra o crime: qualidades que indicam virtudes valorizadas pelos adolescentes no Mundo do Crime. Se tomamos as representações de si como valorativas e sabemos que o homem se identifica com aquilo que lhe parece positivo, faremos uma análise com esse foco a partir de agora.

Pra eles, bandido é quem tá no convívio. Pilantra é Seguro. Pilantra não é mais bandido. Assim que eles falam.

Definimos moral como um conjunto de regras de controle que dirige o investimento afetivo, uma hierarquia de valores que regula a vontade. Estabelece-se um conjunto de normas a serem seguidas e o homem se identifica com valores que julga positivos para si. Trata-se de uma concepção de moral que ultrapassa o âmbito dos direitos e deveres e inclui valores, aspirações, conceitos que o adolescente tem ou deseja ter de si mesmo. Algumas

regras dizem respeito a virtudes e todas falam da proximidade com que os adolescentes tratam as condutas e a identidade.

3.3.1. Virtudes: “só quem é não deixa falhas”

Ao tentar mudar alguma regra no andamento da unidade, o adolescente deve expor sua idéia considerando que se trata de uma opinião própria, não sendo autoritário nem querendo impor a mudança. É isso que eles definem por “na educação, no respeito”: colocar uma opinião, sabendo que haverá discordâncias, não ser autoritário.

Tem que falar assim: ‘eu falo por minha pessoa, não falo por todo mundo, eu acho que isso aqui podia ter conversa’. (...) Se a senhora chegar na educação, no respeito, assim, não acontece nada. Se a senhora chegar: ‘ah, vai ter que conversar no refeitório, nós vai conversar no refeitório’, aí, já era. (...) Aí, é só facada, senhora. Aí, os cara vai chegar e falar assim: ‘você pensa que você manda em alguma coisa aqui dentro?’.

Mandar demais, mostrar muita força ou autoridade resulta em violência. O oposto disso, uma conduta mais humilde, se refere a saber o seu lugar na unidade. A humildade, virtude muito citada por eles, diz respeito a não ser autoritário, não querer impor sua vontade. Trata-se da consciência de que se está abaixo de um ideal, mas parece uma noção imposta, e não internalizada.

Você tem que ser humilde, assim, entre aspas também... Você tem que regularizar também a unidade. Senão... Você tem que regularizar, sabe.

Porém, a humildade não pode ser confundida com falta de limites, aspecto a ser considerado:

Tipo assim, um moleque quer ser humilde. (...) Ó, por exemplo, o moleque quase não tem noção de nada, que não pode ser muito humilde.

Você não pode acostumar, assim, a o que os outros pedir, você ceder, né? Senão, eles acostuma também. Senão, acaba ficando nada prá você. Você tem saber, né, tipo, é uma coisa, assim que você tem que saber administrar, né, prá fazer sua caminhada, praticamente sua vida ali dentro, né?

Não ceder muito à pressão dos outros internos, mas obedecer caso exista alguma regra. Saber seu lugar numa unidade sem aceitar sua condição como inferior – essa é a humildade a que eles se referem que, apesar de ser um valor imposto, uma obrigação, é uma virtude prezada por eles. Assumir o que fez também é uma conduta valorizada:

Tipo ele avistou a família do outro menor lá, senhora. E não podia. Aí ele foi, foi sujeito homem e assumiu o que ele fez. ‘Não, não tinha nenhuma intenção’.

Aí os caras falou assim: ‘é, você já é bandido, porque você já assumiu seu erro’.

Usam as palavras “sujeito homem”, bandidos e a esses substantivos adicionam as qualidades desejadas, dentre elas, assumir o erro. Eles usam a expressão “correr pelo certo”, que designa agir corretamente, indicando que o adolescente deve saber quando admitir o erro.

Eu sempre corri pelo certo. (...) Gostar das coisas certas. Nunca gostei de menor caçando assunto com menor e menor caçando assunto com funcionário. Se tá certo, é a cara dele. Mas, se tá errado, abaixa a cabeça e fica quieto.

Conduta exigida e não só valorizada para a entrada no Mundo do Crime, inclui suportar as conseqüências dos seus atos, que serão ditadas pelos colegas de pátio segundo as regras da internação.

Aí tinha um que tava devendo aí, que ramelou nas idéias também, e tava trabalhando e foi lá e cagüetou pros funças que tava trabalhando. Não pode! Se você fez algo errado, você tem que agüentar as conseqüências.

Porque eu nunca fui de pegar e ir pra cima de adolescente, eu tive atitude de homem. Se eu tiver que bater, eu vou bater sozinho. Se tiver que apanhar, vou apanhar sozinho.

O contrário disso seria mentir, não ter coragem de suportar a punição, uma falta grave entre os adolescentes, porque rompe com a confiança e com a união do grupo.

Você tem uma mixa lá, porque você tá no Seguro lá, só que a senhora não quer falar. Tal, tal, tal e você não fala. Aí, depois de um tempo, vai uns outro lá e os cara descobre que você tá no Seguro. Aí vai ser feio...

A punição para essa conduta é mais grave, pois além de agredido, o adolescente vai para o Seguro. A expressão “vai ser feio” indica que as conseqüências vêm carregadas de violência e a atitude de homem, no discurso desse adolescente, está acompanhada de agressão física. A violência é, portanto, algo com que o adolescente tem que aprender a conviver:

Daí eu falei: é cara de vocês, vê o que vocês fazem. Daí eu entrei dentro do quarto e quando eu vou me preparar para tomar banho, eu vejo entrando quinze e depois vejo lotando o quarto. Foi quando me pegaram. Quebraram minha costela, tudo, me machucaram. Normal. (...) Isso aí com tempo você se acostuma, entendeu? Essa daí, apesar de ser a primeira, eu tinha que passar por aquilo. Mas foi assim, normal.

Tem uns moleque que não tem consciência, e pega, numa brincadeira, pega e sai correndo pra falar pra funcionário. Isso é uma coisa que não tem nada a ver.

Precisam ser violentos e suportar o que lhes fazem; não podem fazer uso da condição de internados e pedir auxílio aos funcionários – que teriam como função protegê-los. Há também a preocupação em mostrar-se sempre forte – força aqui associada a ter o poder de tirar a vida:

Se for prá um UG, prá uma UX, e ele for prá lá e depois de um tempo eu for prá lá, eu nem mando ele pro Seguro. Eu arranco o pescoço dele.

E, ao serem perguntados sobre seus sentimentos nessas relações de violência, mencionam a raiva; a agressão vem como uma vingança, uma resposta a algo que já aconteceu.

Ah, como que é bater, senhora... Ah, na hora, a gente... Nossa... Não sei como que é bater não, só sei que...(...) Sentia raiva, senhora. Eu via, assim, prá cara dos moleque, sentia raiva. (...) Eu virava e chegava assim: ‘você é piloto’? Aí: ‘eu sou, eu sou’. Ah, então, você vai apanhar mesmo!

Podemos pensar aqui na produção da delinqüência, na legitimação dessas relações, e nessa agressividade como resposta a uma submissão que se dá há muito tempo, desses adolescentes pelos funcionários e por seus próprios companheiros de internação. O sofrimento, sentimento também muitas vezes mencionado, refere-se aos maus tratos e agressão física, além de risco de morte.

Já vi moleque sofrendo, já, senhora. (...) Ah, assim, tinha um moleque lá, senhora, que eu não me lembro o que ele fez, porque ele era Seguro, tava no mesmo barraco que eu. Ele ia dormir apanhando, pegava o rodo e batia aqui, aqui, aqui (mostra as articulações dos braços e das pernas). Os caras deixavam ele de morto-vivo... (...) Morto-vivo você enrola o moleque numas dez mantas. Aí tem a jega. Na jega, não tinha, assim, concreto embaixo da jega. Aí, eles enfiavam o moleque lá embaixo e tampava com o colchão. (...) É. O moleque quase morria.

Um conjunto de práticas pautadas na violência, em atos de tortura. É deles exigido fazer parte desse funcionamento, por exemplo, como dito acima, assumindo seu erro. E, como em uma censura, além dos comportamentos, as palavras tem que ser controladas. Um dos conselhos é falar o menos possível, para evitar incorrer no erro de falar palavras proibidas ou mentir, que é contra as regras:

Vocês têm que ter mais respeito, tem que tomar o maior cuidado às vezes, até com as palavras que você fala.

Eu acho assim: se você veio pra uma FEBEM, você sabe qual o esquema da FEBEM, você vai fazer o melhor pra não se atrasar, nem pra você ir embora, nem com os menor. Pra que você vai mentir? Você quer ganhar ibope com quem aqui? Você tá preso! Mentir, pra que?

A posição de domínio, o status na unidade, é obtido pela posse:

No dominó. Eu comecei jogando de dez em dez pacotes, depois aumentei pra 200 em 200, depois pra 300 em 300. E chegou a 1500. (...) Então, a gente faz assim: ou ele paga durante a caminhada dele toda, ele pede com a família dele e vai pagando, toda semana que vier sete selos, sete selos é meu. Os sete maços de cigarro. Ou senão, ele trabalha pra mim.

Porque o xerife, é o seguinte, vamos supor, a senhora tá com um jumbo, vamos supor uma Passatempo e eu tô com uma Água e Sal, aí a senhora não vai xepar a Água e Sal que sua coroa trouxe com o maior carinho e vai querer xepar a minha. 'Aê, mano, só quero Passatempo. Aê, mano, alguém tem uma no jumbo, aê, rapaziada, pode passar aí. Essa aqui não pega nada, só Passatempo'. Vai querer Passatempo.

O adolescente chega, inclusive, a mentir, tentando ficar mais conceituado:

Nós vai conversando, trocando uma idéia, tipo jogando uma idéia nele, pique vai fazendo ele se condenar com as palavras dele. (...) Cair em contradição. Jogou muita massa, foi pro Seguro. Falou que comprou uma 12 por um barão, e trocou por dois fios de pedra e assim foi indo. Não existe isso. Falou que matou um polícia e arrancou o cérebro dele, coisas que não tem como você fazer. Aí, a gente foi entrando na mente dele,

entrando na mente, tanto que ele falou que era tudo mentira. E pra que você vai mentir aqui na cadeia? Vamos supor, ele queria ganhar ibope, queria ser mais que os outros. Já que eu fiz isso, eu sou melhor que você (...). Só que até então ele se enganou, porque não é bem assim. Ai, entramos na mente dele, ele falou que era tudo mentira, foi pro Seguro.

Além da mentira, chama a atenção o que é valorizado aqui pelo adolescente. Para ganhar ibope, ele fala que comprou uma arma – um bem tido como diferencial entre eles, que garante poder sobre a vida do outro – a baixo preço – “um barão”. Destacamos que eles prevêm gastar alta quantidade de dinheiro para se assegurarem antes de um esquema ser realizado. A troca é por dois fios de pedra, mostrando a forte presença das drogas na vida desses adolescentes.

Nas frações mais simples, nas minúcias da vida na internação, as condutas valorizadas são a esperteza de tirar vantagem com bens materiais e a violência - agressividade explicitada no primeiro relato por “arrancou o cérebro”, não tendo bastado tirar a vida de alguém. Marcamos também que o adolescente fala em matar um policial, como forma de obter *status* – afinal, estes representam a lei, a ordem, o Estado, grupo oposto aos adolescentes. São atos vistos como impossíveis – pelo grau de dificuldade, pelo perigo. Faz com que os outros desconfiem e partam para a intimidação como forma de verificar a veracidade do relato – uma prática disciplinar, um exame, para permitir ou não o pertencimento no grupo, garantir a normalidade desse adolescente. A punição para ele foi a exclusão no Seguro. Para não incorrer nesse erro, eles aconselham:

Uma: em primeiro lugar, eu cheguei, já dei assistência pra outros adolescentes, eu vou chegar em você falar uma primeira coisa: escuta mais e fala menos. Quem fala demais, acaba contando mentira. (...) Então, já previna antes, pra não pegar e fazer. (...) Porque bobinho aqui, não tem vez, é sempre passado pra trás.

Prudência: virtude que diz da necessidade de se precaver, de separar a ação do impulso, considerando o futuro.

Você já tem que chegar bem mansinho, bem na moral, de boa, né, senhora.

Esse trecho mostra a necessidade de agir com cautela, ser humilde e aprender o funcionamento da casa antes de qualquer atitude:

Ah, tipo, sabe, seguindo as regras, sabe? Respeitando os companheiros, não querendo ser folgado, ser mais que ninguém... porque tudo o que vale é a igualdade, né? Você não pode querer ser mais que ninguém. Querer, sabe, tomar as coisas do outro, não pode. Nem de pilantra você pode tomar as coisas.

O roubo não é permitido entre eles, nem dos pertences dos pilantras – mostrando aqui que há uma desvalorização daqueles que estão no Seguro, pelo uso da conjunção “nem”. Refere-se à igualdade, à imposição de que todos têm os mesmo direitos e deveres, e ninguém têm mais qualidades do que o outro. Obedecer as regras é uma qualidade que garante pertencimento:

Aí é que o moleque é primário, né, tinha que fortalecer a mente dele, dar uma idéia para ele ficar firme, prá não ocorrer mais isso. (...) Ficar firme é tipo você seguir o ritmo da cadeia e correr com os cara. Correr assim, ficar com os cara, fazer mais nada, seguir o ritmo. Vamos supor, seguir o ritmo...

Agir de acordo com as regras não é uma escolha, mas uma obrigação; não importa se o adolescente concorde ou não – se está nesse ambiente, deve se submeter:

Por mais, assim, que, hoje, eu pretendo, assim, eu não sou mais um ladrão, não sou mais um bandido, sabe. Até porque eu já decidi, sabe, mudar de vida. Mas nem por isso eu tenho que começar a desrespeitar, sabe, as regras que tem desde quando eu cheguei, desrespeitar as pessoas ou algum ladrão, entregar companheiro. Mesmo porque eu acho que, entregar, é prá qualquer um. Prá ladrão, prá trabalhador, é uma coisa que não convém, né. Mas, tipo, nem por isso... Eu convivo, ainda, eu convivo nesse ambiente.

E num instante, eles falaram que eu tava a fim da mãe do moleque. Não tinha nada a ver. Jamais eu ia pegar e agir desse jeito, eu não sou otário. Eu sei que numa outra unidade, um negócio desse, eu podia até morrer.

Bandido, ladrão, são termos associados àqueles que estão internos, que obedecem a esse sistema de regras. A palavra otário assume sentido de desvalorizar aquele que, a despeito do Sistema, age segundo sua vontade. Ser humilde, prudente, usar da violência quando necessário, são qualidades enumeradas por eles de um bom bandido, um homem, bom sujeito. Porém, destacam outras:

Primeiro, vão te testar, te dar um psicológico prá ver se você é um cara consciente, não é boca aberta, nem nada, ou se tem algum problema.

Escolheu os 16 menores entre os mais velhos e os que são de responsa, que tem uma idéia pra trocar e não fica de galinhagem, que é pique homem.

O moleque é sem palavras, o moleque é bandido, não dá pé pra ninguém, não caça assunto com ninguém, faz o trampo dele de boa, acho que não tem motivo pra ele estar no Seguro.

A recepção serve para verificar que o adolescente não se deixa intimidar, não delata ninguém, tem capacidade de argumentação, não brinca muito nem procura problemas. Cabe também, ao adolescente, ter controle de suas emoções:

Você joga um verde no cara: “aí, mano, fiquei sabendo que você era esturpador no Mundão”, “fiquei sabendo que você era cagüeta”. Daí, se o cara ficar com medo, assim, fica com uma cara de assustado, é porque alguma coisa ele tem, ele é. E aí, a senhora já tem que conversar normal. Fala um monte de coisa, não gagueja não. Ele tem que segurar até o último e tem sempre alguém para falar com o cara: “Eu sou criminoso”. Aí, dá uma hora, os cara volta de novo. “Tem esturpador no bagulho, tá no pensamento, hein?” Se o cara ficar assustado, já era. (...) Os cara passa mal, senhora(...) Se cai dentro de uma cadeia, morre.

Os termos esturpador e cagüeta estão carregados de valor negativo, levam à exclusão e agressão física e servem para assustar o recém-chegado. A violência com que se submete o outro pela ameaça é para garantir que o adolescente tem uma qualidade por eles valorizada, o controle das emoções. O qualificativo “criminoso” se refere a não ter cometido nenhuma dessas faltas. Do contrário, dizem ser morte certa. Novamente vemos a violência chegar a tal gravidade que não se trata de controlar corpos, submeter, estar em posição de domínio, mas ter nas mãos o poder da vida e morte. Digno é aquele adolescente que está no convívio e participa das atividades. Não ser digno é cometer erro, atitudes que eles contrapõem logo no início de suas falas:

Uma pessoa digna é o seguinte, vamos supor, se é um futebol, um basquete, um pingue-pongue, um vôlei, qualquer coisa que tiver você vai se envolver aqui dentro. Se faz as coisas errado, assim, você vai ficar destacado. Esse maluco que não é digno, não vai ter como, porque, se a senhora quiser colar: ‘você não é digno de colar com nós, mano. Destaca’. Tá ciente? Aí, vai destacar, né, senhora. Ele não é digno. Pra nós, é que não pode conviver com nós.

As regras, portanto, explicitam uma onipotência, característica da adolescência, egocêntrica, mas reforçada pelas condutas violentas e pela posse de arma como bem

diferencial que ameaça a vida. As virtudes assumem um tom não de solidariedade, mas de garantia da manutenção do grupo, de uma organização pautada na desconfiança, sentimento mencionado muitas vezes:

Normalmente, estar no Seguro ou no convívio, sempre você vai ter uma pessoa aqui que você não gosta, mas, geralmente, Seguro eu nunca tive nada contra. A única coisa que às vezes é complicado é colocar alguma confiança.

Aqui dentro, a confiança é complicado. Totalmente complicado.

Os adolescentes, por estarem acostumados a essa rotina em que um quer se dar melhor à custa do outro, um cotidiano marcado por tensão e violência, aprendem a fazer uso de mecanismos aprendidos – como fingir estar machucado. Porém, até disso os próprios adolescentes já estão desconfiados – por saberem de suas condutas:

Aí, os que cair a gente deixa e vai pegando os outros, senhora. Porque sempre tem um que leva uma ferrada e já cai, já. Faz que caiu prá nós não bater mais. (...) É. Daí, deixa lá no chão que esse daí já era. Mas nós, nós não abraça. Nós quebra já.

Vai quebrando os moleque, até chegar na unidade. Os moleque tem que chegar inteirão lá. Mas se chegar inteirão, os moleque vão fazer de tudo pra correr, pra andar rápido. Se conseguir escapar também, e os bico catar, vai voltar desmaiado. Eu não abraço a idéia dos cara. Mesmo se eu ver ele desmaiado eu continuo sabe. Até eu ver que agora tá. (...) Uma hora cai. Daí a gente leva lá pra cima.

Mais uma vez, violência extrema, submissão e inexistência de qualquer liberdade, de qualquer consideração do outro como pessoa. Práticas que se repetem e se legitimam na FEBEM, seja entre adolescentes, seja entre estes e funcionários – como veremos mais adiante. Vimos até agora que, para um bandido, as virtudes desejadas são humildade, coragem, prudência. Como qualidades, assumir o erro, não gaguejar, controlar as emoções. Do contrário, a punição é ser mandado para o Seguro.

3.3.2. Seguro: “a menos na cadeia”

Se temos até agora qualidades valorizadas, é necessário pontuar aqui os opostos, o que eles condenam. Cair em contradição ou gaguejar, por exemplo, é sinal de fragilidade.

Ah, nós fala um monte de coisa, senhora. Você fala: ‘ah, não, você tava pescando a minha foto?’, e tal. Daí, é a minha palavra contra a do outro. Aquele que gaguejar, já era, senhora. (...) Mesmo que ele esteja certo, senhora. Se ele cair em contradição ou gaguejar...

Não é ele que tá querendo jogar um verde, eu que tô falando. (...) Tem uns que gosta de fazer isso, tá ciente? Tipo, fala de alguns verde pra ver se você cai, assim, em contradição. Cê tem que tá atento, né, senhora. Tem que ficar esperto. Caiu, já era.

Não importa, portanto, se o adolescente agiu corretamente. Ele precisa saber argumentar a seu favor, controlar suas emoções, não demonstrar que sente medo ou está intimidado, sentimento muito comum entre eles, diferenciado do que eles chamam de adrenalina:

Pensa: oito alas, cada uma com sessenta adolescentes, todos começar a bater na porta. E a parede tremer. É estranho, entendeu? Uma parte é legal, outra parte dá uma adrenalina, misturava tudo (ri). Até numa parte é bom, que, sei lá, dá uma adrenalina.

A situação de rebelião, que apresenta risco, também traz consigo uma emoção boa, a adrenalina, ligada a uma aventura. Já o medo, associado a fraqueza, aparece, por exemplo, com relação ao adolescente que tem mais poder na unidade, que representa perigo.

Aí todo mundo em choque, com medo e tal, vai e põe lá no desenho, sendo que todo mundo quer assistir MTV e só ele quer assistir desenho.

Também aparece no risco de ser mandado para o Seguro, por causa da agressão física – e, mesmo com medo, o adolescente deve controlar suas emoções, para não piorar sua situação:

‘Aí, não gostei da galinhagem, não’. ‘Pra mim, era só galinhagem, mas se você interpretou pelo outro jeito, não posso fazer nada’. Aí, normal, normal. (...) É, se dá, ‘Aí, apazigüou’. (...) Na hora, na hora, você, você, sente um gelo, lá(...) Mas nós vive a vida assim. Dá um gelo, mas a senhora não pode cair em contradição. Porque se a senhora se apavorar, a senhora vai gaguejar, cair em contradição.

Isso daí é sempre os moleque que não tem uma mentalidade, totalmente inocente, que se passa. E pega, chega os moleque e pressiona. E os moleque acaba cedendo.

Ser inocente: defeito de quem cede à pressão, à intimidação, contraponto à malandragem adquirida no Mundo do Crime. Essas virtudes, boas condutas, fazem com que existam dois grupos distintos: os que pertencem e os que não pertencem. Estamos falando do Seguro, para onde vão aqueles que não agem de acordo com as normas dos internos:

Daí eu saí e não entrei mais. Eu não entrei mais prá dentro da cadeia, senhora. (...) Naqueles tempos, a gente tava em 25 Seguro, 23. Nós dormia numa cela, lá fora. Nossa cela ficava aberta. (...) Nós ficava com a cela aberta, nem fechava. (...) A qualquer momento a casa podia estourar. (...) Aí os moleque podia vim buscar nós.

Fazem as atividades em separado ou são impedidos de fazer.

Já não pude sair mais para o pátio, fiquei dentro do quarto durante 45 dias, não tinha como sair pro pátio. Se saísse pro pátio, corria o risco de ser pego pelos outros adolescentes. (...) Daí, passaram esses 45 dias, fui pra UAI, que é um quarto de reflexão, que é onde ficava o Seguro lá. Normalmente, de tranca.

Há diferentes formas de dizer dessa exclusão: destacado, excluído, não digno:

Ele ficou um mês na UAI e foi de bonde, senhora. Ele já não era sujeito né, senhora, de pagar visita com nós. Já não tem mais aquela confiança que nós tinha. É isso daí, senhora.

A gente quebra tudo, a gente, cada um quebra tudo dentro da unidade, lá. Caça o Seguro, e já começa a espancar, já. (...) Porque o Seguro, eles não é pros caras. Eles não é considerado.

Fala que esse cara é do Seguro, safado, pilantra e eu tô com ele.

A condição de estar no Seguro é menosprezada pelos adolescentes, como mostram as falas deles. O uso do verbo descer para designar a ida ao Seguro e subir para a volta ao convívio demarca uma posição de superioridade para este último.

Mas ele ficou um mês lá, e depois quis mandar que nem o irmão dele... Desceu pro Seguro. (...) É, e quando sai do Seguro é subir.

Mas no movimento de descer para o Seguro e subir para o convívio não dá nenhuma autonomia: você é mandado para o Seguro ou retirado dele por outro adolescente.

Porque a pessoa que desceu ele pro Seguro já foi embora. Aí, tem que ficar até ele ir embora. Agora, a pessoa que desceu você pro Seguro, se quiser subir você pro convívio, pode subir.

E o Seguro deve ficar constantemente protegido pelos funcionários.

Aí eu vou falar 'ó meu, você não tá, você não é digno não. Ficava tomando dos maluco na outra unidade e vai ficar aí, não queremos você aqui mano'. (...) Não dá prá saber, né, senhora. Só se vim alguém. Aí já passa prá todo mundo, já vê quem é bandidão, prá ficar no Seguro, ficar destacado de nós, na barba. Na barba é tipo lá, só do lado do funcionário. Senhora fica lá do lado do funcionário prá ninguém pegar a senhora, prá ninguém bater na senhora.

Ao estar no Seguro, como o adolescente não é considerado pertencente ao grupo, corre risco de agressões físicas, por exemplo. É permitido agredi-lo à vontade, pois ele não é mais digno de valor.

Se alguém for bater nele sem motivo, ninguém pode falar nada. Porque é safado, né? (...) É, pode bater nele à vontade.

Desconsiderar o sofrimento do adolescente que está no Seguro é algo comum entre eles. Este perde o direito de ser ajudado, inclusive, se correr risco de morte.

Às vezes, se machuca, a gente dá uma força. Agora, tipo, quando o cara é cagüeta, assim, sabe, estuprador... daí nós larga. (...) Que morre. Deixa morrer lá (ri). (...) É (ri).

Do risco de agressão ao risco de morrer, tudo é possível a um adolescente do Seguro. O estado de alerta é constante para esse grupo.

Uma vez que o diretor falou: 'fecha a ala do Seguro que nós vai dar uma geral lá dentro'. Aí, eles fecharam a nossa cela...(...) Geral é revista. Aí, pegaram e trancaram nós. Só ficou os funcionários, os homens de preto não tavam lá. Na hora que abriu os X, foi todo mundo lá em cima dos funcionários. E nós ficou trancado. Aí, nós gritava: 'tira nós, tira nós daqui'. E nada dos funça, saíram tudo correndo. Nós tudo trancado, fomos quebrar a porta. (...) Porque aí os cara iam chegar onde nós tava. Aí, os cara ia matar nós. Aí, nós pegamos... nós não ia conseguia sair. Aí, nós pegou a cama e pôs na porta. Aí, os cara não conseguia entrar, porque a cama era, era pesadona. Nós ficou ali até a Choque chegar.

Mesmo assim, o adolescente hierarquiza o que de pior pode acontecer:

E a coisa que eu dou mais graças a Deus até hoje foi não ter acontecido coisa pior pra mim, ninguém ter me matado, ou eu ter perdido um órgão do corpo. Ou coisa pior, porque eu preferiria ter perdido um órgão do corpo do que um menor ter chegado pra me estuprar.

Da perda do direito de se proteger, o adolescente passa a estar sempre sob ameaça desse risco. Está estabelecido que os outros devem ser agressivos com ele.

Que nem, pilantra assim, nem cola prá jogar bola (ri), nem vai. Às vezes, só prá completar o time. (...) Ele tem que tomar cuidado, porque os caras vai chegar chegando nele, né? Os caras vai chegar nele violento, né?

O risco é tanto que eles desenvolvem certas estratégias de defesa, com a ajuda dos funcionários – ficar em local separado e distante, deixar a porta aberta em caso de rebelião.

Naqueles tempos, a gente tava em 25 Seguro, 23. Nós dormia numa cela, lá fora. Nossa cela ficava aberta.(...) Nós ficava com a cela aberta, nem fechava. (...) A qualquer momento a casa podia estourar. (...) Aí os moleque podia vim buscar nós. (...) Não, porque se ficasse fechado, senhora, até o funça achar a chave, não dava tempo de nós correr, senhora.

Por fim, podemos ver nos trechos abaixo como o Seguro realmente corre risco de morrer, independente do que tenha acontecido:

O V. é o mais Seguro da cadeia. Se os cara cata ele lá, os cara mata ele.

Ele tava na FEBEM, fugiu várias vezes, agora tá no CDP, cadeia. Lá ele tá no Seguro, tá tipo uma cela só prá ele. (...) Aí ele morre, né, senhora. Os pessoal pega ele, ranca o pote dele, mata, vixe...(...) É... Morrer, senhora. Também pode dar uma sorte de ir embora mais rápido. Porque, a qualquer momento pode ter uma rebelião, os cara pode levantar rebelião prá poder pegar você no Seguro. (...) Aí, mata, ou deixa até... em estado grave, aleijado, pode acontecer vários negócio, você pode morrer. Também se for sua hora, você vai morrer.

Se tomamos com ponto de partida que o Seguro é um lugar institucional que designa pessoas tidas como erradas, será que esse lugar ocupado permanece depois da chegada da liberdade?

Lá fora? Não, lá fora é outras coisas né, senhora. Porque, se de repente eu passei a senhora pelo errado, mandei a senhora pro Seguro e a senhora tromba eu lá fora, a senhora apanhou de todo mundo lá na unidade, a senhora tando lá fora, a senhora vai querer matar eu e pá. Lá é Mundão, é você e ele, né, senhora. Que nem, antigamente, qualquer briguinha que você arrumasse era prá disputar na pancada, né. Quem puder mais, chora menos. Agora, com esse negócio de arma, mata, né, senhora.

O adolescente traz o fato de estar no Seguro como algo ruim, independente se você já recebeu a liberdade ou não, mas pontua bem que, no Mundão, você não tem o respaldo do grupo e possui armas – a violência pode ser maior, chegando à morte.

Não, depende. Pique se ninguém souber, que nem, eu sei quem é do Seguro e quando eu sair eu vou estar com ele no dia-a-dia (refere-se a seu parceiro) e não vou falar pra ninguém, porque acho que ninguém precisa saber. Mas se alguém falar, lá fora lá, esse aqui era Seguro e pá, mano, aí depende da idéia que ele vai dar. Pique, fui do Seguro por causa de uma fita banal lá ou não consegui trocar uma idéia direito com os caras lá e descí pro Seguro. Aí, tem gente que... Aqui ninguém julga nada aqui, porque quem julga nós é Deus. Mas aí tem que ver como é que é lá fora, né, senhora. Aí vai de posse das pessoas, as pessoas podem querer te condenar com uma palavra e aí, nem sei o que se pode fazer. Mas da minha parte, não vou colar na pele dele não. Ele é Seguro aqui dentro, aqui dentro é uma coisa, lá fora é outra.

Esse outro adolescente também fala do Seguro menosprezando essa posição – é algo a se esconder, que causa vergonha; se alguém descobrir, deve tentar se justificar. Em liberdade, há maior possibilidade de uma decisão pessoal. Mesmo assim, o fato de ter estado no Seguro marca o adolescente, faz com que ele carregue esse estigma. Nas entrevistas, pudemos observar que, além do uso do termo Seguro como substantivo, o que nos mostra o lugar institucional, os adolescentes usavam-no, por diversas vezes como predicativo:

Eu sou Seguro lá em Franco. Eu caio aqui, se os moleque sabem, aí eu sou Seguro, já.

Quando eu comecei a virar Seguro era 2001, 2001 quando começou.

Podemos pensar, a partir daí, que o lugar institucional fica confundido, por vezes, com a identidade do adolescente. Ser Seguro, tornar-se Seguro, indica que o fato do adolescente cometer um erro faz com que ele adquira, frente aos outros, uma marca que designa uma característica, por vezes, um traço de caráter – que permanece com você, independente de onde você for.

Seguro é, tipo assim, né senhora, tipo afastado, né, senhora, porque... Convívio é uma coisa, Seguro é outra. Seguro, tipo assim, em um debate, numa situação, você não pode se envolver. Você é tipo a menos.

Já teve isso aqui, do moleque chegar e passar direto pro Seguro porque deixou falha com os cara lá em cima.(...) Aí já era sua caminhada. Sua caminhada pode ser cristalina, limpa, passou dez anos no crime e não deixou nenhuma falha, se você der uma falha em qualquer cadeia, pra onde você for, você tem mixa.

Sendo assim, é possível elencar que características designam essas pessoas tidas como Seguro. Sobre os estigmatizados, construímos modos de falar específicos e atribuímos a eles, a partir de uma primeira marca, uma série de imperfeições:

Ele tá lá porque ele vacilou. Ele é menos, o último a falar e o primeiro a apanhar.

E Seguro não pode bater com convívio, se tiver uma briga, Seguro não pode falar nada. Você não pode bater, não pode sair na mão com convívio, você vai ser a menos na cadeia. Conversar pode, eu tenho um parceiro meu que tá no Seguro, mas ele tá no Seguro porque ele ramelou nas idéias. Eu não tava presente na fita quando ocorreu, mas eu fiquei sabendo que foi uma idéia de uma fita nada a ver que aconteceu aí, e ele tá no Seguro, mas fala comigo no dia-a-dia. Pode trocar idéia normal, mas não pode debater com convívio, você não pode sair na mão com convívio, você é a menos que o convívio, entendeu?

Quem tá no Seguro, nessas coisas, não pode nem se envolver, nem querer se envolver. A não ser se eles tiver a ver. Tiver a ver com alguma parte da história, né? Aí, tipo, eles tem que tá presente também. (...) Só quem é, né, eles falam, só que é. (...) É, só quem é, só quem não deixa falha (ri).

Ser e poder ser estão ligados diretamente a não cometer falhas. Os adolescentes do Seguro englobam aqueles que não cumpriram alguma das regras, não têm alguma das características desejadas ou fazem algo considerado errado. A exclusão é maciça e a rigidez é uma marca desse funcionamento. Assim, os adolescentes do convívio não podem, de modo algum, conviver com Seguros, ou serão considerados Seguros também:

É, pode bater nele à vontade. Porque se for reclamar: ‘ô, você tá batendo no cara, o cara não fez nada’. ‘O que? Ele é pilantra. Então, você tá passando o pano?’, sabe? Aí, começa, aí já é mais uma encrenca que você arruma: ‘ah, esse daí tá passando pano prá pilantra’. (...) Aí você já tá errado também.

E, além dos atos, existem, também, algumas palavras que marcam diferenças entre grupos, não sendo permitidas entre quaisquer adolescentes:

Porque tem alguns pilantra que fala nunca, tipo, vamos supor, tem um pilantra no pátio e tal, aí eu falo um negócio prá ele e ele fala ‘nunca, cê tá louco, meu’, tal, aí já foi pegando que os pilantra fala isso, tal. Só pilantra, alguns pilantra que fala isso. (...) É jamais. Vamos supor, ‘jamais, tá louco’. (...) Jamais pode. (...) As palavras assim mal colocadas, você pode se prejudicar.

O uso da palavra nunca está associado àqueles que estão no Seguro e, portanto, se torna palavra proibida no grupo oposto – o convívio. Marcam, assim, a existência de dois grupos que se diferem nas condutas, nos valores, mas que têm essas diferenças explicitadas também via linguagem.

Sabemos que o normal e o estigmatizado são perspectivas geradas em situações de convivência mista. Afinal, um atributo que caracteriza um estigmatizado confirma a normalidade de outrem. A figura do “sem moral”, como muitos da sociedade vêem esses adolescentes internos, é repetida por eles mesmos na criação de um grupo de excluídos:

Aí depois vai lá pro pátio, aí lá no pátio tem as torneiras dos desandão que você não pode relar nelas. (...) É que desanda pros outros aí. (...) Ah (ri)... Dá a bunda, né? Aí fala que eles têm as torneiras. (...) Vai que pega de tabela, lá. Você vai lá tomar uma água lá, vai tá chupando o pinto de tabela, né? (...) Caneca é o desandão. Separa, tem uma mesa dos canecas.

A homossexualidade é condenada entre os internos, leva à exclusão e, por vezes, ao abuso sexual de adolescentes. Assim como a atitude e o assunto, o uso da palavra ‘homossexual’ também fica proibido:

Tudo o que um desandão põe na mão, você não pode pôr na boca e tudo o que ele põe na boca, você não pode pôr na mão. (...) Porque eu não posso te explicar, senão os caras vai considerar essas palavras que eu falei pra senhora.

A exclusão acontece porque a homossexualidade é vista como uma doença e o convívio é proibido de forma rígida:

Tipo assim, ele tá com esse bagulho na mão, aí, se ele der pra senhora, a senhora pode pegar na mão, só não pode colocar na boca. Tudo o que ele colocar na boca, você não coloca na mão. Tudo que ele colocar na mão, você não coloca na boca. (...) Porque senão você vira um desandão. (...) Contagiosa.

Moleque pega e, vamos supor, faz um sexo oral, pra falar uma palavra mais científica, assim, pra senhora não ficar encabulada.

Aí depois vai lá pro pátio, aí lá no pátio tem as torneiras dos desandão que você não pode relar nelas. (...) É que desanda pros outros aí. (...) Ah (ri)... Dá a bunda, né? Aí fala que eles têm as torneiras... (...) Não... Vai que pega de tabela, lá. Você vai lá tomar uma água lá, vai tá chupando o pinto de tabela, né?

O Seguro fica marcado como lugar de exclusão, diz daquele que deve ser evitado. A homossexualidade é uma característica individual, considerada por eles traço de identidade, que retira do adolescente o direito de conviver:

Ninguém é melhor do que ninguém, todo mundo tem uma voz. Menos Seguro e caneca. (...) Porque é o seguinte, do desandão nós não pode pegar nada. Eles não podem ralar nos nossos canecos, não pode pegar nos talheres.

Só lá fora, quem não for correto e desandão. Desandão uma vez, desandão sempre. É o pior, pilantra. Você é louco? Como é que um homem, um cara que se julga homem, eu falo assim, se julga, porque pra mim não é homem, vai dando ré...

A idéia de que ser homossexual é errado é tão forte que os adolescentes nem sequer tocam naquilo que ele tocar – por ser tão errado o que ele faz, não querem correr o risco do contato:

Faz um sexo oral com um moleque, com aqueles moleques. Aí ele ainda tá com o pênis na boca. Se ele acende um cigarro, ele tava com o pênis na boca, você não vai querer fumar um cigarro da boca de um que já furou o pênis de outro. E a mão dele pegou também. Vamos supor que ele tem um cigarro e ele põe na mão. E a mão dele, foi aonde? E você vai pôr na boca? (...) Uma vez que ele sujou, tá sujo pra sempre. Porque se você é homem, pra que você vai fazer isso? (...) Só que idéia de desandão não vale nada pra nós.

O adolescente não só é estigmatizado, desvalorizado, desconsiderado, como corre risco, é excluído e pode até ser transferido de unidade para garantir sua segurança. Agora que já enumeramos as características desejadas e seus contrapontos, um relato que resume o que trouxemos até então:

Se o cara tiver uma idéia pra queimar, tá firmão. Tem que ter um argumento. Porque se é alguém bobinho, que tá no crime só por emoção... E tem muitos aqui... Tem uma pá de moleque aqui que gosta de ser ladrão, quer pagar de bandido. Mas esses moleque que é tipo

boyzinho, tá no crime só pelo ibope... Ibope das mina na rua, dá mesmo. (...) Só pelo ibope, só. Não tem nem precisão de nada.

O adolescente, então, tem que saber argumentar, roubar pertencendo ao Mundo do Crime e fazer jus ao seu grupo. A partir dessa análise, podemos considerar o Seguro um lugar institucional, ligado à moralidade, que carrega consigo práticas institucionais que se repetem e caracterizam todo um funcionamento. Além disso, pela sua ligação com a moralidade, diz respeito a normas de conduta e características de identidade. Porém, como se dá a relação dos adolescentes com as regras propostas por eles mesmos?

3.4. A relação com as regras: “o crime é podre, mas não admite falhas”

Tratamos por moral uma hierarquia de valores, um conjunto de regras de controle que dirige o investimento afetivo. E sabemos que há dois tipos de relação que podem se estabelecer ao se tratar de moral: por coação e cooperação. Como vimos anteriormente, a regra é passada entre os adolescentes, do mais antigo ao recém-chegado. Há a idéia de que os adolescentes as criam, as modificam, o que lhes dá certa autonomia; mas são consideradas muitas vezes externas a cada um, relativas a um grupo com o qual os adolescentes nem sempre se identificam. Ao falarem delas, muitos se referem de forma impessoal:

Ah, assim, quando a senhora chega na unidade, os moleques já passa a letra, se a senhora pode fazer isso, pode fazer aquilo. Eles fala a primeira vez só. (...) Eles que põem a regra, senhora. Na jega do menor, assim, não pode sentar de coruja. (...) É a cueca, senhora. Não pode sentar, é. (...) Porque... Acho que eles fica com nojo, né, senhora, eles fica com nojo. Eles fala que é respeito, isso aí. Aí, o cara precisa pedir prá sentar... Se sentar sem pedir, já era.

Falar de forma impessoal sobre as regras já pode fazer pensar em uma moral regida pela obediência, heteronomia e exterioridade destas. Sobre a origem:

Tem os mais velhos, que estão há mais tempo na casa, aí eles já pensam, como é, aqueles mandamentos das antigas.

Quando eu cheguei já era assim, né? Todo lugar tem uma regra.

Não sabem quem inventa as regras, passam a impressão de ser uma tradição antiga, o que carrega idéia de imutabilidade – se eu não sei quem cria, não sei como mudar. Ao dizer que, quando chegaram, a regra já existia, também passam a idéia de que não têm nenhuma ação sobre ela – característico das relações de coação. Podemos considerar que, como muitos funcionários da FEBEM e outros profissionais, é uma forma de olhar a instituição como se ela existisse independente da prática cotidiana de seus atores, indicando uma cristalização, passividade e impossibilidade de mudança. Porém, diferente desses adolescentes acima, outros consideram a invenção das regras mais próxima deles:

No caso, a pessoa que você deu o pé e os mais velhos da casa, porque eles que ditam as regras, entendeu? (...)

Para alguns, a regra foi criada e é mantida pelos mais velhos, o que favorece a possibilidade de mudança. Segue um exemplo de criação da regra:

Porque há um mês e meio atrás a casa tava pique que nem uma creche, com galinhagem pra lá e pra cá. Galinhagem é brincadeira, pra lá e pra cá. Um dando soco no outro aí. E eles tava perdendo as coisas. A gente pegou e fez um Sistema, juntou 16 menor, um deles sou eu, e porque são 16 barracos, 8 módulos. Pra cada um trocar idéia com seu barraco, para parar com essa patifaria, porque na copa, que é lugar sagrado, os caras ficavam trocando idéia sobre biqueira, sobre pedra, maconha. Na copa, a gente deu a idéia que é pra entrar, rezar, comer e sair. Não falar nada, parar com a patifaria do pátio, de brincadeira. Agora você pode olhar que não tem brincadeira no pátio.

As regras são criadas, aparentemente, para manutenção da ordem, pois, se há muita agressão (galinhagens de soco, como eles dizem), os adolescentes perdem direitos na unidade. Lembram os grupos de autodefesa existentes para organizar uma reforma moral que os ajudasse a escapar da penalidade estatal. A existência das regras é justificável, em um primeiro momento, então, para a conquista de melhorias na unidade.

A gente já deu a idéia, e aqui você tem que respeitar a idéia do outro. Se você não respeitar a idéia, você vai apanhar. Então, a gente já ganhou vídeo, que não tinha. Pra dar uma melhora para nós mesmos. Refrigerante pra visita, que não tinha. A gente faz esse trampo pra ajudar a gente mesmo, não é pra melhorar a casa. Uma parte é pra melhorar a casa.

Um mecanismo penal próprio, exclusivo dos adolescentes, que tem uma intercomunicação com o corpo de funcionários, a ponto de estabelecer um esquema de recompensas. Além disso, há mecanismos próprios de sanção, carregados de violência física. Seria, então, um sistema de regras pautado na obediência, coação e relações de heteronomia. Ao falarem sobre a mudança das regras:

Você pode expor sua idéia, né, tipo, reunir todo mundo, sabe, reunir todo mundo assim, sabe, e expor sua idéia. Lógico que você não vai pôr, você não vai pôr uma idéia prá piorar prá todo mundo. Tem que ser uma coisa que melhora, né? (...) Não, tipo, não sei, por exemplo, o cara quer mudar, quer colocar uma regra. Ele tem que falar a idéia dele e falar o porque, sabe. O porque, vai melhorar em que, se vai adiantar em alguma coisa. Se todo mundo concordar, achar que vai ser melhor, aí põe. Agora, se um só falar que não concorda, aí também não acontece. Porque é um conjunto. (...) Aí, se só um não concordar, aí também não acontece.

É na copa, na hora da xepa. Todo mundo chega pra xepar, aí senta e tal. Aí na hora que um vai chamar a reza, aí o outro faz assim na idéia, pá, então: a fita é o seguinte, quem concorda é isso, isso e isso. Ele vai falar assim: quem não concorda? Aí os cara vai falar: eu não concordo por isso, isso e isso. E o outro vai falar: isso, isso e isso. Aí: quem concorda? Aí, se a maioria falar, a maioria ganhou.

Em primeiro lugar, fica claro que a regra, para ser colocada, deve garantir a melhoria das condições para todos. Uma das qualidades necessárias aqui mencionadas é a capacidade de argumentação, valorizada pelos adolescentes – de nada vale tentar impor sua regra se não souber dizer o porquê. Além disso, passam a idéia de um sistema em que é a maioria que decide e a discordância também deve ser acompanhada de argumentação. Poderíamos ter a impressão de uma relação entre iguais, uma troca em que impera o respeito mútuo, uma relação pautada na cooperação:

Se você não gosta da regra, a única coisa que você pode fazer é conversar sobre ela. Se eles te entender, normal. Mas se não entender, vai continuar como tá. Aí, tem que respeitar. Ou então, se tiver muitos que não gostam da regra e se unirem a você, vocês podem conversar.

Há também a força do grupo: se o adolescente se juntar a outros que têm idéias semelhantes, pode ter maior poder de convencimento. Porém, podemos suspeitar: será que o grupo, aqui, não significa intimidação? Afinal, quem propõe a nova regra deve saber

justificar sua existência, para que todos, ou a maioria, concordem. Mas, se alguém pensar em se opor:

Aí, todo sábado a gente faz uma reunião sobre isso. A gente vê se o que a gente falou tá caminhando do jeito que a gente quer, o jeito que é pra casa melhorar. (...) Não tem votação. Aqui, nós pensa assim: se você é bandido, você corre pelo crime. Não tem como você correr contra o crime. Se a gente tá colocando uma melhora, pra casa e pra nós mesmos, e você não tá querendo concordar, você não tá correndo com o crime. Você tá querendo correr contra nós. Aí tem a consequência. (...) Não ocorreu ainda, mas tem de moleque tomar couro.

Obedecer as regras é sinal de agir de acordo com o crime. Do contrário, é “correr contra”, punido com agressão física. Não concordar também implica agressão.

Ou dar um ‘se liga malandro’ nele. (...) ‘Se liga malandro’ é mais leve, você dá umas pancadinhas, só. Você não tem vontade de bater, mas tem que bater porque ele tá desrespeitando a minha idéia. Ele tá correndo contra o crime. Dá umas pancadinhas pra ele se ligar que o que ele tá fazendo não é certo. A gente quer uma melhora pra casa. Se ele quer ficar de patifaria pra atrasar nós, dá um ‘se liga malandro’ nele.

O relato acima explicita a estratégia de controle via vigilância – observam os comportamentos, se reúnem para fazer uma avaliação – e o respeito à regra se dá somente quando o adolescente se sentir observado. Tudo isso mostra que não há cooperação, respeito mútuo, mas uma moral calcada na coação, no controle dos corpos, na obediência a regras consideradas imutáveis e exteriores:

A gente já deu a idéia, e aqui você tem que respeitar a idéia do outro. Se você não respeitar a idéia, você vai apanhar.

A possibilidade de opinar sobre as regras é restrita, a lei é carregada de autoritarismo e cada ação deve ser calculada com cuidado. O convívio com os pares repete a relação de coação, não favorece a descentração, que levaria à autonomia.

Daí, normalmente, depois que tomou um ‘se liga malandro’, os moleque geralmente concorda com a idéia. Mas se não concordar, aí é um couro malandro. Mas é porque você tá indo contra o crime, contra seus amigos. (...) Não é uma ditadura. Aqui isso é chamado de democracia, isso daí. Se você tá fazendo uma coisa errada e atrasando a casa toda, o que custa você mudar sua mente? Você é homem, pode mudar sua mente pra fazer uma coisa melhor pra você mesmo e pra casa toda.

A aceitação da regra é obrigatória, a relação de violência que se instala deixa como única alternativa a passividade – ele deve “mudar sua mente”, não há possibilidade de resistência. O valor é imposto: ser homem tem um significado único - ou o adolescente se submete, ou ele é considerado inimigo. A melhora para si e para todos é ditada por um pequeno grupo e o relato explicita um código rígido, implacável e carregado de punição, junto a um discurso de igualdade, de oposição ao modo como vivem suas outras relações. Falam em “democracia” para explicar seu funcionamento que implica no uso da violência e coação física para submeter os adolescentes à vontade de um pequeno grupo; uma justiça que se diz igual mas que é investida pelas assimetrias características da sujeição disciplinar:

Ainda. Daí, no dia-a-dia, tinha alguém que ia pegar, se você não pedisse licença no refeitório para entrar, já era um ponto que eles queriam para pegar um adolescente. (...) Eles fala que é um ponto de respeito. (...) É uma idéia nova, de algumas FEBEM. E vai fazer o que? Você tá nela, tem que cumprir.

E o castigo não se aplica apenas a uma ação, mas também a uma sugestão mal colocada que, além de poder resultar em agressão, é desconsiderada, desvalorizando não só a idéia mas o adolescente que a traz:

Fácil você dá uma idéia se os maluco concordar, né? Agora, fica meio chato você dar uma idéia e ninguém concordar, né? (...) Aí continua tudo do jeito que tá. A sua idéia não vale de nada, ninguém concordou.

Aí, quando a senhora vai dar idéia, vai ter uns que vai falar: ‘fala por mim também. Podia ser bom que aqui tivesse conversa’. A senhora pode até ganhar.

O uso do verbo ganhar ressalta também que, ao aceitarem uma nova regra, isso dá ao adolescente que a propôs uma posição de domínio na unidade, em oposição àquele que traz a idéia não aceita. É um valor sua aceitação no grupo, sua capacidade de influenciar a opinião. Trata-se, também, de um jogo de poder, em que saber sobre as regras confere *status* e domínio na unidade, e são favorecidos aqueles que estão há mais tempo:

O cara chega novinho, não sabe qual que é o sistema, qual que não é. Nós não tá no pensamento, tipo ‘acho que nessa casa aqui deve ser... Qualquer coisa os cara vai cobrar um pega’. Você já tem que chegar bem mansinho, bem na moral, de boa, né, senhora. Não pode, tem que prestar atenção nas palavras que você fala.

A execução dos castigos, a punição, se dá de forma sumária, sem possibilidade de questionamento – uma coação assegurada pela existência de uma regra tida como sagrada, a ser respeitada por temor da vigilância que se instala:

Um moleque lá (...).Ele jogou lá com um moleque valendo dois cigarros. (...) É. Jogou bola. (...) E perdeu. Dois maços de cigarro, que era prá pagar domingo. Daí, o capitão, o cara falou: ‘quero cigarro, até tal hora você traz cigarro prá mim’. Aí, foi, chegou à tarde ele não conseguiu arrumar cigarro. Aí, já rolou prá vinte maços de cigarro. (...) É, de dois foi prá vinte. Aí, chegou na outra visita, ele não tinha. Aí foi prá quarenta. Daí o S. falou: ‘eu não vou mais pagar esse cigarro, não’. Daí, chamaram o C., chamaram o outro menino e falaram: ‘é, eles falaram que você não vai pagar’. Aí ele falou: ‘ô, cada um tem seu cigarro’. Aí, eles pegou a faca e furou tudo, assim. Aí, ele ficava dentro do barraco seqüestrado, senhora. A visita dele vinha, os funcionários não sabia onde é que tava o moleque. Não sabia onde ele tava, porque lá a casa tava na mão dos menor. Lá não podia entrar dentro do pátio.

Relações de coação, pautadas na violência, que atuam sobre o outro, submetendo, fechando possibilidades, reduzindo resistências. Retiram toda e qualquer liberdade ou produção. Não reconhecem o outro enquanto sujeito da ação. Relações de violência, e não de poder; não abrem para respostas, aniquilam, excluem. Uma disciplina que se instala a partir de múltiplas sujeições:

Olhar a visita dos outros. (...) Aí é morte isso aí, já. (...) Eles pensam que a senhora tá com maldade com a visita, senhora. (...) Caramba... (longo período de silencio). Maldade. Ele pode estar pensando assim: nossa, aquela mina lá é gostosa. (...) Isso já é uma maldade. (...) Sem maldade, nem olha! Na hora da visita, tem que ficar de globo baixo. Globo baixo. (...) Aí, se você levantar, sem querer, o cara já olha: ô... fica olhando a minha visita. ‘Cola lá no barraco que nós vai ter que bolar uma idéia’.

A intencionalidade é desconsiderada e cada comportamento é regrado para garantir que tudo fique explícito e sob controle – uma moral heterônoma em que a obediência às regras está ligada à presença de quem as impõe. Punir, não pela consciência universal da lei, mas a partir de uma trama de processos panópticos. Algumas condutas são interpretadas como falta de respeito sem que se saiba o que esse respeito significa:

Não pode tirar a camisa em dia de visita. (...) Porque é falta de respeito. (...) Ah, tem várias coisas senhora. É que nem... isso aí eles falam que é

falta de respeito, senhora. Aqui, quando chega no dia da visita, assim, tem que por a camisa. Não pode, porque é falta de respeito. (...) Não sei explicar isso daí pra senhora.

Os castigos são físicos e as regras, segundo os relatos, não se aplicam só aos adolescentes, mas servem para funcionários também, embora nenhum entrevistado tenha mencionado castigo para com esses:

Não pode jogar bituca no pátio. (...) Não, jogar bituca, a senhora escolhe... vai pro Seguro ou fica limpando pros sangue-bom. (...) Se pegar a bituca no pátio... ainda a senhora, o que eles fazem é um trem bala, só no couro. Mas aí, a senhora não fica nem a menos, nem a mais, só fica no trem bala. (...) Funcionário, assim, se pegar, também. (...) Tem que obedecer. Visita não... mulher, sua tia, esses negócio, não. (...) Que os funcionário, parece que eles mora com nós ali. Eles passam o dia-a-dia ali com a gente. Eles já sabe o esquema. (...) Tem que obedecer as regras que nós põe.

Ainda com relação aos funcionários, pudemos perceber que sua autoridade é desconsiderada. Uma das justificativas para a existência do Sistema é a não legitimação das regras impostas pela FEBEM:

Porque pra nós, pra mim, particularmente, o que funcionário coloca aqui não é nada. A gente faz nosso dia-a-dia dentro do pátio. O funcionário dá ordem, mas o funcionário lá, a gente aqui. A gente procura ter um Sistema dentro da casa, um Sistema nosso, pra casa não ficar numa patifaria.

Pra casa ficar certa. (...) Isso [regras da FEBEM] não bota em ordem, porque quem mexe com isso aí é outros pessoal. Isso é do pessoal lá de dentro, nós não pode falar nada.

Em estudos sobre gangues já mencionados anteriormente, vimos que a transmissão de valores entre eles diz respeito a uma descrença e desconfiança com relação às instâncias que seriam encarregadas de proteção da sociedade. Isso também acontece porque não se crê que agir de acordo com as normas vigentes acarrete em benefícios. Mas um dos relatos também traz a idéia de que as regras da FEBEM são impostas, não são passíveis de negociação, e não têm nenhuma serventia – em oposição ao Sistema, que rege o comportamento de todos os adolescentes, pune de forma eficaz, e é trazido no discurso como tendo possibilidade de mudança.

Tá mó auê, e o vídeo tá passando: 'aê, mano, cê tá louco', e pá, e os maluco continua, passa por cima da sua idéia. Aí, vai fazer o que, né, senhora. Aí, eles vão e respeitam a idéia dos funça: 'aê, menor, depois fala que é criminoso. Menor fala prá fazer, você não faz, funcionário bate na porta e você respeita assim?' Fica chato prá ele, né, senhora. Tá querendo respeitar idéia de funça, mas não tá querendo respeitar idéia de menor, que convive com ele, e tal, qualquer coisa que acontecer, corre com ele? Agora, funcionário não, funcionário vai querer bater, querer fazer intervenção. (...) Valesse mais [regra dos adolescentes]. Isso mesmo, senhora. Porque se ele fosse respeitar nossa idéia, ele não ia esperar funcionário requisitar ele. Também, no ponto de vista do funcionários, os funcionários tá requisitando ele, vamos supor, a casa tá mó bagunçeira, eles sabem que não tem sistema. Aí, aqui é em 4 em 4 meses que tem intervenção.

Nesse último depoimento, podemos ver que o adolescente aponta não só a desconsideração pura e simples da autoridade dos funcionários, mas a supervalorização das regras do Sistema e a necessidade de prevenir, via controle deles mesmos, uma intervenção mais direta da FEBEM - semelhante a um grupo de autodefesa:

Eu tô 11 meses aqui e já passei por 3. Quando eu cheguei aqui, foi em agosto, só que não foi intervenção. Teve só o tira pó, só. Destaca aqueles que der pé. (...) Um tira pó, senhora. Tira pó, tira pó. (risos) Tira o pó. Eles pega quem dá pé, quem xinga os funcionário. Eles vai agüentando, só zoando, aí chega na hora do tira pó, os funcionário vai e bate. Daí, se eles tivesse respeitado nossa idéia, não ia esperar funcionário requisitar. Entendeu, senhora?

Esse adolescente explicita o tipo de relação que caracteriza o funcionamento da FEBEM. Temos aqui dois grupos em oposição: adolescentes e funcionários, em tensão, jogo de forças constante - uma rivalidade quanto ao domínio, enquanto o outro faz papel de resistência.

A visita dele vinha, os funcionários não sabia onde é que tava o moleque. Não sabia onde ele tava, porque lá a casa tava na mão dos menor. Lá não podia entrar dentro do pátio.(...) Tipo, eles sabia o que nós tava fazendo. Mas não tinha condição de fazer nada, senhora. (...) Os funcionários? É pior eles fazer, senhora. Uma vez eles foi tentar fazer alguma coisa, lá, quando viu os moleque apanhando. Mas daí, os moleque levantou, senhora.

Os adolescentes xingam os funcionários, desmoralizando-os – o que podemos caracterizar aqui como humilhação, ato de violência contra o outro com a finalidade de rebaixá-lo. Quando a liberdade excede o limite, a única possibilidade é aniquilar, diminuir

resistências e transformá-las em passividade – substituir as relações de poder por relações de violência, retirando toda e qualquer liberdade. Isso produz, entre os adolescentes, não só reações igualmente violentas, mas a criação de um grupo que sanciona antes, um controle disciplinar entre eles, que evita o castigo para todos:

Fui para a UG, nisso daí, tava totalmente dominado, na mão de funcionário. Totalmente.(...) Todo mundo de tranca, toda brincadeira no quarto é todo mundo arrastado e todo mundo apanha.

É a produção da delinqüência como ilegalidade fechada, sendo possível, assim, controlá-la, efetuando uma vigilância constante. Um agrupamento que serve para coagir, pela força, pela intimidação, mas também para proteger e esconder individualidades.

Vamos supor, a senhora é um coordenador, tá ciente, senhora. Aí, os maluco deu mó pé e ninguém quer ele no pátio, causa disso aí que aconteceu. Eu chego nos funcionário e ‘seguinte, sabe, senhor, aconteceu isso daí e ninguém quer esse maluco no pátio, não’. Aí, na vista, os coordenador vai pensar que eu que tô xerifando a cadeia, que eu tô dando a testa e tal, tô xerifando, tá ciente? A senhora sabe o que é xerifar, né? Eu vou de bonde também, tô querendo xerifar a cadeia. Aí, eu vou de bonde. Agora, se chegar todo mundo, ‘aí, quem concorda, quem não concorda’, vamo lá então pro coordenador, chega lá todo mundo e os funça vai ver que todo mundo tá concordando.

Da mesma forma que pertencer a um grupo retira a responsabilidade individual, há algumas decisões que a pessoa não pode tomar individualmente, ou sofre as conseqüências. Mandar excessivamente – sinal de domínio e grande poder de influência - é mal visto tanto entre adolescentes quanto entre funcionários e faz com que o adolescente seja excluído, por transferência de unidade ou indo para o Seguro. Assim como em gangues, a lealdade é prezada, os laços são fortalecidos para proteção diante de alguma ameaça. Essa tensão entre grupo e individualidade aparece nas questões morais que envolvem delação:

Às vezes você vê, assim, né, caramba, será que eu devo falar? Porque também, se você tiver que falar, você tem que chegar no cara, né. Ou então guardar prá você, né, se você não quer problema nem nada, esquecer, né? (...) Se é uma coisa que só você vê. Que nem eu, assim, no meu caso, aconteceu assim de eu ver, mas eu nem falei nada porque eu não sou muito de arrumar confusão. (...) Mas também, se tiver você e mais alguns caras, outros caras presenciarem e os caras quiserem levar prá frente, aí você vai ter que correr pelo certo. Vai ter que falar ‘não, aconteceu’. Até porque você viu, né? Mas aí vai de você, né. Você tem que contribuir de qualquer jeito falando o que aconteceu.

Ao ver um adolescente cometendo alguma falha, cabe a quem viu a decisão de contar aos outros, ou seja, de chamar o debate – visto como “querer problema, arrumar confusão”. Essa atitude é influenciada pelo grupo: se mais alguém vir e denunciar, todos os que viram também são obrigados a se manifestar, agindo de acordo com a maioria – uma delação mútua organizada. Esse ato é identificado como “correr pelo certo” e “contribuir” passa a não ser mais uma escolha, mas uma imposição. A quem a questão diz respeito também não cabe livre arbítrio:

Mas eu mesmo procuro não participar porque daí, até porque eu não gosto de apanhar de ninguém. (...) Dá prá você, se você quer ou não quer. Agora, se é um problema que diz respeito a você, sabe...

Há, portanto, também, uma atitude valorizada, de defesa da honra ou de seus pertences. Uma qualidade aqui considerada é a coragem, é enfrentar, sem medo, se algum erro foi cometido. Mas essa virtude também traz consigo uma certa prudência, medir as conseqüências antes de agir.

Eu não sou contra nem a favor. Se eu for a favor, tenho que pegar ele também, se eu for contra eu vou ter que sair na decisão junto com os caras. Quando eu vejo que a briga não tá pra mim, eu vejo que tem um moleque e um monte em cima, eu fico sentado, só olhando. Aí os caras vêm falar comigo: eu sou neutro, não tava nem contra nem a favor.

Analisar o relato acima pode nos introduzir um questionamento: trata-se de uma moralidade heterônoma, pautada no medo ou na prudência – virtude que leva em conta o futuro, separando a ação do impulso? Em outro trecho, veremos que há a idéia de que, se um adolescente faz alguma coisa, dá direito ao outro de lhe fazer o mesmo.

Desde que eu fui preso eu nunca cobreí ninguém, causo que não é minha função ficar cobrando ninguém aqui. Vou cobrar aí já é vacilão, né? Se os maluco cobrar você, aí vai ser cobrado. Eu já penso por outro lado, já penso no dia de amanhã também.

Porque também, se você tiver que falar, você tem que chegar no cara, né. Ou então guardar prá você, né, se você não quer problema nem nada, esquecer, né? (...) Mas eu mesmo procuro não participar porque daí, até porque eu não gosto de apanhar de ninguém.

A idéia de que o outro pode revidar, cobrar sua atitude ou fazer o mesmo com você traz uma rigidez característica de códigos impostos, com execução sumária e onde imperam relações heterônomas. Além disso, o outro vai sendo mencionado como alguém em quem, a priori, não se confia, e que pode trair a qualquer momento.

Tipo assim, a senhora chegou ontem na casa, na FEBEM, a senhora é igual todo mundo, senhora. Aí, a senhora vai, a senhora tipo vai passando, vai passando, vai passando o tempo, a senhora vai se crescendo, se crescendo. Vamos supor, a senhora é mais forte que todo mundo e tal, tá ciente? Aí vai se apossando da humildade dos irmão e tal, você vai crescendo. Aí, daqui uns dias você vai ver, você já tá xerifando. Os cara tá tipo se intimidando com a senhora.

O outro é, portanto, alguém que serve como meio, alguém de quem se faz uso para subir de posição. Não há princípios universalizáveis, mas uma moral egocêntrica. Ameaçar, intimidar e vigiar faz parte do repertório de atitudes:

Ah, tipo assim, é como tem aquele ditado: 'O crime é podre, mas não admite falhas', né? Nós vamos seguindo por aí. Que nem às vezes, a pessoa, tipo, uma dessas regras, se for uma coisa, assim banal, assim, se o cara souber conversar, dá até prá se resolver numa conversa, sabe. Mas só que vai ficar ali, né, tipo, um tempo depois, um ano depois, se ele fizer alguma coisa também, os caras vão lembrar do que ele fez, já vão que ele fez... Ele vai ficar com o rabo preso na mão dos caras.(...) É, deixou ele, só prá ele... Porque acha que ele não merece sofrer nem nada. Nesse caso, deixa ele ir, mas tem que tomar mais cuidado porque qualquer coisa mínima que ele fizer de errado, aí os caras já vão em cima.

Os adolescentes, em seus discursos, mostram submissão à decisão de um outro que lhes parece indeterminado, o que poderia indicar desresponsabilização:

Daí, teve falha de funcionário, deixou abrir e entrarem dentro do quarto, outro adolescente, dois. Não teve como, surgiu briga entre os dois, só que quem acabou saindo na melhor fui eu. Acabei não apanhando e acabei batendo nele.(...) Acabei batendo nele, tudo. Entre vários, saí na melhor. Tem outros não. Tem um que veio me agredir e eu fui me proteger, acabei quebrando o nariz dele. Só que eu acabei assinando um B.O. de agressão. Me complicaram.

Falar aqui em sujeito indeterminado retira, do adolescente, a autonomia pela sua escolha, a responsabilidade por decidir pela agressão. Isso é recorrente nos discursos:

E eu, no estado que eu tava, qualquer oportunidade de ir embora seria melhor. Daí foi quando eu tive oportunidade de fuga. Foi lá. Tava em reforma e tudo, deixaram as porta aberta, pediram pra mim ir embora.

A oportunidade de fugir parece ter surgido de forma a não deixar ao adolescente a possibilidade de escolha – a contenção, o limite, é vista como ficando a cargo somente dos funcionários; transgredir é uma lei que se repete sem reflexão. E o adolescente se considera desresponsabilizado também no que se refere às conseqüências.

Ah, se você for lá e chegar: ‘esse aí vai pro Seguro’, eles vão falar: ‘esse aí não vai dar, não’.(...) E o B.O. cai nos funça.

Agressões e morte, quando ocorrem, são de responsabilidade dos agentes de proteção, responsáveis pelo cuidado no pátio. Os adolescentes, então, fazem uso desse artifício para conseguir impedir entrada daqueles que não são considerados dignos – ou seja, do Seguro:

Nisso daí, o moleque acabou morrendo, tal. Era acusado, no B.O. de estuprador. Até isso daí, no nosso quarto, só tava nós que era do Seguro. Até esse ponto, achei muito estranho, que os moleque tava pedindo tudo transferência, com medo de pegar, sair pro pátio e os cara matar, mesmo estando na mão de funcionário.(...) Certo. Pegaram e falaram: ‘nós vai matar o moleque’ e eu não concordei, nem um pouco, porque eu não tinha me entregado com a finalidade de matar um. (...) Não concordei, falaram que iam fazer do mesmo jeito.

As ameaças se confirmam: o outro, além de ordenar e vigiar minhas ações, é alguém que eu submeto, agrido, uso da violência e tenho poder sobre a vida:

Aquele dia lá, foi mais de trinta pro PS. Os moleque quebrado! Nossa, se não fosse os funça, eu e o K. tinha matado um, senhora.

Porque aí os cara iam chegar onde nós tava. Aí, os cara ia matar nós.

Um adolescente sozinho, nesse caso, tem pouca ação sobre seu grupo. É uma relação de coerção, pautada na violência que se instala, uma situação ante a qual o adolescente tem muito pouca escolha ou possibilidade de mudança. Não diz respeito a agressão, mas a colocar em risco a própria vida. Não há submissão, mas morte. Trata-se da violência atingindo pontos extremos. Se não há homogeneidade quanto às regras, quanto aos valores, há no discurso sobre as leis a que eles devem se submeter para entrarem no Mundo do

Crime. Ao serem perguntados sobre o que pensam das regras do Sistema, a grande maioria concorda. Porém, na justificativa, eles colocam que a obediência à regra não se dá somente se concordam. Sendo assim, confirmamos: eles se sentem coagidos a concordar.

Isso não tem lógica, você almoça falando. Eu também, não tem jeito. É uma idéia nova, de algumas FEBEM. E vai fazer o quê? Você ta nela, tem que cumprir.

E se eu não concordei, tive que fazer mesmo assim.

Ah... Tipo, muitas eu não concordo não. Tem algumas regras que eu não concordo mesmo, não, mas eu tenho que respeitar, né? Tem que cumprir, sabe.

A falha, o erro, devem ser considerados e lembrados sempre, para que o adolescente seja capaz de prestar atenção para prevenir/evitá-lo. O controle minucioso do comportamento, que se dá a partir das regras, não garante atitudes corretas, caso o adolescente não esteja atento a suas condutas:

Porque se outro menor visse você, vamos supor, a senhora é visita de um adolescente, vamos supor, e eu conheço a senhora do Mundão e seu filho não conhece eu. Aí eu falo 'oi, tudo bem' e tal, tipo de longe, né senhora, seu filho vai pensar que eu tô, tipo, avistando a senhora, vai pensar que eu tô furando a lupa da visita de outro menor e pode me passar de errado. Aí, já surge o debate, aí vê que tá errado e quem não tá. Daí é melhor muitas vezes evitar, pôr o pote debaixo da mesa. (...) Tem que prestar bastante atenção em tudo o que você faz.

E, quando um comportamento não é rigidamente controlado, ele possibilita uma situação totalmente imprevisível, em que a violência é sem continência alguma, podendo levar a agressões graves.

Só galinagem verbal. Mas de mão, com ninguém. Porque, vamos supor, amanhã de manhã eu acordo estressado com minha família, sem querer envolver, mas vou falar assim. Aí, você vem querer brincar comigo de tirar soquinho e eu vou querer ver você na pancada. Vai atrasar os dois. Eu vou atrasar mais porque eu peguei você, vou tirar sangue de você, vou pegar três meses, que vai pro DP assinar B.O. e você vai ficar todo destruído no P.S.? Por isso que eu não curto tirar galinagem com ninguém. E agora eu já vou sair, mais uns dois meses e meio eu tô indo.

No entanto, uma das entrevistas traz uma possibilidade de intervenção. Vemos que, se o adolescente, no momento de sua ação em grupo, é questionado, chamado para sua singularidade, ele reflete, agindo de acordo com sua vontade:

Eu tava numa rebelião, aí eles quiseram pegar os funça de refém. Aí, o moleque falou assim prá mim: ‘O C., fica com esse funça de refém aqui’. Aí eu falei assim: ‘Firmeza’. Aí, tava eu e o funça, assim. Aí o funça tava de olho no pátio e eu tava com uma faca na mão. Daí, era o Seu N. virou e falou assim: ‘Nossa, C., você vai fazer isso? Logo comigo, C.’ Aí, eu falei assim: ‘Nossa, seu N., não tem como soltar o senhor agora’. (...) Ele falou assim: ‘Claro que tem, ó a porta, C. Eu tenho a chave da porta, tá lá dentro da coordenadoria’. Aí, eu peguei e falei assim: ‘O senhor sabe onde tá a chave?’ ‘Ah, tá embaixo do tapete, tal, eu que escondi’. Aí eu fui lá, a chave tava embaixo do tapete. Aí eu vi que os cara tava na outra ala, aí eu peguei e abri a porta. Falei assim: ‘Vai seu N., vaza’. Aí ele pegou: ‘foge comigo, foge comigo ou os cara vai matar você’. Daí ele foi e trancou a porta. Aí eu fui com os cara: ‘vamo subir aí no Seguro’. Daí eu nunca mais entrei dentro da unidade. Ficava só lá fora, no Seguro. Daí quando saía pro confronto, senhora, na hora lá da rebelião, nós que entrava, senhora. Nós que entrava.

O interessante desse trecho é perceber que, no momento em que o funcionário deixa de ser um qualquer e chama o adolescente para a relação que eles têm estabelecida, este deixa de cumprir a ordem do grupo, que passa a não fazer mais sentido para ele. Desse modo, podemos pensar que a constituição do convívio se dá numa heterogeneidade camuflada pelas regras, que visam uniformizar os comportamentos. Nem porque o adolescente está no convívio, se considera pertencente a esse grupo:

Vamos supor, os caras que se diz ladrão, que se diz bandido. (...) Gostam de ter regra e de ser tudo certinho. Isso é eles, é o jeito deles, tudo. Eu não me sinto delinqüente. Eu não sou delinqüente. Eu não me ponho ao mesmo modo que eles. Porque se eu fosse, eu ia espancar menor, eu ia bater em menor, eu ia fazer muitas coisas. Nunca fez parte de mim. Não concordo. Tem uma força que eles sentem, e eu não sinto.

A identificação estabelecida entre interno e delinqüente fica clara nessa fala – é o jovem ocupando a posição de alguém que maltrata os outros, sendo algo que faz parte da constituição pessoal. Como ele diz, uma força que eles sentem, algo que os move e que este entrevistado não sente. A oposição com relação à categoria “delinqüente” nos remete a dois grupos que se diferenciam já quando falamos de FEBEM: internos e pessoas de fora. Será que os adolescentes fazem essa distinção?

Ah, o Seguro é um maluco que paga pra vacilar lá no pátio. Tipo assim, eles chega no pátio, assim e aí nós passa a assistência da casa pra eles. Tipo, se eles vai e dá um pé a primeira vez, se ele erra, passa até batido, né, os moleque não põem no Seguro nem nada. Aí se ele der um pé e os cara passa a fita dele, deixa o bagulho enterrado. Enterrado é já era, não pode nem mexer no assunto. Porque quem mexe no que tá enterrado é coveiro. Mas se ele persistir de novo no erro, a segunda vez, fizer outro pé, aí ele vai pro Seguro.

O adolescente acima começa a responder a entrevista usando muitas gírias na sua fala, o que pode indicar a institucionalização dele, mas, ao mesmo tempo, sua pertença a um grupo diferente. É o uso de um código – de regras e linguagem – fechado e de difícil compreensão em um primeiro momento, que explicita nossas diferenças. Não há, durante um tempo, a preocupação em se fazer entender, o que exclui o outro da conversa.

É a linguagem que nós tem, que é diferente do Mundão. Porque no Mundão nós fala peito, boca, cabeça. E aqui, FEBEM, rola uma maldade, né, senhora. (...) Vamos supor, a senhora fala olho, só que aí nós vamo dar risada, né, senhora. Porque nosso ponto de vista, aqui é vista mesmo. A vista e tal, nariz, boca, e aí, cabeça já é pote, porque cabeça já tem outros negócio e tal. Aí nós fala pote.

Em UN, era dividido os menor, dividido um contra o outro. E daí, nós sabia que tinha fato deles, que normalmente é como a gente fala.

A diferença é marcada, inicialmente, pela linguagem. Eles falam muitas gírias e esclarecê-las, em um primeiro momento, estabelece uma comunicação possível entre nós, mas ao mesmo tempo, marca a diferença entre os mundos – a internação e a liberdade:

Na jega do menor, assim, não pode sentar de coruja...(...) É a cueca, senhora.

Chegou no barraco, os cara colocou cinco sabonete, sabe, sabonete, assim... Colocou cinco dentro de uma toalha, amarrou, Chico doce... Chico doce é pancada. Amarrou ele na ventana, assim, janela, e tal, amarrou nos ferro, assim, e pancada, pancada.

Tudo o que um desandão põe na mão, você não pode pôr na boca e tudo o que ele põe na boca, você não pode pôr na mão.(...) Porque eu não posso te explicar, senão os caras vai considerar essas palavras que eu falei pra senhora. (Ri) (...) Não... O moleque pega e, vamos supor, faz um sexo oral, pra falar uma palavra mais científica, assim, pra senhora não ficar encabulada. Faz um sexo oral com um moleque, com aqueles moleques.

Além disso, a linguagem demarca a diferença entre os grupos – internos e pesquisadora - e mostra o sentido da existência de algumas das gírias – não falar nenhuma das palavras proibidas, porque elas envergonham, de certa forma. Mas existem outros momentos em que essa diferença aparece:

Aqui também você aprende bastante, né. Por mais, assim, que tipo, tem algumas coisas, assim, sabe, que pro Mundo do Crime é certo, sabe, mas pro outro mundo, honesto, não é, sabe. (...) Ah, tipo, por exemplo, assim: o cara te deve cinco reais e você ir matar o cara. (...) É, tipo, sabe, no crime é normal, sabe. Se o cara tá devendo, tem que matar. Se o cara deu um prazo e não pagou, tem que matar, né. Agora, tipo, né, por exemplo, que nem, eu trabalho. Se a senhora me pede cinco reais, eu empresto cinco reais, é porque já não tem aquela maldade, sabe, não tem. Às vezes a senhora tá dura e não paga, aí, você nem esquenta, ‘ah, deixa prá lá’. Agora, já no crime, não. No crime, você tem que tomar essas atitudes prá você ter o respeito, né. Porque se vem um, deve prá você, e você não faz nada, amanhã pode vir um cara, começa a passar em cima e não paga: ‘é, você não cobrou de fulano, por que quer vir cobrar de mim? Quando eu tiver dinheiro eu pago’. Aí, fica na vontade do outro. Por isso, você tem que ser rígido, prá...

Esse adolescente volta a falar das regras para demarcar a diferença entre mundo do crime e mundo honesto, onde há atitudes diferentes frente às situações.

Tem vez também que os maluco canta pé e tal, você nem fez nada e ‘que? Pode colar’. Tipo, a senhora não fez nada, a senhora tá fazendo sua caminhada de boa, né, um maluco que não vai com a cara da senhora e tal quer que quer passar a senhora pelo errado, sendo que a senhora não deu aquele pé que ele quer. Vamos supor, ele fala que a senhora olhou prá visita dele, só que a senhora não olhou. Aí, nessas, ele vai querer passar a senhora pelo errado e se a senhora provar que a senhora não olhou, quem vai pelo errado é ele, que tá querendo isqueirar a senhora. (...) Isqueirar é tipo assim, senhora, ó... Eu tô na maldade da senhora...

É a educação do jovem a partir da medida privativa de liberdade, para que deseje aprender, com os outros internos, a forma mais habilidosa de lidar com a internação e escapar dos rigores da lei. Assim, produz-se uma vigilância constante, contínua e eficaz, porque esta precipita a organização de uma delinquência fechada em si mesma, que é mais fácil de controlar.

Nesse caso, impossível desconsiderar o contexto e trabalhar somente com uma moral que seria individual. É um funcionamento que repete e legitima um respeito incondicional a leis exteriores e impostas via métodos que assujeitam os corpos através de

uma microfísica de poder que controla cada gesto, cada comportamento. Trata-se da introdução do adolescente em um estado de visibilidade permanente, que o faz retomar, por sua própria conta, o controle de seus atos – uma forma generalizada do panoptismo.

3.5. A função institucional do Seguro

Até agora falamos nos adolescentes do Seguro como vítimas de um funcionamento. Dado o fato do adolescente do Seguro ficar excluído e correr risco de ser agredido ou ameaçado de morte, há alguns atributos, mencionados por eles, que um Seguro deve ter pra sobreviver.

Mas em termos de Seguro, é uma condição que tem que ter forças, viu. É totalmente complicado isso daí de Seguro. Não é uma questão de ser totalmente estourado, ignorante. Eu sou totalmente humilde, brinco e tudo, mas ao ponto que eu vejo que não tá bom pro meu lado, eu não espero o cara vir, eu vou. Eu não dou o privilégio dele pegar e me dar a primeira. Eu pego, mesmo se eu for apanhar. Tem o ponto que eu prevaleci, que é o meu porte.

Nesse trecho, podemos assinalar alguns aspectos: em primeiro lugar, não podemos deixar de considerar que o adolescente entrevistado estava no Seguro, o que faz com que leiamos o discurso dele de outra forma – a partir do momento que ele ocupa esse lugar, ele vai descrevê-lo com algum valor. Porém, faz observações importantes: diz da dificuldade de estar no Seguro e da necessidade de estar atento a qualquer movimento dos outros adolescentes – em constante ameaça.

Sendo assim, podemos considerar como desejável que esse adolescente seja humilde, atento e enfrente as situações – qualidades vistas, anteriormente, como desejáveis em qualquer adolescente. O adolescente que nos fala é do Seguro, um estigmatizado que revaloriza, para nós, sua condição. É muito mais difícil ser como ele, “totalmente humilde”, agressivo e que se impõe.

A partir de agora, seguem depoimentos em que percebemos que estar no Seguro pode ser uma escolha, pode ter vantagens e que ir para o Seguro pode não estar diretamente relacionado à moralidade em todas as situações.

Só uns cara tinha as coisas na casa, só uns podia fazer, os outros não podia. E qualquer coisinha besta, ia os moleque lá pra frente, estupravam também. (...) Se é estuprado vai pro Seguro! Vai ficar lá no pátio sofrendo? (...) Você vai conseguir permanecer? Melhor sair. Se aconteceu uma vez, pode acontecer duas, três, quatro. Isso daí é sempre os moleque que não tem uma mentalidade, totalmente inocente, que se passa.

O adolescente que entrevistamos acima fala na proteção que o Seguro representa: por estar em local diferente dos outros, o adolescente deixa de sofrer algumas humilhações.

Chegava a galera que mandava lá em Franco, aí chegava o C. na galeria. Vinha ele sozinho e o segurança. Daí, pegava um cara e falava: ‘aí, qual foi sua fita?’, e falava assim: ‘pode subir’. E o cara subia. (...) Só que ele ia lá, tirava e os cara não ia não. Ele chegava: ‘ó, você pode voltar, pode subir’. E os cara: ‘não, tô sossegado aqui’ (...) Porque lá dentro, lá, a gente não tem sossego. Sempre tem perigo da Choque invadir. (...) Eu prefiro o Seguro, não vou lá prá dentro, não. (...) Depois só que eu descobri... Ó, e no Seguro nós tinha televisão, tinha tudo, senhora. Os funcionário trazia pizza, trazia coca-cola prá nós. Os funcionário arranja de tudo prá nós, senhora. (...) Porque nós ajudava eles, senhora. Nós já tirou funcionário lá de dentro, já. Os funcionário até ajudavam nós.

O adolescente fala não só na vantagem de não ser agredido ou sofrer humilhações, mas na conquista de privilégios. É por conta da exclusão física que, na hora em que a Tropa de Choque é chamada a fazer uma intervenção, os adolescentes do Seguro não sofrem as agressões. Além disso, o entrevistado fala em privilégios concedidos pelos funcionários por conta de parcerias estabelecidas entre eles.

A separação entre os dois grupos é reiterada por todos os adolescentes. O que acontece é que, seja por vingança ou por proteção, o Seguro se une aos funcionários, formando um novo grupo em que nós = Seguro e funcionários e eles = adolescentes do convívio.

O V., porque o V. matou o G. Sempre tem seqüência. Aí que o V. virou Seguro. Daí ele se revoltou em condições de ir contra os caras do pátio, do convívio. Virou um funcionário. Aí, em tentativa de fuga, ele impediu. Ele já entrou com funcionário, arrebatando os menor, tudo, tal. E o motivo dessas coisas que ele fez que ele é considerado chefe dos pilantras.

Nós que entrava. É que nem a choque, senhora. O Seguro que entrava.(...) Prá pôr os moleque na cela de novo. Por causa dos menor, senhora. A gente entrava, quebrava eles e voltava eles pro X.(...) É, senhora, só que daí os vigilantes dava umas barras de ferro prá nós fazer isso, prá colocar eles dentro da cela. Um colega meu cegou os, os dois olhos do

*moleque e arrancou um dedo, senhora, nas barrada de ferro, senhora.(...)
Ai, sempre quando os funça ia abrir a porta, lá, do X, aí os menor, nós
ficava tudo lá na porta do X, prá poder abrir as portas.*

A oposição Seguro x convívio, muito trabalhada anteriormente, nos mostra esse funcionamento instituído e legitimado por todos os atores institucionais, em que a tensão é estabelecida a partir da moralidade.

*Não, nós não ficava solto, nós ficava só no... Nós tinha tipo um pátio
pequeninho assim, ó. Nós ficava tudo ali. Passava por todo lado,
senhora. Nós fazia o que nós queria também. Aí, nós subia e telefonava a
hora que nós queria. Lá tava tudo dominado, senhora, pelos meninos.
Mas nós fazia o que nós queria também. Nós ficava mais conversando na
sala das assistente e tal. Eu fazia umas três ligação por dia, senhora. Uma
parte era legal, outra parte não era, né. Quando a gente chegava, assim,
pra fazer a geral, lá, o cigarro dos cara era tudo nosso.*

Por fim, como a FEBEM acredita que o adolescente do Seguro corre risco a todo instante e dado o fato desta ser responsável por sua segurança, a transferência é facilitada para esses adolescentes:

*Essa intervenção aí? Passei batido nela. Os moleque tudo de formação e
eu lá, vendo tudo do meu quarto.(...) Graças a Deus eu sempre tive
privilégios com os funcionários.(...) Tem, certas vantagens você tem.(...)
Uma: você não corre risco de nada. Você ajudou funcionário, é um ponto
que você ganha. Então, se você precisar de funcionário, funcionário pode
te ajudar. Você tem privilégio de alguma coisa te chegar. Transferência é
mais rápido, tem bastante.*

O fato de que estar no Seguro, muitas vezes, não tem relação direta com a transgressão às regras do Sistema, mas é um mecanismo aprendido por alguns adolescentes na institucionalização. Ao perguntarmos se todos os adolescentes do Seguro ficam juntos:

*Não, tem Seguro de outras alas que não fica, não. (...) Porque nós
pensava que era leva e traz. (...) Com os caras, ele tava com os caras.(...)
É. Nós não aceitava falsidade, nós não aceitava. Os outros, nós não
aceitava não. (...) Nós aceita os doideira, só.*

É um funcionamento pautado na exclusão que se reproduz. Pensando no apontamento feito anteriormente sobre a questão da moral, gostaríamos de contrapor alguns trechos de entrevistas em que pudemos ver mencionados dois chefes: um líder de casa e um

líder dos pilantras. Propomos agora uma análise detalhada dos relatos sobre ambos no que se refere a comportamentos e características.

3.5.1. C. – o líder do convívio

Líder em uma das unidades, tinha uma fama que se espalhava para além dos limites da FEBEM. O valor dele estava ligado ao perigo que ele representava, ao medo que as pessoas tinham dele.

O C., senhora?(...) Que ele já matou... A senhora já ouviu falar do C.? (...) Ele matou delegado, matou polícia, acho que ele já matou um montão de gente, senhora. (...) Por isso ele é considerado. (...) Ah, os outros considera ele, senhora. Falam 'ah, o cara é perigoso, senhora, e tal, tudo'.(...) É. Os cara acha isso dele, né.

C. é um adolescente que, na época de sua internação, comandou diversas rebeliões. Muito focado pela mídia, era conhecido por todos como alguém violento, corajoso – pensando nessa virtude definida como fraca sensibilidade ao medo. A fama é valorizada não só entre os adolescentes, sendo um valor da sociedade como um todo. Mas, nesse caso, vem acompanhada de condutas violentas, como matar pessoas em grande número. Preocupa-nos pensar que a capacidade de intimidação e a frieza ao tirar a vida dos outros seja um valor.

Chegava na quadra assim, senhora, com nós jogando bola, lá, ele falava: 'eu quero 50 maços de cigarro nesta quadra'. Aí, já vai tudo correndo prá pegar os cigarros.(...) Se não faz, nossa, nossa, sei lá o que ele faz. Acho que ele mata.

Tinha autoridade suficiente para submeter todos à sua vontade, comandava um complexo inteiro, usava o outro como meio para sua satisfação imediata, sem a possibilidade de frustração – pois esta seria punida com morte. Ele não corria riscos e só saía em total segurança.

E o C. é, nós nunca conseguia pegar, senhora.(...) A ala dele nunca tinha tumulto, nunca tinha tumulto. Ele mandava as outras alas fazer tumulto. Ele só saía do X se conseguia dominar geral.(...) Dominar a cadeia inteira.

Uma dominação em sua forma mais múltipla, pois mostra o poder circulando entre os adolescentes e retira, dos funcionários, a necessidade de conter, já que o controle dos corpos se dá pelos próprios internos. Instala o poder disciplinar, as sujeições aqui ocorrem no interior deste grupo. C. colocava-se em posição de domínio, como um soberano, admirado pelas posses e privilégios.

Os cara gosta do C. Quando ele foi prá cadeia, os cara fez rebelião só prá ele voltar. (...) Não sei, senhora. Porque o barraco do C. tinha televisão, tinha vídeo cassete, tinha ventilador, tinha microondas... Tinha até Playstation, senhora. E era tudo dos funça, esse bagulho. (...) Vira e mexe, lá tinha novidade.(...) Ele dormia sozinho. Ficava aqui a jega, e ficava um segurança aqui, outro aqui (aponta, mostrando um em cada canto). (...) Ficava ele e os dois.

De alguma forma, ele exercia atração sobre outros adolescentes – seja por estabelecer uma ordem, seja por ser figura de domínio em oposição ao sistema vigente (equipe de funcionários). Isso ficou evidente quando, no momento de sua transferência para outro completo, houve a reivindicação, via rebelião, de sua volta. A justificativa pela admiração está nas posses e privilégios que o diferenciavam dos outros adolescentes. É valor, aqui relatado, a posse de bens materiais de luxo, que não existem nas unidades. Mas, sobretudo, o fato dele submeter, também, funcionários que, intimidados, lhe traziam o que era exigido:

Porque ele lá, dentro da cadeia lá, onde nós tava lá, ele usava óculos Rayban, cabelo de gel, assim, uns tênis, corrente de ouro, com dois segurança do lado.(...) É os menor, senhora. Tinha vez que era quatro, senhora. Era dois segurança com duas faca do lado. Até prá dormir, senhora. Para dormir, ficavam os dois segurança. (...) Andava com segurança, andava com ele prá cima e prá baixo.

Armas (facas artesanais), óculos escuros, tênis, objetos que transgridem o que é permitido em uma Unidade de Internação. É a ilegalidade presente entre os internos e funcionários, vista como esperteza. Para garantir a segurança, dois adolescentes se punham a protegê-lo. Se, por um lado, nos parece o poder de um soberano, por outro, há um mecanismo disciplinar que se instala a partir da vigilância hierarquizada, de um controle passado para os próprios internos, em que alguns são nomeados para submeter e vigiar outros.

Cada barraco tem um piloto, senhora. (...) Piloto é quem manda no barraco. (...) É o C. que manda, senhora. (...) É. Na UG. Ele fala: ‘você vai ficar piloto desse barraco, você vai ficar piloto desse barraco’. Aí, esses caras é o piloto, não pode falar nada.

Há também, aqui, a repetição de uma relação autoritária, garantida por agressões físicas. C. era chamado em momentos de decisão sobre a condição de outros, era responsável pela ordem na unidade, desafiando o poder com relação a funcionários.

É, senhora. Um moleque lá (...). O S., ele jogou lá com um moleque valendo dois cigarros. (...) Jogou bola. (...) E perdeu. Dois maços de cigarro, que era prá pagar Domingo. Daí, o capitão, o cara falou: ‘quero cigarro, até tal hora você traz cigarro prá mim’. Aí, foi, chegou à tarde ele não conseguiu arrumar cigarro. Aí, já rolou prá vinte maços de cigarro. (...) É, de dois foi prá vinte. Aí, chegou na outra visita, ele não tinha. Aí foi prá quarenta. Daí o S. falou: ‘eu não vou mais pagar esse cigarro, não’. Daí, chamaram o C., chamaram o outro menino e falaram: ‘é, eles falaram que você não vai pagar’. Aí ele falou: ‘ô, cada um tem seu cigarro’. Aí, eles pegou a faca e furou tudo, assim. Aí, ele ficava dentro do barraco seqüestrado, senhora. A visita dele vinha, os funcionários não sabia onde é que tava o moleque. Não sabia onde ele tava, porque lá a casa tava na mão dos menor. Lá não podia entrar dentro do pátio.(...) Tipo, eles sabia o que nós tava fazendo. Mas não tinha condição de fazer nada, senhora. (...) Os funcionários? É pior eles fazer, senhora. Uma vez eles foi tentar fazer alguma coisa, lá, quando viu os moleque apanhando. Mas daí, os moleque levantou, senhora.

Tinha poder sobre a condição dos outros, aparecia somente em situações extremas – dívida não paga ou não cumprimento de qualquer outra regra – e punia de forma a excluir o “infrator”. O relato acima é especialmente interessante como denúncia pois, ao contar que “a casa tava na mão dos menor”, o adolescente diz que uma completa impotência dos funcionários, que acabam por correr risco – é melhor, para eles, ficarem quietos. Também cabia a C. a retirada de um adolescente do Seguro:

É, e quando sai do Seguro é subir. (...) Depende. Chegava a galera que mandava lá em UG, aí chegava o C. na galeria. Vinha ele sozinho e o segurança. Daí, pegava um cara e falava: ‘aí, qual foi sua fita?’, e falava assim: ‘pode subir’. E o cara subia.

Com relação aos funcionários, só revidavam caso fossem contidos – a rebelião ocorre como resposta ou meio de reivindicação. Mas não era permitido maltratá-los:

Mas os moleque resolvesse levantar. (...) A senhora ia ficar lá de refém, só. Não ia acontecer nada com a senhora. O Cj. e o C. não iam deixar. Porque quando catavam os funcionários, eles que não deixavam fazer nada. (...) Não. Agora, só se for aqueles funcionários de pátio que gostam de bater em menor. Aí, esses daí, já era. Gente do bem assim, eles não faz nada não, senhora. (...) Já aconteceu, já, no US, em algum lugar. Mas lá, o C. não deixava acontecer, não. (...) Lá, o C. já chegava: 'não é prá zoar ninguém, nenhum funcionário'. Então, a senhora ia ficar lá, conversando com o menor, só. Se tiver jogo, dominó, assim, a senhora vai ficar lá jogando com ele. (...) Só prá fazer uma pressão, mesmo.

Diferenciam funcionários: se não bater, não é agredido. A violência física, aqui, é mencionada como resposta. Porém, também é importante assinalar que eles não consideram violento o ato de submeter a pessoa – para eles, ficar de refém não é violência, desde que não acarrete agressão física. Por fim, trazemos também um trecho de entrevista que fala da instabilidade de posição dos adolescentes numa unidade:

E o C. hoje tá no Seguro. (...) Por causa disso que ele fazia com os menor. Ele tá na cadeia, e agora lá ele tá no Seguro. Lá na cadeia tem um tio de um moleque que tá no Seguro com ele. (...) Se o C. vem aqui, os cara mata ele. (...) É, só manda lá. No resto, não manda, não. Se ele cair aqui, no UU, na UX, ele morre. Na US, se ele cair ele morre.

Relações de poder trazem, consigo, resistências. O que vemos aqui são relações de violência, envolvendo coerção, coação física e risco de morte, e que obtêm como resposta, em um primeiro momento, passividade, mas depois, violência com mesma intensidade. C. é alguém que maltratava os adolescentes e mandava demais na unidade – por isso, pode também ser considerado pilantra.

A senhora ouviu falar no C., já? Então, neguinho pagava muito e pá, pegava as fotos das pessoas prá fazer umas coisas que não é muito agradável falar prá senhora e tal, e pegava os jumbo dos outros, as carta, a senhora mandava carta prá mim, minha namorada mandava carta, ele pegava minha carta prá ler e pá. É tipo xerifão, pilantra, xerife de pilantra. (...) Não, tá no Seguro, lá no CDP. (...) Ele tava na FEBEM, fugiu várias vezes, agora tá no CDP, cadeia. Lá ele tá no Seguro, tá tipo uma cela só prá ele. (...) Aí ele morre, né, senhora. Os pessoal pega ele, ranca o pote dele, mata, vixe...

Se, como vimos, um dos itens da moralidade desses adolescentes é ser humilde e saber o seu lugar no grupo, temos que C. transgrediu essa norma. Foi para o Seguro, mas não mais na FEBEM, sim na cadeia – onde será castigado de forma tão violenta que se faz

necessário uma cela exclusiva. Podemos inferir, portanto, que há uma organização pautada na moralidade que explicita as relações de poder existentes em uma UI. Passemos agora aos relatos sobre o chefe dos pilantras.

3.5.2. V. – o chefe dos pilantras

Adolescente também mencionado em muitas das entrevistas, V. matou um adolescente que era conceituado na FEBEM, que tinha bons parceiros:

Diz que ele matou o G. (...) Mas o G. era considerado também. (...) Aí, a senhora só não pode cair lá dentro. Isso aí é Seguro prá eles.

No entanto, o assassinato foi por vingança – G. tinha matado a irmã de V.:

O G. matou a irmãzinha do V., pequenininha. O V. tava com a irmã dele, sei lá, passeando aí, aí o G. pegou o revólver, foi matar o V. e pegou na irmã dele. (...) Quem matou errado era ele, porque a irmãzinha não tinha nada a ver. Quem tava errado era ele. (...) É. Essa vida é embaçada, viu, senhora.

Portanto, o certo ou errado é questionável, trata-se de uma moral que não elimina ambigüidades, como já vimos. Uma moral pessoalizada, baseada no conceito que cada um tem no grupo, não universalizável. Mas V. era considerado líder entre aqueles que estavam, com ele, no Seguro:

Porque um dia ele invadiu a cadeia sozinho, senhora. Tava tendo rebelião lá e ele entrou junto com os MIB, os homens de preto.(...) É. Ele entrou junto com aqueles caras lá, sozinho. Nossa, ele quebrou um monte, senhora. (...) Não sei, senhora. No dia da rebelião, eles ficaram em cima do telhado. Aí, os caras: ‘cadê o V., cadê? Nós vai matar ele, nós vai matar ele!’ Aí ele pegou, já tava com duas facas na mão. Aí, tava todo mundo na galeria, assim, mais de 300 menor. Aí ele pegou e desceu e falou assim: ‘o V. tá aqui’. Aí, os caras: ‘Demorou, vamo matá ele, vamo matá esse cara’. Aí ele falou assim: ‘vem, vem um por um, que eu vou pro inferno, só que eu levo vocês também’. Aí, ninguém relou a mão nele, senhora. Ele passou, assim, no meio de todo mundo, assim. Aí, o (...) falou: ‘abre o portão aí prá ele sair’. Aí eles abriram o portão prá ele sair. (...) O tempo inteiro da rebelião. Aí ninguém relou a mão nele, não. Aí, os cara fechou o portão, os cara: ‘cata ele, ô’. Aí, já era, ele já tava lá fora.(...) Ele passou no meio de todo

... mundo, assim, senhora. Nesse tempo, eu não era do Seguro ainda, eu vi ele passando. Aí os cara falou que ele era chefe dos pilantra.

Destemido, corajoso, invade a unidade sozinho, não tem medo, enfrenta as ameaças – ocupa uma posição diferenciada no Seguro e na visão que os outros adolescentes têm dele. Faz parcerias com os funcionários, mostrando a existência, então, de dois grupos que se unem. Estigmatizado ao ser considerado Seguro, passa a reagir com violência, agressividade, ao perceber que os outros não mantêm, com ele, relação de igualdade:

Daí, o V. falou (...) vai ficar pior.(...) É um menino. Esse aí, os outros falava, é melhor falar que é chefe dos pilantra. Aí, o V. já quebrou todas as portas, os cadeados, assim. Aí, o V.: 'Vai todo mundo lá pro fundo', ia todo mundo lá pro fundo e ia todo mundo quebrando, barraco por barraco.

Quando entrava no quarto, entramos pra dentro eu, o V. e o B.. Entramos, demos a testa, entramos pra dentro, entramos de frente.(...) O V. é considerado o chefe dos pilantras, pelo ponto de impedir rebelião e impedir fuga.

Chega a impedir fuga e rebelião, trabalhando na contenção daqueles que estão no convívio e que são, portanto, do grupo oposto ao seu. Podemos pensar na perda de autoridade dos funcionários, na necessidade de que um adolescente assuma o comando. Mas também sabemos que os agentes de pátio não trabalham com condições apropriadas de segurança, são em número inferior ao necessário e que, portanto, uma aliança desse tipo garante a sobrevivência deles. V. é alguém que dá ordens e é obedecido – no seu grupo, que é do Seguro – além de se impor aos outros, pela violência.

Tinha, teve uma vez, senhora, que, tava numa rebelião. Aí, ficou duas funça e um funça lá, ficou lá prá dentro. Só que os cara armou uma toca prá nós, os cara armou uma armadilha prá nós. Tudo as ala tava aberta, e o tumulto tava lá na Y e na W. E nós passou no meio do corredor. Lá na Y e na W. E as outras que tava atrás, tava tudo aberta. Aí, nós passou, nós chegou, daí os cara: 'demorô!! Vamo catá eles!'. Nossa! A cadeia inteira, senhora. Eu disse: 'pronto, morremo!' Mas daí: 'todo mundo prá dentro da ala, todo mundo prá dentro da ala!'. Daí, fomo prá dentro da ala e nós trancamo o portão, senhora. Aí, os cara, o X tava aberto, senhora. Eu pensei: 'nossa, agora morremo, agora'. Aí, o V. logo catou uma barra de ferro e começou a fazer os moleque tudo formar, senhora, fazer os moleque formar no pátio.(...) Não, os que tavam na ala. Nós entrou tudo dentro da ala, e tem o portão, que nós tava lá dentro. Nós trancou o portão. Aí, o V. fez tudo os moleque formar, assim, na quadra, assim. Aí o V. falou assim: 'faz uma teresa'. Aí, nós fez uma teresa e

jogou a teresa.(...) É... tipo uma escada. Com lençol. Aí, nós fez e jogamos pro telhado. Aí, nós subimos, senhora. Nós subimos, daí o V.: 'ó, nós vai pegar tudo esses cara!' Aí o V. quebrou todo mundo lá. Quebrou todo mundo que tentava subir no telhado. O telhado era nosso, do Seguro, ninguém subia. (...) Não conseguia subir porque nós ficava em cima do telhado. Daí, era só barrada de ferro. Daí, os cara ficavam: 'Nós vai matá oceis, nós vai matá oceis'. Daí nós, assim: 'vem, sobe aqui, vem matar!' Daí, pegou, daqui a pouco a choque invadiu, aí deu prá nós descer.

É alguém que submete o outro grupo e protege o seu. Esse relato acima mostra características importantes desse líder. Em primeiro lugar, ele se mostra mais corajoso que os próprios funcionários, até porque corria risco de morte. Porém, toma isso como um desafio e organiza os Seguros para subirem no telhado. Tem alto poder de persuasão e não fica intimidado ante a dificuldades. Vimos, nas virtudes, que a coragem é valorizada, além do fato de não se deixar levar pelas emoções. Mas não podemos nos esquecer que estamos falando de um adolescente do Seguro. E, desde já, assinalamos que, mais uma vez, poderemos comprovar que o lugar de estigmatizado só existe porque é instituído em uma relação mista, para marcar diferenças. Pois, na realidade, as características valorizadas são semelhantes e ambos os grupos a possuem. O que há é que o Seguro, entre os adolescente, é considerado um exemplo negativo. Essa condição não é reiterada pelos funcionários ou Tropa de Choque, com quem estabelecem parceria:

É, a Choque foi por baixo e aí, nós foi por cima. Aí, chegou lá, os cara ia subir em cima do telhado, mas nós não deixou. Nós deixou a Choque pegar... aí, a Choque tava lá embaixo. Aí, tomou tudo couro. Oh, o V. chegou na frente da Choque, já. O V. chegava com umas barras de ferro e ficava batendo nos caras na frente da Choque. A Choque dava risada: 'nossa, o Seguro aqui... é embaçado'. Ô, os cara da Choque dava até cigarro prá nós. (...) Prá mim, não. Prá mim, nunca deu. Deu pro V. só. Eu não fumava. O V. pegou mó coletividade com os cara.

Contribui com funcionários e, a partir disso, consegue privilégios – por isso é admirado. Novamente o valor está na posse de bens e no *status* conquistado. A posição de domínio ocupada por V. amedronta os outros e lhe possibilita ordenar sobre quem entra e quem sai na unidade.

Daí, resolvi pegar e sair de dentro daquela ala, e consegui trazer todos comigo. Só que nisso daí, eu peguei e fui entrar para a ala K, a ala dos caras da UG. Só que nessas que eu fui entrar, o V. veio e me impediu.

Falou: ‘Veio corrido de lá, vai sair corrido daqui também’. Eu olhei para a cara dele... nossa, daí eu fiquei louco! Da falsidade. Eu olhei para a cara dele e falei: ‘Normal’. Eu não entrei, normal, firmeza, não esquenta não... Nada melhor que um dia após o outro. Eu aí e fiquei na triagem, do lado da enfermaria, tudo. Ficou eu, o D., o M., o U., o B., esses cinco na triagem. Um dia, a gente tava tomando sol, tudo, esse V., que era o chefe dos pilantras, um cara grande, tinha meu porte físico, e os cara se intimidavam e ele conseguia mandar por isso.

Sendo assim, podemos reunir algumas características de ambos os adolescentes. C., considerado líder, admirado por aqueles que pertenciam ao convívio, tinha fama devido ao perigo que representava, fama essa que se espalhava para além das unidades. Autoritário, causava medo nos outros adolescentes, ocupava uma posição de domínio (não corria riscos, submetia os outros à sua vontade, era responsável pelos castigos, punições e manutenção da ordem na unidade, além de possuir privilégios concedidos pelos funcionários). Porém, vimos também que sua posição foi instável e que, ao considerarem os maus tratos que ele ordenou para com adolescentes, foi considerado Seguro.

V. entrou já como Seguro na unidade, por cometer um crime não aceito pelos outros internos. Tido como destemido, enfrenta as ameaças que lhe são feitas, protege seu grupo – Seguro – e se contrapõe ao convívio de todas as formas como pode. Ocupa, assim uma posição diferenciada e é temido pelos adolescentes. É alguém que também dá ordens e é obedecido, submete os outros à sua vontade e, por ajudar funcionários, obtém privilégios concedidos por estes. Essas posses também, com relação a V., são motivo de admiração dos adolescentes.

Podemos, então, notar, que há muitas semelhanças entre eles que são valorizadas – dentre elas o fato de que ambos têm uma relação de onipotência com os limites. O que difere de um para outro é a posição que ocupam na trama das relações. Mais uma vez, fica constatado que a questão do Seguro e do funcionamento dos adolescente é multifacetada. Nada é meramente aditivo, mas se insere num sistema de implicações. A partir de mais um trecho de entrevista, faremos algumas considerações:

De tão pilantra que os cara acha que ele foi.(...) Assim, surgiu o comentário que ele matou o G. (...) Era um cara muito conceituado antigamente na FEBEM. Com certeza, a senhora ouviu falar do C., né, não tem como... O C. tinha amizade com esse G.. E quando ele caiu, tudo, pra FEBEM, o C. queria matar ele.(...) O V., porque o V. matou o G.. Sempre tem seqüência. Aí que o V. virou Seguro. Daí ele se revoltou em

condições de ir contra os caras do pátio, do convívio. Virou um funcionário. Aí, em tentativa de fuga, ele impediu. Ele já entrou com funcionário, arrebrandando os menor, tudo, tal. E o motivo dessas coisas que ele fez que ele é considerado chefe dos pilantras.

Esse último trecho nos mostra que C. e V. são adolescentes que cumpriram internação na mesma época. V. já entra na FEBEM condenado à morte por matar alguém que era parceiro do líder na época; é mandado, portanto, para o Seguro. Em oposição a isso, ele se fortalece ao se comportar como um funcionário – benefício secundário obtido a partir da lugar de estigmatizado, excluído. Ganha, assim, apoio da instituição FEBEM, sendo considerado chefe dos pilantras por ser líder do grupo do Seguro, isto é, líder daqueles que não pertencem ao convívio.

Podemos pensar que um só se fortalece, portanto, na relação com o outro. Com isso, abre-se uma nova perspectiva, segundo o conceito de poder para Foucault, baseada na tensão que se estabelece nessas relações, nas posições ocupadas por cada um, pensando no Seguro e nesse funcionamento como institucional, ligado à moralidade, mas também às posições de domínio e resistência existentes entre os adolescentes. Reforçando um pouco esse modo de pensar, destacamos alguns trechos em que os adolescentes falam de líderes (internos que ocupam posição de autoridade entre aqueles do convívio) e xerifes (excluídos por mandarem demais).

O moleque, graças a Deus, tá sossegado lá dentro, nem zoado está sendo. Por que? Por causa de mim e do K. (...) Apesar de tudo, eu tenho uma cabeça. Eu sei conversar, sei... Várias coisas eu sei colocar no lugar, dar um jeito nelas. Até o ponto dessas coisas que eu fiz, já foi o ponto dos moleque ver que eu tenho uma cabeça. A casa melhorou, não 100%, mas 70%. Não tem moleque apanhando no pátio, só se um desrespeitar, mas é difícil.

Eu nem queria chegar ao ponto que cheguei aqui, até nem gosto de estar aqui dentro na liderança. Não é nem que é liderança. É que eu tenho cabeça, sabe, eu penso bastante. E os moleque gostou do jeito que eu penso.

“Ter uma cabeça” quer dizer saber argumentar e impor respeito a ponto de colocar ordem, ditar regras. É uma qualidade de um líder numa unidade. É a ele ou ao seu grupo mais próximo que cabe dizer quem é bom ou ruim, o que é certo ou errado e planejar as punições para aquele que não está de acordo com as normas.

Daí os caras começaram a discutir. Começaram a bater e eu, dar idéia pra parar. Com dois dias de casa. Eu, com três ou quatro dias de casa já tava dando idéia, o que era ruim, o que não era. Aí, foram vendo o jeito que eu penso, tudo.

O relato acima nos mostra a importância de ocupar uma posição de dominador na unidade. Por outro lado, existe uma outra figura, o xerife, que é um adolescente que tenta se colocar no poder, mas acaba por ser muito autoritário e querer impor demais sua vontade. É alguém que acaba sendo mandado para o Seguro.

Só que até então, esse moleque tava querendo ser mais que a gente. Em vez de falar, quem concorda com essa fita e quem não concorda, eles falaram assim: 'não vou deixar ninguém passar por cima da minha idéia'. Se alguém passasse por cima da idéia dele, daí ele ia pegar. Daí foi um monte de coisa que ele fez assim, que foi. (...) Daí foi aonde que todo mundo, assim, conversou, fora eles, entraram no quarto deles, invadiram, deram um couro neles e colocaram eles prá fora.

Xerife, então, é alguém mal visto porque manda nos outros adolescentes. É descrito como alguém que dita quem é bom ou ruim, quem está certo e errado. Alguém que impõe sua vontade. Mas ele é transferido ao ser descoberto, por representar perigo na unidade – pela posição de domínio que ocupa, mas também porque normalmente se trata de alguém já mais experiente na FEBEM e que pode promover tumultos.

Vamos supor, a senhora é um coordenador, tá ciente, senhora. Aí, os maluco deu mó pé e ninguém quer ele [um adolescente] no pátio, causa disso aí que aconteceu. Eu chego nos funcionário e 'seguinte, sabe, senhor, aconteceu isso daí e ninguém quer esse maluco no pátio, não'. Aí, na vista, os coordenador vai pensar que eu que tô xerifando a cadeia, que eu tô dando a testa e tal, tô xerifando, tá ciente? A senhora sabe o que é xerifar, né? Eu vou de bonde também, tô querendo xerifar a cadeia. Aí, eu vou de bonde.

O xerife é castigado pelo seu excesso de autoritarismo, por pegar a comida dos outros adolescentes, por querer impor demais sua vontade na unidade. Porém, ao analisarmos algumas características destes xerifes e do líder, podemos perceber que ambos impõem suas vontades, de forma autoritária, ditando as regras e dizendo quem deve ou não ficar no pátio. Assim, como C. e V. tem características muito semelhantes, o líder e o xerife também as têm, o que nos leva, novamente, a pensar que essas são posições instáveis em uma trama de relações dentro da unidade, no grupo dos adolescentes. A partir disso,

pegamos alguns exemplos de adolescentes que foram mandados para o Seguro para examinar, com cuidado, as situações.

Tem vez também que os maluco canta pé e tal, você nem fez nada e (...) um maluco que não vai com a cara da senhora e tal quer que quer passar a senhora pelo errado, sendo que a senhora não deu aquele pé que ele quer (...) ele, que tá querendo isqueirar a senhora. (...) Isqueirar é tipo assim, senhora, ó... eu tô na maldade da senhora...(...) É, que não vai com a sua cara. Aí, minha visita tá aqui e a senhora falou oi prá minha visita. Não olhou. Daí, eu tô na sua maldade e vou querer falar prá rapaziada que a senhora furou a lupa na minha visita, só que a senhora não tinha furado.

Denominado por eles como isqueirar, seria o que eles chamam de “passar o outro pelo errado”. Existiria alguma vantagem mandar alguém para o Seguro?

Tem uns, vamos dizer assim, que gostam de deixar os outros passarem por errado, fazer os outros virar pilantra, bater nos outros, sempre tem um ou outro que é assim. (...) Ah, sei lá. Às vezes, até de ganhar conceito com os demais, né? Ganhar conceito, respeito, falar que sabia o fato.

Mandar alguém para o Seguro dá créditos ao adolescente, no sentido de que os outros julgam-no correto assim que ele fala sobre o erro do outro. Um estigma cumpre essa função: ao categorizar as pessoas a partir de atributos depreciativos, confirmamos a normalidade do grupo ao qual pertencemos. Trata-se de conquistar posição de domínio na unidade usando o outro como meio. Mas cumpriria o Seguro alguma função institucional?

Tanto funcionário quanto Seguro fica de refém. Teve Seguro que... Eu já vi ser estuprado por outros adolescentes. Você corre o risco de várias coisas, ser espancado, ser humilhado, pelos próprios adolescentes, que se dizem bandido. Pra eles, bandido é quem tá no convívio. Pilantra é Seguro. Pilantra não é mais bandido. Assim que eles falam.

A existência de dois grupos opostos entre os adolescentes, um numa posição de dominador e outro na de dominado abre a eles a possibilidade de fazerem uso desses adolescentes. Mas, além disso, vemos uma instabilidade nessas posições, em grande parte dos relatos acima. Os adolescentes do Seguro, por terem sido colocados numa posição inferior e sabem que são protegidos pelo corpo de funcionários. Já vimos também, em relatos anteriores, que há uma aliança entre eles e com a Tropa de Choque. Como a FEBEM funciona diante dessas práticas institucionais estabelecidas pelos adolescentes?

3.5.3. Instituição: FEBEM

Os funcionários têm conhecimentos dessas práticas instituídas pelos adolescentes e têm, como função, protegê-los. Podemos perceber que a intervenção deles se dá quando um adolescente corre risco de ser agredido fisicamente.

Dei um toque pro funcionário. Na hora do agito, falei pro funcionário: tá tendo brincadeiras comigo e tão me batendo. Funcionário logo se pôs, não ia deixar eu ficar dentro do pátio. Porque se algum moleque encostasse em mim, assinava menor e funcionário, porque deixaram.

O adolescente mostra que conhece o funcionamento institucional, sabe que o funcionário pode ser advertido por negligência e pede proteção. O agente, mesmo que não aja por vontade própria, protege, para não ser acusado. Legitimam esse funcionamento, não porque querem, mas porque precisam, para sua própria segurança. Porém, há situações em que perdem o controle, sendo necessária a intervenção da Tropa de Choque:

Aí, ele falou uma fita dos cara do outro quarto, aí os cara pegou, juntou tudo, veio querendo dar idéia, levou o cara pro quarto e estuprou o maluco. Umas fita errada, esse maluco aí. Aí, tá aí o desandão agora. (...) A Choque invadiu e os cara assinou um 214.(...) Estuprador de homem. Aí foi de bonde, os cara. Um morreu tentando fugir. Essa casa aqui é mó patifaria, senhora. Não tem idéia. Vários cara que fez isso também foi embora. Uma pá.

A transferência de um adolescente “problema” para outra unidade também é, por vezes, uma das soluções encontradas.

Nessa que eu acabei machucando, não teve mais condições de eu ficar naquela unidade. E eu tava prevendo, tudo, quando eu saí daquela unidade, que aquela unidade não ia dar certo. O ponto que ia chegar reincidente de UG, tudo. E aquilo lá acabou virando um inferno. Isso daí, pra quem já tá há um tempo na FEBEM, já dá pra saber que ia acontecer. (...) UG tinha desativado, e os caras foram transferidos para a UU. Espalhou, alguns menores veio pra cá, outros pra US, eu e mais cinco fomos pra UQ, ficamos em UQ, tal, e os funcionários ficou até com medo de mandar nós pro pátio, por causa do tempo que nós tinha puxado, já tinha várias coisas na cabeça, outra cabeça, podia acabar com a unidade.

Os funcionários, muitas vezes com pouca infra-estrutura institucional, acabam por ter medo da experiência dos adolescentes que, por terem passado por diversas unidades, já enfrentaram situações as mais complicadas e aprenderam um modo de ser institucionalizado. Enfrentam os funcionários, dominam a unidade, fazem a cabeça dos adolescentes mais novos. Por isso, muitas vezes, adolescentes do Seguro acabam sendo mandados todos para uma mesma unidade: diminui o risco de que, em cada unidade, exista esse funcionamento e coloca todos em um mesmo lugar.

Daí chegou o ponto de todo mundo conversar e ah, vamos fugir. Lá a unidade era só pra nós, os dezoito da UG1 e desceu mais quinze da UG2, também Seguro. Tipo uma unidade de Seguro, ficamos em trinta, trinta e cinco. Daí teve a tentativa de fuga, que não deu. Então, a tentativa de fuga virou uma tentativa de rebelião. Também não deu certo. Acabamos todo mundo apanhando. De trinta, o único que saiu com a cabeça rachada fui eu. Os funcionários entram dando paulada em todo mundo. Ficamos temporários na UG3, até inaugurar UX. E os funcionários da UX estavam todos com nós. Acabamos inaugurando antes que o governador. Só que ficou dividido, eu fiquei na ala W e a turma que ficou comigo foi tudo pra ala Z.

Há momentos, sobretudo em situação de rebelião, em que os funcionários se vêm completamente ameaçados. Por terem função de proteger os adolescentes, muitas vezes deixam quem está no Seguro fugir, ou fazem uma parceira com esses. É a conservação de todos em situação de abandono, objeto institucional que a FEBEM não cansa de legitimar. Não há vítimas e/ou agressores, mas todos na tentativa de proteger suas vidas:

Até que teve uma tentativa de rebelião. Essa tentativa de rebelião, os funcionários não conseguiu impedir. Eles pegaram, da ala P, vieram estourando tudo. (...) Os funcionário não teve como impedir, saiu tudo correndo. A sorte nossa é que um funcionário lembrou de nós, de nós tanto gritar e abriu pra gente sair tudo pra fora, senão os moleque já tava... (...)Vai quebrando e os funcionários que passavam deixavam tudo aberto, na hora do pavor. Daí pegaram, abriram nós e soltaram nós. Nós pegamos e saímos. Saímos sentido pra sair pra frente da FEBEM, no sentido da rua.

Nesse sentido, os funcionários aparecem como figura de proteção frente àquele que está no Seguro ou ameaçado – de morte ou agressão.

Nossa, se não fosse os funça, eu e o K. tinha matado um, senhora. (...) Nós tava dando muita barrada de ferro nele, senhora.

O Seguro fica no quarto normal. Tem desandão também no nosso barraco, mas os funça fica só de olho no barraco pra ver o que tá acontecendo.

Um esquema de vigilância permanente existe para, além de controlar, proteger:

Daí, nesses 45 dias, teve 3 tentativas de invasões, pra tentar entrar dentro do quarto, mas graças a Deus não conseguiram, teve funcionário protegendo.

Por fim, o adolescente lembra que é importante fazer uso da função dos funcionários de pátio – proteção – chamando-os a intervir em momentos de risco:

E esse U. chamou os funcionário, falou ‘tá acontecendo isso, isso e vai ser pego’. Daí chegou o funcionário e falou: ‘não vai ser pego não’, os funcionário queriam me tirar do pátio. Eu tava certo, não tava errado. Permaneci dentro por alguns minutos, os moleque veio e eu fechei a mão, e os funcionário parados. Aí, o coordenador me chamou, pegou dois funcionário e me levou pra fora.

São as duas coisas que nunca me aconteceu e eu rezo pra que nunca aconteça. E se isso acontece, a única coisa que dá pra fazer é gritar pra funcionário.(...) Sim, apanhando ou não, se prejudicando ou não, eles têm que intervir.

Parece até que os adolescentes precisam da coerção, de certo modo, com alguma intensidade, ou de uma vigilância constante e contínua para impedir o desregramento. Mas, estando sob constante ameaça, os funcionários vêm-se, por vezes, impotentes frente a alguma situação que se apresenta.

Até esse ponto, achei muito estranho, que os moleque tava pedindo tudo transferência, com medo de pegar, sair pro pátio e os cara matar, mesmo estando na mão de funcionário.

Então, esse fundão estourou. Os funcionário não teve como impedir, saiu tudo correndo.

Os adolescentes percebem essa condição e, por vezes, desqualificam os funcionários:

Naqueles tempos, a gente tava em 25 Seguro, 23. Nós dormia numa cela, lá fora. Nossa cela ficava aberta.(...) Nós ficava com a cela aberta, nem fechava. (...) A qualquer momento a casa podia estourar. (...) Aí os moleque podia vim buscar nós. (...) Ficava aberto. (...) Não, porque se

ficasse fechado, senhora, até o funça achar a chave, não dava tempo de nós correr, senhora.

A idéia de desproteção faz com que os adolescentes desenvolvam meios de se proteger. A impotência e a condição de medo constante exacerba a produção de relações marcadas pela transgressão constante, também por parte dos funcionários.

Outros Seguro que tinha antes de nós chegaram a sair solto pra rua, impediram fuga e não fugiram. Impediram: os moleque tava fugindo, eles correram atrás e bateram e colocaram pra dentro.(...) Daí nós pegamos e saímos pra fora, pra frente da FEBEM. Em vez de nós sair, não, nós chegamos ali na parte que tava mexendo com serralheria, pegamos os ferro, tudo. Nós achamos lá os pedaços de ferros, e nós entramos pra dentro, com os ferros. Nós em dezoito adolescentes mais cinco funcionários entramos pra dentro. (...) Conseguimos impedir, colocamos três alas de tranca, todo mundo de tranca. Uma coisa que nós fizemos porque se eles pegassem nós, ia machucar. Iam bater e espancar. Nós tivemos a nossa oportunidade.

No trecho acima podemos perceber que os adolescentes do Seguro adquirem função de funcionários, ajudando a impedir fuga e rebelião. É um uso que se faz desse esquema, aproveitando a rivalidade existente entre os grupos de adolescentes internos.

Tem um corpo de bombeiros lá perto, lá. Nós ia buscar os moleque lá no corpo de bombeiro, lá, senhora. (...) Nós ia buscar eles lá no Mundão, lá fora mesmo. Pra trazer eles quebrando, senhora. Aí, eu fui trazendo um sozinho. Aí, eu fui trazendo um sozinho e ele veio com a faca, senhora.(...) Aí foi, desceu eu, os vigilante, os homem de preto, o V., desceu tudo nos cara. Atrás dos moleque. A senhora chegava assim ó, aí os cara pegava: pelo amor de Deus, não bate em mim não. Sem ver o cara, os cara já se pegava, já. Aí, a gente chegou lá e: vai, levanta. Aí os cara levanta, tira a roupa, que é pra ver se não tem nenhuma faca na roupa.(...) Fica só de cueca, senhora. Aí, tira tudo a roupa e já vai olhando, já. Olha pros bico e vai quebrando, aí que fica mais simples. Vai quebrando os moleque, até chegar na unidade. Os moleque tem que chegar inteirão lá. Mas se chegar inteirão, os moleque vão fazer de tudo pra correr, pra andar rápido. Se conseguir escapar também, e os bico catar, vai voltar desmaiado. Eu não abraço a idéia dos cara. Mesmo se eu ver ele desmaiado eu continuo sabe. Até eu ver que agora tá. (...) Uma hora cai. Daí a gente leva lá pra cima. Aí os cara fica gritando: nós vai matar o Seguro, o Seguro é nosso. A hora que a gente quiser aproveitar, os cara gritam pra tudo. (...) Só que quem mandava lá dentro era o Seguro... é, lá dentro, era os sangue bom. Na porta da passarela, é nós. Pela aquela ala ali, ninguém fugia. Ninguém fugia nem chegava lá na frente. (...) Senão, quem chegasse primeiro, levava. Eles podiam fugir, assim, pelo fundo. Mas mesmo assim, os funça falava e nós ia atrás.

Trata-se de uma disputa pela posição de domínio, mostrando forças de ação e reação, características das relações de poder, que estão sempre sujeitas a uma reviravolta. Algumas vezes os funcionários se submetem a tal ponto (por medo, falta de infra-estrutura ou pelos mais diversos motivos) que os adolescentes passam a ditar o funcionamento da casa. Funcionários e adolescentes vão se assemelhando, como num espelho, com atitudes em que impera a lei do mais forte e os comportamentos vão se tornando cada vez mais indiferenciados.

A partir de pesquisas já mencionadas sobre sistema penitenciário, sabemos que os presos exercem poder no ambiente carcerário, e que o estabelecimento da ordem resulta em acordos e alianças entre esses e a equipe dirigente. Na FEBEM, há, por vezes, uma inversão que faz com que impere a lei dos internos:

Eles tavam aqui em cima e eu procurei saber porque os moleque tava no Seguro. (...) Daí eu peguei, chamei os cara do pátio, para conversar: vamos ver esses cara que tá no Seguro, tá complicado, é embaçado. Os cara até concordou, tudo. Mas com que? Que os moleque vir pro pátio e fizesse a deles. O que aconteceu virou passado. Mas que eles tornasse a fazer a caminhada deles tranqüilo, sem dar motivo pra virar Seguro de novo. (...) Daí eu conversei com eles e tudo, chamei os coordenador, eles ficou até com medo dos moleque entrar pra dentro, mas eles pegaram e colocaram. Daí pegamos, colocamos os moleque pra dentro.

Por outro lado, unidades em esquema de contenção máxima controlam essas práticas institucionais. Contenção que implica em restrição total de liberdade, no uso da violência, que aniquila, pacífica, destrói resistências:

Porque se ele fosse respeitar nossa idéia, ele não ia esperar funcionário requisitar ele. Também, no ponto de vista do funcionários, os funcionários tá requisitando ele, vamos supor, a casa tá mó bagunceira, eles sabem que não tem sistema. Aí, aqui é em 4 em 4 meses que tem intervenção. Eu tô 11 meses aqui e já passei por 3. Quando eu cheguei aqui, foi em agosto, só que não foi intervenção. Teve só o tira pó, só. Destaca aqueles que der pé.(...) Um tira pó, senhora. Tira pó, tira pó. (risos) Tira o pó. Eles pega quem dá pé, quem xinga os funcionário. Eles vai agüentando, só zoando, aí chega na hora do tira pó, os funcionário vai e bate. Daí, se eles tivesse respeitado nossa idéia, não ia esperar funcionário requisitar. Entendeu, senhora?

É, porque na UAI não tem Seguro, a senhora sabe, né? Lá é todo mundo sentado. Lá se levantar o dedo, conversar com alguém, lá já apanha. Lá deu trabalho prá eles, já bate. Aí: 'ah, eu xinguei mãe de vagabundo'.

É uma situação de tensão constante, um esquema de domínios e resistências, em que o poder está pulverizado nos diferentes grupos. Ao pensarmos que, em situação de contenção, o controle se dá de forma tão maciça, fica a pergunta: seria a existência do Seguro expressão de alguma liberdade? Ou será apenas que esse esquema de domínio e resistência se reproduz por essa instituição como um todo?

Daí, passado tudo isso, teve os últimos dias que eu tava lá. Funcionário resolveu dominar a casa. O ponto da patifaria tava na mão dos adolescentes. O ponto que eu falo é que os funcionários não mandava, quem mandava era os menor. Daí funcionário resolveu mandar, cansou de ser tirado. Daí, funcionário pegou, dominou a casa, tomou tudo, todo mundo de tranca, tudo. Falou que a casa não tinha mais Seguro. Pegou eu do outro lado, tava eu, o E., o D. e o M. E colocou no convívio de volta. Nessa, tava na mão de funcionário. Nessa, tava na mão de funcionário, eles colocou todo mundo no convívio e os cara: não tem essa de não existir Seguro, existe sim. Mesmo escondido dos funcionários, o adolescente acaba sofrendo na mão dos outros adolescentes. Daí, funcionário dominou a casa, era uma quinta-feira. Nesses dias, passou todo mundo de tranca. Daí passou quinta, sexta. No sábado, teve um incidente no quarto. Colocaram o Q. Nisso daí, o moleque acabou morrendo, tal. Era acusado, no B.O. de esturador.

É um funcionamento que envolve todos os atores institucionais. Os adolescentes, sempre em maior número, acabam por deter poder na unidade. Se tomarmos o Seguro como expressão de uma resistência a uma dominação disciplinar, o que poderia resultar se, ao invés de relações de poder, só se encontrassem relações de violência? Em momentos de rebelião, por exemplo, a Tropa de Choque é chamada para garantir a contenção dos adolescentes.

Numa rebelião? Ó, só participei de duas rebelião, porque o resto, aí eu já era Seguro. Numa rebelião, a única coisa que eu tinha medo era a hora da Choque, senhora.

A rebelião costuma ser descrita como um momento em que a unidade está sob domínio dos adolescentes. A Choque, conforme dito acima, provoca medo, por ser quem controla essas movimentações.

Eles vê que a Choque vai invadir, aí a senhora vai sentir um pouco de medo. A senhora vai ver um monte de menor correndo, os menor tudo nervoso. A senhora vai ver um monte de menor nervoso olhando prá senhora, só que não vai fazer nada prá senhora. A única coisa que eles têm a fazer é subir em cima do telhado, outros querem fugir, prá não ser pego pelo Choque. E na hora, lá, tem que tá com crachá, também. Porque se a senhora tiver só assim, sem o crachá, eles não quer saber. (...) Qualquer pessoa. Qualquer pessoa, porque se o Choque vê... Eles vêm com um escudo, assim, senhora, e chega batendo, já.

É a imagem de jovem violento que legitima o uso de práticas de violência, com o uso de instrumentos de contenção via agressão física. O relato mostra que é algo impessoal, independe do adolescente ter participado ou não de alguma rebelião. É necessário se proteger, porque eles já vêm programados para usar a força. Além disso, há uma provocação, desqualificação para com o adolescente:

O Choque, não pode ninguém nem olhar prá cara deles. Olhar prá cara do Choque já é motivo prá apanhar. ‘Que tá olhando com essa cara aí, seu lixo, quer casar comigo?’ (...) Eles falam nervoso, assim, senhora. ‘Quer casar comigo, seu lixo?’

Teve rebelião, o choque pegou, entrou pra dentro e quebrou todo mundo. Num momento totalmente complicado. Choque humilha mais que funcionário. Teve vez que eu chegue até passando pela Choque, pedi licença, tudo, passei pelo soldado da Choque, ele fez eu voltar e pedir licença pra ele e pro cachorro dele, pro cachorro também. Eu não sou tonto, pedi, né? Mais fácil pedir licença pra um cachorro do que tomar, apanhar. Normal. Daí, cansei disso daí. Aí eu resolvi descer pro Seguro.

Trata-se de uma coerção, via violência, em que a ameaça de agressão coloca os adolescentes numa posição inferior, dá margem para que eles sejam humilhados, contidos, agredidos física e psicologicamente. Em um cotidiano carregado de ameaça, medo e iminência de uma explosão, a rebelião vem como resposta à violência, contraponto à contenção, e só se dá submetendo o grupo oposto – no caso, os funcionários. A intervenção, portanto, como bola de neve, se dá também por relações de violência, parecendo compor a própria lógica institucional, em que não mais se exerce poder sobre sujeitos com pelo menos algum grau de liberdade. Por outro lado, alguns relatos mostram uma parceria de quem está no Seguro com a Tropa de Choque:

Daí, era só barrada de ferro. Daí, os cara ficavam: ‘Nós vai matá oceis, nós vai matá oceis’. Daí nós, assim: ‘vem, sobe aqui, vem matar!’ Daí, pegou, daqui a pouco a choque invadiu, aí deu prá nós descer.

Por conterem quem está no convívio, proporcionam ao Seguro maior liberdade de ação – estes deixam de correr risco de morte. Além disso, em alguns casos, é feita uma parceira Seguro – Choque:

Não, e nós ajudou a Choque, senhora. A Choque, a Força Tática... A Choque foi por baixo, nós foi por cima, pelo telhado(...) Aí, chegou lá, os cara ia subir em cima do telhado, mas nós não deixou. Nós deixou a Choque pegar... Aí, a Choque tava lá embaixo. Aí, tomou tudo couro. Oh, o V. chegou na frente da Choque, já. O V. chegava com umas barras de ferro e ficava batendo nos caras na frente da Choque. A Choque dava risada: 'nossa, o Seguro aqui... É embaçado'. Ô, os cara da Choque dava até cigarro prá nós.

Existe, então, uma parceria que se estabelece e a valorização da violência como única mediadora nas relações. É a legitimação, também por parte da Tropa de Choque, de relações de transgressão – é função destes conter os adolescentes e, não, se aliar e fazer uso desse funcionamento. Até aqui, pudemos ver que a quantidade de pessoas, as parcerias, a violência, podem ser instrumentos de dominação. Na FEBEM, o porte de armas é proibido. Por isso, qualquer violência se dá via agressão física ou uso de instrumentos que se tornam armas: pedaços de pau, ferros, facas, pias quebradas.

Uma que eles pegam ali com as naifa, ali com as facas, vem em cima de você, quinze, vinte, e começa a pressionar.

Uns entrou no banheiro, tudo, quebrou um pedaço da porta, tudo, daí eu saí pro pátio e falei: se eu sair da porta, fica todo mundo encostado na parede.

A arma funciona como um instrumento para intimidar, para submeter o outro à sua vontade, à sua regra – instrumento de coerção, um bem diferencial, superando por vezes o número de pessoas:

Em vez de nós sair, não, nós chegamos ali na parte que tava mexendo com serralheria, pegamos os ferro, tudo. (...) Nós em dezoito adolescentes mais cinco funcionários entramos pra dentro. Tinha mais ou menos oitenta e cinco adolescentes, tudo espalhado pelo pátio. Foi a hora que nós entramos pra dentro, começamos tacando pedaço de pia, pedaço de privada, tudo, até eles entrarem no quarto. Quando entrava no quarto, entramos pra dentro eu, o V. e o B. Entramos, demos a testa, entramos pra dentro, entramos de frente.(...) Nessa daí, os moleque não agüentou, os oitenta não agüentou, porque eles não tava com nada na mão.

Conseguimos impedir, colocamos três alas de tranca, todo mundo de tranca.

E, ao falarmos no poder pela quantidade e pela pertença a um grupo, podemos perceber que a união entre alguns adolescentes e funcionários pode ser oportuna a ambos – os funcionários ganham parceiros e aumentam o número para controlar adolescentes do convívio:

Eu já impedi fuga. Sabe em UG? (...) Nós ia buscar eles lá no Mundão, lá fora mesmo. Pra trazer eles quebrando, senhora. Aí, eu fui trazendo um sozinho. (...) Aí foi, desceu eu, os vigilante, os homem de preto, o V., desceu tudo nos cara. Atrás dos moleque. (...) Só que quem mandava lá dentro era o Seguro... é, lá dentro, era os sangue bom. Na porta da passarela, é nós. Pela aquela ala ali, ninguém fugia. Ninguém fugia nem chegava lá na frente. (...) Senão, quem chegasse primeiro, levava. Eles podiam fugir, assim, pelo fundo. Mas mesmo assim, os funça falava e nós ia atrás.

Eu também fui pro Seguro lá. Eu fui pro Seguro.(...) Foi por causa de uma rebelião. Eu tava numa rebelião, aí eles quiseram pegar os funça de refém. Aí, o moleque falou assim prá mim: ‘O D., fica com esse funça de refém aqui’. Aí eu falei assim: ‘Firmeza’. Aí, tava eu e o funça, assim. Aí o funça tava de olho no pátio e eu tava com uma faca na mão. Daí, era o Seu N. virou e falou assim: ‘Nossa, D., você vai fazer isso? Logo comigo, D.?’ Aí, eu falei assim: ‘Nossa, seu N., não tem como soltar o senhor agora’.(...) Soltar. Ele falou assim: ‘Claro que tem, ó a porta, D. Eu tenho a chave da porta, tá lá dentro da coordenadoria’. Aí, eu peguei e falei assim: ‘O senhor sabe onde tá a chave?’ ‘Ah, tá embaixo do tapete, tal, eu que escondi’. Aí eu fui lá, a chave tava embaixo do tapete. Aí eu vi que os cara tava na outra ala, aí eu peguei e abri a porta. Falei assim: ‘Vai seu N., vaza’. Aí ele pegou: ‘foge comigo, foge comigo ou os cara vai matar você’. Daí ele foi e trançou a porta. Ai eu fui com os cara: ‘vamo subir aí no Seguro’. Daí eu nunca mais entrei dentro da unidade. Ficava só lá fora, no Seguro.

Assim, podemos ver um funcionamento instituído e legitimado por adolescentes e funcionários. Analisamos as relações de poder, e vimos que este não é um bem que está nas mãos de alguém, localizado. O poder circula, funciona em cadeia, se exerce em rede. Ao tomarmos os grupos que se formam, podemos perceber cada relação que se estabelece, em suas minúcias, onde o poder consolida suas técnicas. Após a análise, retomamos algumas reflexões.

O Seguro, lugar institucional de exclusão, tem como base um funcionamento que se dá via práticas institucionais, entre adolescentes, que se repetem e se legitimam. Esse funcionamento está pautado em um sistema de regras de conduta, em que se dita o que é certo e errado – portanto, na moralidade. As regras são colocadas de forma rígida, garantem uma heteronomia pela imposição via violência. Em seu conteúdo, referem-se à relação com os familiares, principalmente a mãe, à manutenção da ordem na unidade, à sexualidade e ao estabelecimento de certa regularidade de conduta que garanta a coesão do grupo e a identificação entre seus integrantes – uma moral pessoalizada.

Pudemos ver também que a moralidade, além de estar pautada em um sistema de regras, leva a que determinadas virtudes ou formas de agir sejam bem vistas, desejadas, valorizadas e, outras, levam à exclusão. É, portanto, motivo de vergonha pertencer ao Seguro – demonstrando que o olhar judicativo do outro é considerado. O outro também aparece como alguém que serve de meio, objeto de satisfação de necessidades, como alguém que ameaça ou que representa ameaça.

Criam-se, portanto, diversos grupos que se opõem: convívio x Seguro, internos x pessoas de fora, adolescentes x funcionários, Seguro + funcionários x convívio, Seguro + Tropa de Choque x adolescentes rebelados, recém-chegados x antigos, primários x reincidentes. Possuindo muitas semelhanças, os grupos formam entre si uma tensão própria de relações de poder. São posições ocupadas na unidade, envolvem todos os atores institucionais e caracterizam as práticas existentes na FEBEM.

É a produção de uma delinquência fechada, mais fácil de controlar, pois, via sistema disciplinar, há uma vigilância instalada entre os próprios internos – um mecanismo panóptico e uma coerção dos corpos que regula as minúcias do comportamento, estabelece normalidades, homogeneiza e permite medir desvios rapidamente. Repetem e legitimam uma submissão pela violência, que retira a possibilidade de estabelecer as resistências próprias das relações de poder.

Contenção e rebelião: um movimento constante de aniquilamento, negação do outro como sujeito, produzindo uma situação em que se quer o controle dos corpos e dos atos pela submissão, pela passividade, pelo silêncio. Relações de violência: são elas que caracterizam o funcionamento da FEBEM, cada vez com mais intensidade. As resistências, quando começam a aparecer, são logo reduzidas. Uma violência que está no imperativo da

contenção, do castigo físico, da agressão, para punir e manter o domínio. Uma instituição que conserva relações que garantem sua conservação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1.O Seguro: ponto de partida

Propor uma reflexão sobre o Seguro, o universo moral e as relações de poder entre os adolescentes internos na FEBEM/SP é, além de um desafio, um trabalho constante de questionar e desconstruir pré-concepções. Em um primeiro contato com uma Unidade de Internação, salta aos olhos a uniformização dos gestos e comportamentos, a semelhança física entre os internos – por conta do mesmo corte de cabelo e do uso dos mesmos trajés. Provoca indignação o regime disciplinar, com os horários e seqüências de atividades pré-estabelecidos, a vigilância permanente – panoptismo que se instala por conta dos relatórios e da observação e avaliação constante pelos funcionários.

Um fechamento que produz certos tipos de comportamento institucionalizados, como a formação - em que os internos ficam sentados no pátio, um atrás do outro, com as mãos em torno dos joelhos e a cabeça baixa - ou – cena comum nos noticiários – eles, enfileirados, somente com a roupa íntima, com as mãos para trás e cabeça baixa. Cenas de humilhação, contenção extrema, repressão, violência. Imagens que nos fazem olhá-los, muitas vezes, como vítimas.

Uma instituição como a FEBEM, que tem como função cumprir as medidas dispostas no ECA, zelando pela integridade física e mental dos adolescentes, é alvo de críticas da mídia e dos acadêmicos. Há cada vez mais a busca pela inserção de órgãos dos Direitos Humanos para acabar com situações de tortura. Ao mesmo tempo, é passada uma imagem de adolescentes com funcionamento cristalizado, sem possibilidade de mudança, também agressivos e violentos. Estes, por sua vez, são alvo de representações que, por um lado, os incriminam – a sociedade os vê como violentos, perigosos, problema sem solução – e, por outro, os vitimizam: ambos estigmas aos quais esses jovens estão atrelados.

A lei visa repreender o que é nocivo à sociedade e busca a reparação do perturbador; a FEBEM, assim como a prisão, assumiu, além de seu caráter punitivo, o de prevenção – que se volta também contra o adolescente, na medida em que ainda se acredita no sistema penalizador como instrumento para lidar com a questão da infração. A privação de

liberdade está associada, ainda, a práticas autoritárias, institucionalização e à padronização de comportamentos – inserção em uma instituição total e disciplinar.

Porém, como contraponto a esse fechamento e contrariando o estigma de “sem moral”, há o Sistema, conjunto de normas criadas e legitimadas pelos próprios adolescentes. Inclui regras que, em seu conteúdo, fazem referência ao respeito pela mãe e familiares, regulam a sexualidade, garantem a ordem e higiene na unidade, preservam o grupo e zelam pela imagem e união dos que pertencem ao Mundo do Crime.

Uma moral heterônoma, caracterizada pela imposição das regras de forma coercitiva, sem possibilidade de mudança, a não ser diante de boa argumentação, pressão de um grupo ou uso da força. No discurso, tentam passar a idéia de um sistema que preza pela igualdade, pelas relações de cooperação, mas o que se vê é o domínio de um pequeno grupo – normalmente, os mais antigos da unidade ou que tiveram mais passagens pela FEBEM. As regras são tomadas ao pé da letra e a motivação para obedecê-las é externa.

Dominam a moral institucional, mas não a têm como referência – falam de suas regras como únicas possíveis - demonstrando uma relação de onipotência com os limites. Criam um sistema em que virtudes como a humildade, coragem e a prudência são valorizadas, desde que estejam ligadas à manutenção de uma imagem de força e virilidade. Aos adolescentes, não é permitido cair em contradição, voltar atrás caso tenha dado a palavra, hesitar ou mostrar-se frágil.

Um funcionamento que mostra os adolescentes com padrões morais diversos, por vezes contraditórios, diretamente vinculados ao contexto – sendo homogêneo o discurso de que, para fazer parte do Mundo do Crime, é necessário se submeter. Uma moral híbrida, que eles diferenciam daquela que chamam “dos honestos”. Instala-se a vigilância entre os próprios internos, uma espécie de grupo de autodefesa contra a penalidade estatal. É a produção do delinqüente com sua introdução no jogo da lei e da infração.

É nesse contexto que se encontra o Seguro – grupo daqueles que não se comportam conforme a moral vigente entre eles –, produção do aparelho disciplinar, efeito das relações institucionais, que serve como dispositivo de tensão. Em rebeliões, os adolescentes do Seguro são feitos de refém. É lugar institucional de exclusão, submissão, em que são obrigados a suportar violência e abuso. Teixeira (2005) conta uma situação que vivenciou:

Um dos internos (Clóvis) era bastante segregado pelos demais – tinha os utensílios de comer em separado pelos próprios internos, não podia sentar-se à mesa de refeições com os demais, dormia em quarto separado e o mais incômodo, dependia de um acompanhante vigilante (inspetor) durante todo o tempo que se locomovia na unidade porque os demais internos pretendiam usá-lo sexualmente. O motivo era o delito cometido pelo interno: estupro de crianças. A partir de um determinado momento do funcionamento da unidade – quando o conjunto dos trabalhadores se percebia coeso e fortalecido – resolvemos que Clóvis passaria a fazer as refeições com os demais. Neste momento, Sérgio organizou [um adolescente, líder entre os demais] e liderou uma greve de fome dos internos, mais ou menos 20. (...) Só saiu de greve, no terceiro dia, quando, depois de “muita conversa”, foram negociados alguns pontos, entre os quais Clóvis nunca se sentaria em sua mesa às refeições.”(p. 114).

A lógica prisional penetra de forma maciça, introduzindo um funcionamento em que a ordem é garantida somente se houver um acordo entre funcionários e adolescentes. Passa-se uma idéia de que houve a perda da autoridade dos dirigentes e mostra que práticas autoritárias não foram deixadas de lado, apesar dos avanços na legislação. No período de realização desse trabalho, com reflexão intensa sobre a moralidade dos adolescentes e a afirmação categórica, sempre, de que “sem moral” é apenas um estigma, em 13.03.2005, uma notícia choca:

Educadora denuncia estupro em rebelião - Uma funcionária do complexo da Febem (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) de Franco da Rocha disse ter sido estuprada anteontem por quatro internos. O estupro, segundo a própria Febem, ocorreu no início da noite de sexta, na unidade 21 do complexo, antes da chegada da tropa de choque, chamada ao local para conter internos de três unidades, que permaneciam, desde a noite anterior, soltos no pátio. Na unidade, havia 11 funcionários -dois homens e nove mulheres. Os dois homens foram afastados à força e duas mulheres sofreram abuso. Segundo a Febem, além da que denunciou o estupro, outra disse ter sido molestada sem consumação de ato sexual. Um dos funcionários que ficaram sob a mira de facas artesanais é marido de uma das vítimas. O caso de violência sexual contra funcionárias da Febem, se confirmado, não tem precedentes em registro. Segundo especialistas, o episódio transgride o próprio código informal de ética dos internos, que condena estupros.

(<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1303200512.htm>)

Seria o fim do Sistema? A inexistência de uma referência, a absoluta anomia? Meses depois, uma nova manchete, em 18.06.2005:

Adolescente é espancado por 11 na Febem - Um adolescente, que cumpre pena na unidade 39 da Febem do Tatuapé, foi espancado na madrugada de quinta-feira por 11 internos com mais de 18 anos. Eles foram atuados em flagrante por tentativa de homicídio e transferidos para o CDP (Centro de Detenção Provisória) do Belém. Segundo informações do boletim de ocorrência, o interno teria sido reconhecido pelos agressores como o autor do estupro contra uma funcionária da unidade de Franco da Rocha. (...) A polícia vai investigar a tentativa de homicídio. A Febem nega que o interno tenha relação com o estupro e disse que o acusado do estupro está em outra unidade, não informada por questão de segurança.
(<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1806200520.htm>)

O Sistema continua. As oposições que se formam envolvem todos os atores institucionais e explicitam uma moral em que se reconhece a transgressão como lei, em suas diversas formas: adolescentes que criam regras para tornar o comportamento mais mensurável e aumentam as possibilidades de se infringir alguma norma; funcionários que não só legitimam esse funcionamento como contribuem, ao fazer alianças, para o incremento das rivalidades; uma instituição que, com propostas educativas, insiste no uso da violência e no silenciamento das resistências.

É a passagem, cada vez maior, de relações de poder para relações de violência. As primeiras se caracterizam por considerar o outro como sujeito livre, levam à produção, provocam oposições, domínio-resistências, ação e reação como forças móveis. As relações de violência agem sobre o corpo. Aniquilam, tornam o outro passivo, forçam, submetem. Buscam, sobretudo, neutralizar os efeitos de um contrapoder que possa nascer.

Mas, dar a palavra aos adolescentes e autorizá-los a falar de suas experiências, fez cair por terra mais um estigma. Em algumas unidades, por ficarem em local separado, adolescentes do Seguro têm privilégios – por exemplo, uma maior circulação nas dependências da administração, prioridade nas transferências para outras unidades e até tempo menor de internação. Por correrem risco de morte no enfrentamento com o convívio, fazem alianças com funcionários e Tropa de Choque e escapam dos espancamentos. O Seguro, que parecia lugar somente de humilhação, sofrimento e submissão à violência, aparece também como vantajoso em certos momentos. Estar no Seguro é, portanto, estar em constante tensão – protegido pelos funcionários, ameaçado pelos adolescentes.

Apresentamos o Seguro, uma caricatura da FEBEM e da sociedade, em que é visível o quanto há a necessidade de se estabelecer um diferente para se opor, excluir e estigmatizar. Um lugar onde ficam os “sem moral” para que toda a parcela restante de pessoas se identifique na normalidade. Um grupo de pessoas consideradas não dignas, inferiores, a quem se pode submeter, violentar, abusar, ameaçar de morte, tomar como objeto para satisfação de necessidades, ter como meio para conquista de outros fins.

Também um conjunto de estigmatizados que, ao perceber que não são tratados com igualdade nas relações mistas, agem com violência ou tiram proveito de seu estigma – vitimizam-se, conseguem benefícios secundários, unem-se a seus pares para obter força. Retomamos as palavras de Goffman (1963/1988, p. 148): “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude das normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro”,

... a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade. (...) Pode-se, portanto, suspeitar de que o papel dos normais e o papel dos estigmatizados são parte do mesmo complexo, recortes do mesmo tecido-padrão (Goffman, 1963/1988, p.141).

Relações de poder, forças de ação e reação: polícia-delinquentes, sociedade-infratores, convívio-Seguro, funcionários-adolescentes... Um não existe sem o outro, um só se fortalece em contraposição ao grupo oposto... Oposto... Ou seria o mesmo?

E mais uma notícia de jornal, em 12.12.2005:

A Corte da Organização dos Estados Americanos (OEA) divulgou hoje as oito medidas que ordena que o Brasil cumpra em relação aos internos do Complexo do Tatuapé da Febem de São Paulo. A corte pede que os maus-tratos físicos sejam interrompidos, inclusive as internações prolongadas, chamadas "trancas". O documento pede que o Estado adote "medidas necessárias para impedir que os jovens internos sejam submetidos a tratamentos cruéis, inumanos ou degradantes, entre eles encarceramentos prolongados e maus-tratos físicos". A OEA ainda ordena que os responsáveis pelas torturas sejam identificados e punidos. Caso o governo federal não cumpra as ordens, há chances do Brasil ser condenado em processo sobre o caso e sofrer sanções econômicas e políticas. A ordem da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA ainda pede que o governo paulista tome medidas necessárias para impedir rebeliões, de forma a garantir a vida e a integridade física dos

internos e demais pessoas no interior das unidades. A Febem paulista deve ainda reduzir significativamente o número de jovens nas unidades. As armas em poder dos internos deverão ser confiscadas; os jovens separados conforme padrões internacionais e auxílio médico deve estar disponível a fim de garantir a integridade pessoal. Uma lista atualizada com detalhes dos jovens internos de Tatuapé deve ser enviada à Corte, que também cobrou um relatório, a cada dois meses, sobre a adoção das ordens. É a primeira vez que a Corte internacional adota medidas específicas para proteger crianças e adolescentes que se encontram em estabelecimentos estatais de detenção. A decisão foi proferida pelo órgão no último dia 30 de novembro, na sua sede, na Costa Rica, mas só foi divulgada oficialmente no Brasil hoje.

(<http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI793755-EI306,00.html>)

Impedir maus tratos: proteger. Impedir rebeliões: silenciar. Proposta: redução do número de jovens nas unidades. Espanto: a necessidade de uma organização internacional em um país que tem uma das legislações mais avançadas no que se refere à criança e adolescência. Quem sabe assim haja intervenção em um panorama que vem de longa data.

Propomos agora uma breve retomada histórica, para manutenção de um questionamento e da indignação como emoção principal: a história, para provocar.

4.2. Um pouco de história, para provocar.

“Penso que as coisas aparecem com mais clareza se as retomamos historicamente”.(Foucault, 2003, p. 75)

A FEBEM é a instituição que tem como função proteger e educar os adolescentes, inserí-los em uma situação de trabalho e profissionalização. Guirado (2004) fala na conservação em situação de abandono e infração como objeto institucional da FEBEM. Que práticas nela se repetem e se legitimam?

Teixeira, em 2002, defendeu tese de doutoramento em que traçou uma retrospectiva histórica da FEBEM desde os anos 70 até 2000. Conta que a UE-15 foi a primeira unidade para “menores infratores” da FEBEM em São Paulo. Criada na segunda metade da década de 70 foi “planejada por uma equipe de técnicos competentes que vislumbrava o futuro, buscava um conhecimento científico que superasse o senso comum e as concepções assistencialistas e repressivas no trato com estes adolescentes” (Teixeira, 2002, p. 99). Com 120 jovens do sexo masculino, entre 14 e 18 anos, possuía algumas práticas que auxiliavam na desinstitucionalização: adolescentes que avançavam na escolaridade podiam frequentar escola no bairro, havia saída de meninos de acordo com seu comportamento, havia grupo de discussão entre adolescentes, supervisionados por um coordenador. Mesmo assim, “as fugas na UE-15 eram bastante frequentes” (Teixeira, 2002, p.92). Porém eram iniciativas individuais: “ela nunca ocorreu a partir da organização de um grupo ou como um motim ou rebelião” (Teixeira, 2002, p. 98).

Nos anos 80, a FEBEM era um mosaico, onde se mesclavam práticas repressivas e propostas inovadoras. Dá o exemplo de Sérgio que, interno em uma unidade para jovens de alta periculosidade, se relacionava de forma adequada com seus companheiros de internação e funcionários. Tinha boa argumentação, era organizado em suas tarefas e ocupava posição de liderança entre os internos. “A história de Sérgio em seu percurso biográfico e particularmente na trajetória pela instituição FEBEM acaba por revelar, ao mesmo tempo, o paradoxo deste desafio: a potência e a impotência” (Teixeira, 2002, p. 142): Sérgio, adolescente que demonstrava atitudes consideradas adequadas para sua desinternação em todas as suas passagens (foi internado mais de uma vez), constituiu

família e foi visitado pela autora quando já era mais velho. Terminou em uma manchete de jornal que anunciava seu assassinato como líder do PCC²⁰.

Sobre a década de 90, vamos nos deter em alguns episódios. Costa (1998) conta sua experiência no “Projeto da DT-2” (Divisão Técnica da Capital), que, em linhas gerais, “se iniciava fazendo a crítica do atendimento nos grandes Complexos e Unidades, e apontava para a sua gradativa desinstitucionalização (...) que fossem desativados progressivamente os grandes Complexos e Unidades, e substituídos por “casas de convivência””. (Costa, 1998, p.137). No período de 89/91, depois de quatro mudanças de diretoria, a divisão passava por momento de indefinição, suas unidades estavam desarticuladas. Em outubro de 1992 irrompe uma rebelião no Complexo Imigrantes, com destruição dos prédios pelo fogo, morte de um adolescente e “as casas de convivência necessárias para a completa desativação do Complexo Imigrantes (...) foram finalmente entregues à DT-2” (Costa, 1998, p. 147). Finaliza: “eterno jogo do instituinte e do instituído: a DT-2 se livrava do Complexo Imigrantes, e, *non sense*, a FEBEM logo em seguida o reativava”. (Costa, 1998, p. 148).

Vicentin (2005) faz uma retrospectiva cronológica de eventos ocorridos na FEBEM/SP entre 14/10/1999 e 27/04/2001²¹, onde se pode ver o crescente número de ocorrências, cada vez mais graves e a repetição de um ciclo marcado por violência. Descreve uma série de situações de rebelião, contenção, invasão da Tropa de Choque, denúncias de maus tratos, afastamento de funcionários, demissões.

Em setembro de 99, o Complexo do Tatuapé enfrentou seis fugas em menos de sete dias, enquanto no Complexo Imigrantes, foco da FEBEM por conta de suas más condições, há uma fuga recorde de 644 adolescentes. No mês seguinte, eclodiu mais uma grande rebelião neste complexo, com 58 adolescentes feridos e a morte de quatro - um deles decapitado - e a destruição de três prédios - “no motim mais violento da história da fundação” (Vicentin, 2005, p. 299). Logo em seguida,

04/11/1999 - “Covas promete construir mais 20 Febens - O governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), anunciou ontem a construção de 20 novas unidades da Febem até julho do ano 2000 (...) dando início ao processo de descentralização do atendimento. (...) "A idéia é chegar a julho em um estágio bem melhor. Ainda não vai ser o ideal, mas a

²⁰ Primeiro Comando da Capital, uma organização criminosa existente em São Paulo.

²¹ Para maior precisão nos fatos históricos, recomendamos a leitura dessa obra.

situação vai melhorar", prometeu Covas. (...) A Febem é a prioridade", declarou o governador". (Cabral, 1999).

Em fevereiro de 2000, voltaram a acontecer uma série de rebeliões e, em 09 de maio daquele ano, as unidades de Franco da Rocha - com obras ainda inacabadas e que tinham acabado de receber 280 adolescentes de transferência – passaram pelo seu segundo dia consecutivo de rebelião. As constantes rebeliões, fugas e contenção pela Tropa de Choque fizeram com que a situação se repetisse mês a mês, ano a ano.

Em abril de 2001, a FEBEM recebeu a visita da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, e a Secretaria do Desenvolvimento Social se compromete a, até o final de 2002, desativar os complexos de Franco da Rocha e do Tatuapé. A solução proposta era, mais uma vez, a construção de unidades no interior visando reduzir a superlotação na capital. As unidades da Vila Maria foram construídas em abril de 2003, com estrutura semelhante a presídios. Em 2004, foram fechadas as unidades 30 e 31 de Franco da Rocha, por conta de denúncias de maus tratos e tortura – eram de alta contenção.

Voltamos, então, para o capítulo introdutório desta dissertação. O início de 2005 foi marcado pela demissão de funcionários antigos sob acusação de maus tratos. Em seguida, a FEBEM registrou a maior rebelião desde 1999: “Cerca de 800 internos, de oito das 18 unidades do complexo Tatuapé (zona leste), fizeram motim” (Penteado, 2005a). Em novembro, a instituição contabilizava 34 rebeliões, dentre as quais, 18 somente no Complexo do Tatuapé.

Foi em 2005 que a presidência da FEBEM se tornou um cargo exclusivo - não mais atrelado a secretarias - e a nomeação da ex-secretária-adjunta da Secretaria da Administração Penitenciária, Berenice Maria Gianella. Em março, novas promessas de mudança: a utopia lançada novamente com a descentralização da FEBEM, a criação de unidades menores no interior:

27.03.2005 - “O pacote FEBEM - Apesar do longo atraso, é bem-vindo o pacote anunciado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, para reestruturar a Febem. Sintomaticamente, o plano veio a público em meio a uma onda de revoltas na instituição. (...) Além de programas como o Jovem Cidadão, que visa criar 500 postos de trabalho anuais para egressos da instituição, e da ampliação da assistência jurídica, o conjunto de propostas prevê mudanças estruturais. Em linhas gerais, o pacote procura

acabar com o gigantismo de alguns complexos, regionalizar a distribuição dos jovens de modo a dividir a responsabilidade com as prefeituras e estimular penas alternativas que evitem ao máximo a internação. A principal medida, portanto, é a descentralização da Febem. (...) O governo anuncia agora a construção de 41 novas unidades, com 40 vagas em cada uma, em nove cidades”.

(<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2703200502.htm>)

Notar as semelhanças é inevitável:

Há 6 anos, 4 morreram no complexo da Imigrantes e Covas anunciou regionalização da FEBEM - Motins e promessas repetem crise de 1999 - Primeiro, rebeliões, fugas em massa, descontrole e destruição. Depois, internos enviados provisoriamente para presídios, pacote de medidas que prioriza a descentralização e promessa de criar unidades mesmo sem o consentimento dos municípios. (Penteado, 2005b).

Quais são as práticas que se repetem e se legitimam caracterizando essa instituição? O adolescente autor de ato infracional, a FEBEM e as autoridades que dela estão encarregadas adquirem cada vez maior visibilidade. A mídia explora os acontecimentos violentos e as rebeliões, transmitindo pela televisão, ao vivo, imagens de espancamentos, luta entre internos e funcionários. Produz-se a imagem de um adolescente perigoso e a crença na necessidade de maior repressão e violência.

Todos estes episódios vão desenhando uma situação limite, demonstrando o funcionamento de uma máquina perversa que torna óbvia sua incapacidade de cumprir a sua função não mais educativa, mas pelo menos, protetiva. Nestas circunstâncias, a questão não é mais a implementação do ECA mas assegurar a sobrevivência física, psíquica de adolescentes (...) a dignidade. (Teixeira, 2002, p.211).

Novas iniciativas? Unidades menores? Desinstitucionalização? Projetos e mais projetos que se iniciam e têm o mesmo fim: expulsão silenciosa pela FEBEM, unidades em rebelião ou destruídas que obrigam as pessoas a se retirarem. Repetem-se as tentativas de sair do senso comum, aumentam estudos de acadêmicos que trazem novas propostas. O que não dá certo? Retomamos trecho escrito por Costa (1998), sobre o Projeto DT-2:

O fato é, que, nas suas entrelinhas, o “Projeto” constituía um evento que afrontava diretamente a ordem institucional, ou seja, as maneiras através das quais as coisas eram vividas e feitas; a própria velocidade das ações da DT-2, as demandas que impunha a outros setores da instituição, as ressonâncias de seu processo de desinstitucionalização terminavam, no fim das contas, questionando radicalmente a própria instituição. (...)

Obrigava a instituição a se auto-organizar, contra sua vontade, contra sua maneira de produzir-se e reproduzir-se; desativar um grande complexo como o da Imigrantes significava, ao mesmo tempo, rejeitar e abrir mão de todo um complexo obsoleto (e, no entanto, ainda vivo) de funcionamento erguido durante anos e anos (...), trabalhar num movimento que apontava para “fora”.(Costa, 1998, p. 144)

E conclui: “Em suma, o Projeto, ressoando para além dos limites da DT-2, atingia a outros setores da instituição, obrigando-os a movimentarem-se, a operarem segundo uma outra lógica de funcionamento, o que acabou por estabelecer uma série de conflitos e intrigas” (Costa, 1998, p. 145). Projetos inovadores são resistências frente ao domínio da institucionalização, da homogeneização. São submetidos à descontinuidade, que impede a construção de histórias, de processo, de futuro.

Ao iniciar prefácio do livro “A vida em rebelião – jovens em conflito com a lei” (Vicentin, 2005), Adorno escreve: “este livro trata de nossa contemporaneidade, de nossas incertezas e vacilações, da ausência de horizontes futuros, da falência das utopias. (...) A violência nas suas múltiplas dimensões e alcances (...) se encarregou de dissipar ilusões”. (Adorno, 2005, p. 11). Em Foucault, retomamos estudos sobre a prisão. Ele declara parar seus estudos nos anos de 1840, ao perceber o início da concubinação entre a polícia e a delinqüência e o fracasso da prisão que se propõe a reeducar e reinserir: “a prisão não reforma, mas fabrica a delinqüência e os delinqüentes. É este o momento em que se percebe os benefícios que se pode tirar desta fabricação. Estes delinqüentes podem servir para alguma coisa, pelo menos para vigiar os delinqüentes” (Foucault, 1988, p.136).

O funcionamento dos adolescentes nos mostra um contínuo de relações de violência. Criam uma forma de estigmatizar os “sem moral”, para se diferenciar. No Seguro, adolescentes com características semelhantes aos do convívio. O sistema disciplinar, nas suas estratégias mais fundamentais, produz uma delinqüência que vigia a si própria. A FEBEM, local de exclusão dos “sem moral” da sociedade, repete e legitima práticas de contenção, submissão... Relações de violência. Foucault (1988) explicita os benefícios dessa tensão sociedade-delinqüentes:

A sociedade sem delinqüência foi um sonho do séc. XVIII que depois acabou. A delinqüência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinqüência. Sem delinqüência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinqüente? Você fala

de um ganho prodigioso. Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isto. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinqüentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinqüentes? (Foucault, 1988, p. 137-8)

Relações de poder em que um pólo não existe sem seu oposto, em que estes se fortalecem em conjunto, marcando suas diferenças e rivalidades. Uma situação que se repete e se legitima, forças de ação e reação que se opõem, criando uma tensão que cada vez é mais diminuída pela violência que caracteriza a FEBEM nos dias atuais. Por fim, propomos a leitura de um trecho do livro “O Evangelho Segundo Jesus Cristo”, onde Saramago (1991) escreve um diálogo em que o Diabo fala a Deus:

Quero hoje fazer bom uso do coração que tenho, aceito e quero que o teu poder se alargue a todos os extremos da terra, sem que tenha de morrer tanta gente, e pois que tudo aquilo que te desobedece e nega, dizes que é fruto do Mal que eu sou e ando a governar no mundo, a minha proposta é que tornes a receber-me no teu céu, perdoado dos males passados pelos que no futuro não terei de cometer, que aceites e guardes a minha obediência, como nos tempos felizes em que fui um dos teus anjos predilectos, Lúcifer me chamavas, o que a luz levava, antes que uma ambição de ser igual a ti me devorasse a alma e me fizesse rebelar contra a tua autoridade, E por que haveria eu de perdoar-te, não me dirás, Porque se o fizeres, se usares comigo, agora, daquele mesmo perdão que no futuro prometerás tão facilmente à esquerda e à direita, então, acaba-se aqui hoje o Mal, teu filho não precisará morrer, o teu reino será, não apenas esta terra de hebreus, mas o mundo inteiro, conhecido e por conhecer, e mais do que o mundo, o universo, por toda a parte o Bem governará (...), Lá que tens talento para enredar almas e perdê-las, isso sabia eu, mas discurso assim nunca te tinha ouvido, um talento oratório, uma lábria, não há dúvida, quase me convencias, Não me aceites, não me perdoas, Não te aceito, não te perdôo, quero-te como és, e, se possível, ainda pior do que és agora, Porquê, Porque este Bem que eu sou não existiria sem esse Mal que tu és, um Bem que tivesse de existir sem ti seria inconcebível, a um tal ponto que nem eu posso imaginá-lo, enfim, se tu acabas, eu acabo, para que eu seja o Bem, é necessário que tu continues a ser o Mal, se o Diabo não vive como Diabo, Deus não vive como Deus, morte de um seria a morte do outro, É tua última palavra, A primeira e a última, a primeira porque foi a primeira vez que eu a disse, a última porque não a repetirei. (Saramago, 1991, p. 392-393).

O que estamos fazendo? Nesse jogo de forças existente, qual nossa ação, nosso alcance, nossa possibilidade? Vemos a supremacia de um grupo e a submissão de outro,

cada vez mais pautada em relações de violência. Há toda uma situação que se reproduz. Retomamos a fala de Vicentin (2005, p. 20): “é impossível passar pela FEBEM (...) sem que nos posicionemos ética e politicamente de modo muito intenso. De certo modo, desde meu primeiro contato com a FEBEM/SP, não parei de experimentar uma necessidade de rebelião”. Rebelião como resistência, como criação, resposta, produção. Seja qual for o grupo em posição de domínio, há que ser possível, sempre, estabelecer resistências.

Os adolescentes, autorizados a falar nessa pesquisa, provocaram, produziram em nós uma necessidade de rever pré-concepções, pressupostos, questionar, visitar abordagens... Produziram movimento. Importante seria não paralisar, não naturalizar, não reduzir diferenças, transgredir sempre que necessário. Nós, com as análises e os discursos, buscamos, nesse mesmo sentido, resistir, provocar, fazer com que todos se perguntem: com que olhar estamos vendo a FEBEM? Qual é a lente que cobre nossos olhos?

Mais uma vez, recorremos à fala dos adolescentes:

Eu também fui pro Seguro lá. Eu fui pro Seguro.(...) Foi por causa de uma rebelião. Eu tava numa rebelião, aí eles quiseram pegar os funça de refém. Aí, o moleque falou assim prá mim: ‘O D., fica com esse funça de refém aqui’. Aí eu falei assim: ‘Firmeza’. Aí, tava eu e o funça, assim. Aí o funça tava de olho no pátio e eu tava com uma faca na mão. Daí, era o Sr. N., virou e falou assim: ‘Nossa, D., você vai fazer isso? Logo comigo, D.?’ Aí, eu falei assim: ‘Nossa, Sr. N., não tem como soltar o senhor agora’.(...) Ele falou assim: ‘Claro que tem, ó a porta, D. Eu tenho a chave da porta, tá lá dentro da coordenadoria’. Aí, eu peguei e falei assim: ‘O senhor sabe onde tá a chave?’ ‘Ah, tá embaixo do tapete, tal, eu que escondi’. Aí eu fui lá, a chave tava embaixo do tapete. Aí eu vi que os cara tava na outra ala, aí eu peguei e abri a porta. Falei assim: ‘Vai Sr. N., vaza’. Aí ele pegou: ‘foge comigo, foge comigo ou os cara vai matar você’. Daí ele foi e trancou a porta. Aí eu fui com os cara: ‘vamo subir aí no Seguro’.

Resistir, sempre. Chamar para a relação, pois é em cada interação com outros que os sujeitos podem questionar aquilo que lhes parece imperativo. É cada relação social que constrói, em ambos, a mudança. Retornamos ao título deste capítulo: essas são considerações possíveis até o presente momento, trazidas com a vontade de que elas não sejam realmente finais, esperando que esse trabalho provoque considerações futuras.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, M., Waiselfisz, J. J., Andrade, C. C., Rua, M. G. (2002). *Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Adorno, S. & La Taille (2000). Ética e violência. In: Abramo, H. W., Freitas, M. V., Sposito, M. P. (org.). *Juventude em Debate*. (PP.97 – 134). São Paulo: Cortez
- Adorno, S. (1991). *A prisão sob a ótica de seus protagonistas – itinerário de uma pesquisa*. Tempo Social; Revista Sociol. USP (Vol.3) : 7-40.
- Adorno, S. (2005). Rumor das ruas, clamor das instituições. In: Vicentin, M. C. G. (2005). *A vida em rebelião – jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec: Fapesp.
- Ataíde, M. A. (2002). *Um cidadão brasileiro: o adolescente autor de ato infracional e a medida socioeducativa de prestação de serviços a comunidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Aun, H. A. (2005). *Trágico avesso do mundo: narrativas de uma prática psicológica numa instituição para jovens infratores*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Cardoso, I. (1997). *Utopia e mal-estar na Cultura: Perspectivas Psicanalíticas*. São Paulo: Hucitec.
- Cecchetto, F. (2003). As galeras funk cariocas: entre o lúdico e o violento. In: Vianna, H. (Org.) *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Comte-Sponville, A. (1995). *Pequeno tratado das grandes virtudes*. (E. Brandão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- Cortella, M. S. & La Taille, Y. (2005). *Nos labirintos da moral*. Campinas: Papyrus.
- Costa, S. S. G. (1998). *Subjetividade e menor-idade: acompanhando o devir dos profissionais do social*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desportos.
- Credendio, J. E. & Hisayasu, A. (2005). Espancamento e fuga. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 19 fev. 2005: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1802200501.htm>

- Cury, M. (2004). Prefácio. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. - CENPEC. *Educação e Cidadania: proposta pedagógica*. Coleção Educação e Cidadania. São Paulo: CENPEC: FEBEM: SEE/SP.
- Dias da Silva, R. B. (1997). Abolicionismo penal e os adolescentes no Brasil. In: Dias da Silva, R. B. & Passetti, E. (Org.). *Conversações abolicionistas – uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. (pp. 129-138). São Paulo: IBCCrim.
- Dias da Silva, R. B. (2003). *A remissão para exclusão do processo como direito dos adolescentes – uma interpretação conforme a constituição*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor.
- Enriquez, E. (2001). O papel do sujeito na dinâmica social. In: Lévy, A., Nicolăi, A., Enriquez, E. & Dubost, J. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. (M. N. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo, S. Roedel, Trad. e Org.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Estatuto da criança e do adolescente de 1990. In: *Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Lei de Diretrizes e Bases* (1999). São Paulo: FABES & Prefeitura do Município de São Paulo.
- Foucault, M. (1977). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. (3^a. ed.) (J. G. Albuquerque, M. T. C. Albuquerque, Trad.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1984). Deux essais sur le sujet et le pouvoir. In: Dreyfus, H. & Rabinow, P. *Michel Foucault, un parcours philosophique : au-delà de l'objectivité et de la subjectivité*. (pp 297-321). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1988). *Microfísica do Poder*. (7^a. ed.) (R. Machado, Trad. e Org.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1994). *Dits et écrits*. (D. Defert, Ed., F. Ewald, Col.). Paris: Gallimard.
- Foucault, M. (1996/2002). *A verdade e as formas jurídicas*. (3^a ed.) (R. C. M. Machado, E. J. Moraes & L.P.A. Novaes, Trad.).Rio de Janeiro: NAU.
- Foucault, M. (1997). *Resumo dos cursos do Collège de France*. (A. Daher, Trad., R. Machado, Consultoria). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. (M. E. Galvão, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.

- Foucault, M. (2003). *Ditos e escritos IV: Estratégia, poder-saber*. (M. B. Motta, Org. V. L. A. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M.(1987/2001). *Vigiar e Punir*. (24^a ed.) (R. Ramalheite, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. *Estatuto da FEBEM/SP* – Recuperado em 20 de junho de 2003: www.febem.org
- Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. (2004). *Regimento interno das Unidades de Internação da FEBEM*. (2^a. Ed.) São Paulo: Escola Profissionalizante “Marina V. C. Mesquita”: FEBEM.
- Goffman, E. (1961). *Manicômios, prisões e conventos*. (6^a. Ed.) (D. M. Leite, Trad., A. C. Souza, Revisão). São Paulo: Perspectiva.
- Goffman, E. (1963/1988). *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. (4^a. Ed.) (M. B. M. L. Nunes, Trad.) Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Guará, I. M. F. R. (2000). *O crime não compensa, mas não admite falhas – padrões morais dos jovens autores de infração*. Tese de doutorado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Guará, I. M. F. R. (2004). A questão moral e os jovens privados de liberdade: dissonâncias e possibilidades de uma ação educativa. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. - CENPEC. *Educação e Cidadania: proposta pedagógica*. Coleção Educação e Cidadania. São Paulo: CENPEC: FEBEM: SEE/SP.
- Guimarães, M. E. (2003). *Escolas, galeras e narcotráfico*. (2^a. ed.) Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Guirado, M. (2004). *Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono*. (ed. rev. e ampl.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guirado, M.. (1987). *Psicologia Institucional*. São Paulo: EPU.
- La Taille, Y. (2001). A questão da indisciplina: ética, virtudes e educação. In: Demo, P. (Org.). *Grandes pensadores em educação: o desafio da aprendizagem, da formação moral e da avaliação*. Porto Alegre: Editora Mediação.
- La Taille, Y. (2002) *Vergonha, a ferida moral*. Petrópolis: Vozes.

- Lévy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais – sentido e crise do sentido*. (E. D. Galery, M. E. A. T. Lima, N. M. Franco, Trad.; M. N. M. Machado, Revisão técnica). Belo Horizonte: Autêntica: FUMEC.
- Lopes, R. (1998). *Atualidades do discurso disciplinar: a representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Machado, R. (1988). Por uma genealogia do poder. In: Foucault, M. (1988). *Microfísica do Poder*. (7^a. ed.) (R. Machado, Trad. e Org.). Rio de Janeiro: Graal.
- Menin, M. S. S. (2003). *Atitudes de adolescentes frente à delinquência como representações sociais*. *Psicologia: Reflexões e Crítica*, 16, pp. 125 – 135.
- Morato, H. T. P. & Schmidt, M. L. S. (1999). Aprendizagem significativa e experiência: um grupo de encontro em instituição acadêmica. In: Morato, H. T. P. (Org.), *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa: Novos desafios* (pp. 117-130). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Moura, L. C. (2005). *Estado penal e jovens encarcerados: uma história de confinamento*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Nascimento, L. P., Cruz, D. V., Pontes, R. G. (2004). *Ingresso para a FEBEM*. São Paulo: Labortexto Editorial & Noovha América.
- Oliveira, S. M. (1997). Princípio binário no Direito Penal Moderno e no Abolicionismo. In: In: Dias da Silva, R. B. & Passetti, E. (Org.). *Conversações abolicionistas – uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. (pp. 155-166). São Paulo: IBCCrim.
- Passetti, E. (1982). *Política Nacional do Bem-Estar do Menor*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Passetti, E. (Coord.) (1995). *Violentados: crianças, adolescentes e justiça*. São Paulo: Imaginário.
- Penteado, G. (2005a). FEBEM registra maior rebelião desde 99. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 25 fev.2005: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2302200536.htm>
- Penteado, G. (2005b). Motins e promessas repetem crise de 1999. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 21.mar.2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1903200505.htm>

- Penteadó, G. & Ramos, V. (2005). FEBEM tem motim, fugas e recorde de feridos. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 26. nov. 2005: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2311200520.htm>
- Piaget, J. (1932/1994). *O juízo moral na criança*. (2ª ed.). (E. Lenardon, trad.). São Paulo: Summus.
- Piaget, J. (1963/1975). *Estudos Sociológicos*. (R. di Piero, trad.). Rio de Janeiro: Forense.
- Piaget, J. (1964/1978). *Seis Estudos de Psicologia*. (24ª. ed. Revista) (D'Amorin, M.A.M. & Silva, S. L., trad.) Rio de Janeiro : Forense Universitária LTDA.
- Piaget, J., Inhelder, B. (1966/1998). *A psicologia da criança* (15ª ed.) (O. M. Cajado, trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ramos, R. J. (2004). *Relações de poder e ação profissional: limites e possibilidades da prática profissional no contexto institucional da FEBEM/SP*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Ramos, V. (2005). Alckmin demite 1.751 monitores da Febem e faz contratação emergencial. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 21 de fev de 2005: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1802200501.htm>
- Saramago, J. (1991). *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sarti, C. A. (2004). Aberturas e impasses na reestruturação da FEBEM. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. - CENPEC. *Educação e Cidadania: proposta pedagógica*. Coleção Educação e Cidadania. São Paulo: CENPEC: FEBEM: SEE/SP.
- Sayão, Y. (2004). Adolescências. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. - CENPEC. *Educação e Cidadania: proposta pedagógica*. Coleção Educação e Cidadania. São Paulo: CENPEC: FEBEM: SEE/SP.
- Sayão, Y. (2004b). Políticas públicas de atendimento à infância e adolescência: a história do ECA. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. - CENPEC. *Educação e Cidadania: proposta pedagógica*. Coleção Educação e Cidadania. São Paulo: CENPEC: FEBEM: SEE/SP.

- Silva Jr., H. (2005). O desafio da FEBEM. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 02 dez. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2911200509.htm>
- Teixeira, M. L. T. (2002). *Adolescência-violência: uma ferida de nosso tempo*. Tese de doutorado, Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Varella, D. (1999). *Estação Carandiru*. São Paulo: Cia. Das Letras.
- Varella, B. (2004). Jovens e infração. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. - CENPEC. *Educação e Cidadania: proposta pedagógica*. Coleção Educação e Cidadania. São Paulo: CENPEC: FEBEM: SEE/SP.
- Vicentin, M. C. G. (2004). Violência juvenil x garantia de direitos. In: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. - CENPEC. *Educação e Cidadania: proposta pedagógica*. Coleção Educação e Cidadania. São Paulo: CENPEC: FEBEM: SEE/SP.
- Vicentin, M. C. G. (2005). *A vida em rebelião – jovens em conflito com a lei*. São Paulo: Hucitec: Fapesp.
- Vieira, O. V. (2005). Inimigo imaginário. *Folha de S. Paulo*. Recuperado em 30 nov. 2005. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2511200510.htm>
- Vieira, R. A. F. (2003). *O ato infracional na perspectiva do adolescente em conflito com a lei: um estudo sócio-histórico*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Violante, M. L.V. (1985). *O dilema do decente malandro*. São Paulo: Cortez.
- Zaluar, A. (2003). Gangues, galeras e quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: Vianna, H. (Org.) *Galeras Cariocas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

ANEXOS

ANEXO 1: carta de apresentação à FEBEM/SP

São Paulo, 13 de abril de 2004.

À
Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM/SP

Solicito autorização para realização de pesquisa nesta instituição. Como aluna do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de São Paulo, pretendo desenvolver uma pesquisa acerca do universo moral de adolescentes autores de ato infracional, internos na FEBEM/SP. A realização dessa e sua comunicação, via dissertação, configuram requisito necessário para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Para atingir os objetivos da pesquisa, pretendo realizar entrevistas com alguns adolescentes. A participação desses será inteiramente voluntária. Os sujeitos convidados para a entrevista poderão se recusar a participar, bem como retirar seu consentimento em qualquer fase do desenvolvimento da pesquisa. Os nomes dos participantes, a unidade e o complexo ao qual pertencem serão mantidos em sigilo, bem como os nomes e unidades citados, pelos adolescentes, nas entrevistas.

Após o término da pesquisa, a Fundação terá acesso à dissertação publicada.

No aguardo de parecer favorável, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.
Respeitosamente,

Natália Felix de Carvalho Noguchi
Mestranda em Psicologia
CRP 70914

ANEXO 2: Declaração da diretoria do Instituto de Psicologia USP

ANEXO 3: Declaração do orientador da dissertação

ANEXO 4: Autorização do Departamento de Execuções da Infância e da Juventude - DEIJ

ANEXO 5: Termo de consentimento aos adolescentes

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

Eu..... declaro, para os devidos fins, meu consentimento de participação na pesquisa realizada por Natália Felix de Carvalho Noguchi.

Fui informado devidamente que as entrevistas serão utilizadas para uma pesquisa e, dessa forma, permito a gravação das mesmas e divulgação das informações, desde que não identifiquem meu nome e o nome da instituição que frequento.

Estou ciente de que posso deixar a participação na pesquisa a qualquer momento.

.....
Assinatura e data.

GLOSSÁRIO²²

“É a linguagem que nós tem, que é diferente do Mundão. (...) aqui, na FEBEM, rola uma maldade, né, senhora” (trecho de entrevista).

Bicar: *“Eu vi um menor aí que ele tentou bicar a do outro, querer ver o mal do outro. Isso daí é bic, isqueirinho sem gás”.*

Boi: *“Banheiro, também, na hora que tiver visita no pátio não pode tomar ducha no boi”.*

Bonde: *“Subiu prá outra unidade”. “Vamo ser obrigado a mudar ele prá outro unidade”. Aí, vamos supor, eu no caso, acabo indo de bonde prá lá prá unidade”.*

Canecas: *“Caneca é o desandão”*

Cagüetar: *“Ah, é, tipo, por exemplo, assim, eu tô em três, a gente vai e rouba, por exemplo, um posto de gasolina. Aí, infelizmente, cai a casa, a polícia pega a gente, ou talvez pega só um de nós e os outros consegue fugir. Daí, aquele que foi preso, sabe, entrega os companheiros. Aí, tipo, não pode, né, delatar, né?”.*

Cinco: *“Cinco é Seguro, não pode trocar com convívio, senhora”.*

Coruja: *“Cueca, senhora”.*

Desandar, desandão: *“O moleque pega e, vamos supor, faz um sexo oral, pra falar uma palavra mais científica, assim, pra senhora não ficar encabulada. Faz um sexo oral com um moleque, com aqueles moleque”; “É que desanda pros outros aí. (...) Ah (ri)... Dá a bunda, né?”.*

Descascar: *“É mesma coisa de tirar castelo (...) bater punheta, esses bagulho”.*

Destacar: *“Pra nós, é que não pode conviver com nós”.*

Enterrar: *“Enterrado é já era, não pode nem mexer no assunto. Porque quem mexe no que tá enterrado é coveiro”.*

Entrar na mente: *“Nós vai conversando, trocando uma idéia, tipo jogando uma idéia nele, pique vai fazendo ele se condenar com as palavras dele”.*

Furar a lupa: *“Ficar avistando. Se você avistar de relance e olhar pro lado, tudo bem. Só que se você ficar avistando e alguém olhar, você vai pro Seguro”.*

Galinagem: *“Galinagem é brincadeira, pra lá e pra cá. Um dando soco no outro aí”.*

²² Optamos por inserir a fala dos adolescentes, explicando o significado das gírias por eles utilizadas.

Isqueirar: *“Um maluco que não vai com a cara da senhora e tal quer que quer passar a senhora pelo errado, sendo que a senhora não deu aquele pé que ele quer”; “Isqueirar é passar você como errado sendo que você tá certo”.*

Jega: *“Na jega do menor, assim, não pode sentar de coruja...(…) cueca, senhora. Não pode sentar, é... De cueca na cama”.*

Jogar massa: *“Ficar jogando massa. (...) Mentir”.*

Maquininha: *“Palitando, celofonando, fazendo o trampo dos caras”.*

Mixa: *“Se você der uma falha em qualquer cadeia, pra onde você for, você tem mixa”.*

Mula: *“Porque é muita galinhagem assim, muita mula”.*

Pagar uma rajada: *“Ele só avistou, tal, um olhar diferente e pensou que a mãe do outro já tava interessada por ele. Aí, falou prá nós: ‘aí, a mãe do D. pagou uma rajadinha prá mim e tal’”.*

Patifaria: *“Levantar casa prá pedir barra de chocolate”; “ assim, ó, uma besteira”; “começo a crescer na patifaria junto com os caras, pegando menor, catando funcionário”; “essa casa aqui é mó patifaria, senhora, não tem idéia”.*

Pescar: *“Pescar é olhar”.*

Pilantra: *“Pilantra é Seguro. Pilantra não é mais bandido”.*

Pilantragem: *Tipo, pegar droga fiado e não pagar. Ou talvez fazer, sabe, esses caras que roubam botijão de gás, bala, assim...*

Piloto: *Cada barraco tem um piloto, senhora. (...) Piloto é quem manda no barraco.*

Psicológico – dar um psicológico: *É pra testar vagabundo. Quando chegar moleque de outra unidade, (...) os cara dá um psicológico. (...) Você joga um verde no cara: “aí, mano, fiquei sabendo que você era estrupador no Mundão”, “fiquei sabendo que você era cagüeta”. Daí, se o cara ficar com medo, assim, fica com uma cara de assustado, é porque alguma coisa ele tem, ele é.*

Ramelar: *“Ramelada é ele... Como eu posso te dizer? Ele não saber se explicar, não saber se... Não tem uma palavra específica pra te dizer, mas é ele não saber como trocar uma idéia, conversar. Tipo ele... Ele, pique deu um pé. Pé, aqui dentro, é você fazer uma coisa errada. Ele deu um pé, só que ele vai trocar idéia com os malucos, os mais velhos da casa”.*

Ratiar: *“Os cara que ratia os bagulho dos cara. (...) Os cara que, tipo assim, é assim, é sua aquela caneta, aí nós tava queimando uma idéia. Aí você sai. Quando você chega, a caneta não tá lá mais.(...) Querer, sabe, tomar as coisas do outro”.*

Sangue-bom: *“Todas as pessoas que não eram do Seguro. Eles falam que é ‘sangue-bom’”*.

Tomar um couro: *“Apanhava (...). Moleque ficava cheio de pancada e tal”*.

Trabalhar para outro adolescente, na unidade: *“Ele tava no convívio, mas só que ele tava trabalhando infinito pros moleque.(...) Infinito é você estar no infinito, até você ir embora, vai ficar lá dobrando papel, celofane. Ele trampava pra um moleque que foi de bonde pra UV daqui”*.

Xepar, xepa: *“Ele ficou três dias sem xepar. Sem tomar café, sem almoçar e sem jantar”*.

Xerifar: *“Tipo assim, a senhora chegou ontem na casa, na FEBEM, a senhora é igual todo mundo, senhora. Aí, a senhora vai, a senhora tipo vai passando, vai passando, vai passando o tempo, a senhora vai se crescendo, se crescendo. Vamos supor, a senhora é mais forte que todo mundo e tal, tá ciente? Aí vai se apossando da humildade dos irmão e tal, você vai crescendo. Aí, daqui uns dias você vai ver, você já tá xerifando. Os cara tá tipo se intimidando com a senhor”*.

215: *“É um estupro, senhora”*.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)